

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carlos Rodrigues Brandão

Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos

Escritos para conhecer,
pensar e praticar o
Município Educador Sustentável
2ª. Edição



MES

**MUNICÍPIOS
EDUCADORES
SUSTENTÁVEIS**



Carlos Rodrigues Brandão

Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos

Escritos para conhecer,
pensar e praticar o
Município Educador Sustentável

2a. Edição



Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos

.....

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

VICE-PRESIDENTE: JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTRA: MARINA SILVA

SECRETÁRIO EXECUTIVO: CLÁUDIO LANGONE

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - DEA

DIRETOR: MARCOS SORRENTINO

GERENTE DE PROJETO: MAURÍCIO MARCON REBELO DA SILVA

CAPA E ILUSTRAÇÕES:

SILVIO FERIGATO

B816a Brandão, Carlos Rodrigues.

Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável / Carlos Rodrigues Brandão. – 2. ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

181 p. : il. color. ; 21 cm.

Ilustração de: Silvio Herigato.

ISBN 85-87166-83-2

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Educação ambiental. 4. Cidadania. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Programa Nacional de Educação Ambiental. III. Título.

CDU(2.ed.) 37:504



2005 Ministério do Meio Ambiente
Impresso no Brasil

.....

Municípios Educadores Sustentáveis

Carlos Rodrigues Brandão

Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos

Escritos para conhecer,
pensar e praticar o
Município Educador Sustentável

2a. Edição

Brasília
2005



Equipe Responsável

Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo
Marcelo Nunes
Sandra Lestinge

Semíramis Albuquerque Biasoli
Veronika Schuler Dolenc

Colaborador

Ricardo Veronezi Ferrão

Equipe da Diretoria de Educação Ambiental

Adalcira Bezerra
Adalgisa Cavalcante Almeida
Alessandra de Sousa e Silva
Aline Jesus Vasconcelos
Ana Paula Soares Xavier
Angela Ferreira Schmidt
Anderson Guimarães Pereira
Arthur Armando da Costa Ferreira
Cícera da Silva
Daniela Kolly Ferraz
Francisco de Assis Morais da Costa
Gláucia Cabral Carneiro
Guilherme Brasil Nascimento
Gustavo Nogueira Lemos
Heitor Queiroz de Medeiros
Helena Machado Cabral Coimbra Araújo
Hermes Renato de Farias Viana Júnior
Iara Carneiro

Ildon Pires de Macedo
Irineu Tamaio
Jacqueline Martins Gomes
José Vicente de Freitas
Lilian Fernandes
Luiz Antônio Ferraro Junior
Mariana Mascarenhas
Mariana da Silva Dourado
Maria de Lurdes Silva
Maura Machado Silva
Mauricio Marcon
Michelli da Costa Gomes
Miria Lúcia de Holanda
Otávio Paz
Philippe Pomier Layrargues
Renata Rozendo Maranhão
Thaís Ferraresi Pereira



Carta de Apresentação

A situação do meio ambiente no Brasil e em todo o planeta requer atenção especial, pois resulta, muitas vezes, de práticas econômicas insustentáveis que geram escassez, distribuem injustamente os benefícios, dificultam o acesso das comunidades aos recursos naturais e colocam em risco o equilíbrio ambiental e as condições de vida, sobretudo das populações em condições de vulnerabilidade social e econômica. Para modificar esse quadro, é necessária a participação de toda a sociedade, integrada a um planejamento responsável por parte dos governos.

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente elaborou o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, que visa promover o diálogo entre os diversos setores organizados e os projetos e ações de meio ambiente desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas. Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, que propicia às cidadãs e aos cidadãos oportunidades, no dia-a-dia, de serem também educadores/editores de conhecimento socioambiental, formando outras pessoas, e multiplicando-se sucessivamente, de modo que o município se transforme em educador para a sustentabilidade.

Os Municípios Educadores Sustentáveis são aqueles voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, concretizando medidas que viabilizem a formação de seus munícipes para atuarem cotidianamente na construção de meios, espaços e processos que avancem na direção da sustentabilidade. Com este programa, as políticas ambientais saem dos distantes espaços das administrações federal, estadual e municipal, aproximando-se do munícipe que compartilha da responsabilidade e do poder de decisão na gestão ambiental pública.

Como diz o autor, “É preciso termos a coragem de mudar a nossa maneira de sentir e de pensar, de nos relacionarmos e de agir entre nós e em nosso mundo. E esta mudança não é um acessório ou uma fantasia. Precisamos começar a crer que dela

.....

depende a nossa própria oportunidade de sobrevivência e a daqueles que viverão aqui onde nós estamos vivendo agora.”

Com a publicação do livro *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*, de autoria de Carlos Rodrigues Brandão, temos uma importante ferramenta para a implantação do Programa Municípios Educadores Sustentáveis.

Nesta edição, fortalece-se a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e a ITAIPU Binacional, para, junto com o Parque Nacional do Iguaçu/Ibama, desenvolver o Programa na Bacia Hidrográfica do Paraná III, área de influência de Itaipu e no entorno do Parque. O Programa busca dialogar com todos os seus habitantes, através da implantação e aprimoramento de estruturas e processos educadores, de projetos de educomunicação ambiental, e da formação continuada de cinco mil educadores ambientais populares.

Ele deve criar sinergia com diversas ações socioambientais realizadas na região, especialmente com o Programa “Cultivando Água Boa”, destinado a articulação e mobilização regional para o desenvolvimento sustentável, fundamentado em valores anunciados pela ética do cuidado e princípios e práticas recomendados em documentos planetários e nacionais como Carta da Terra, Metas do Milênio, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Agenda 21 e Conferência Nacional do Meio Ambiente, entre outros.

Aos leitores de todo Brasil, especialmente aos gestores municipais, o livro é um convite à ação compartilhada, para a qual o MMA e a Itaipu Binacional manifestam a sua disposição.

MARINA SILVA
Ministra de Estado do Meio Ambiente

JORGE MIGUEL SAMEK
Diretor-Geral Brasileiro
ITAIPU Binacional



Prefácio

Quando a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente decidiu priorizar entre as suas ações a cooperação com os municípios e territórios locais para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas à sustentabilidade, foi Carlos Rodrigues Brandão a primeira pessoa que consultamos. Durante o Fórum Social Mundial de Educação em São Paulo em abril de 2004, perguntei-lhe se poderia escrever um texto poético que dialogasse com prefeitos(as), cidadãos e cidadãs sobre o compromisso de cada um na manutenção da vida. No dia seguinte ele me chamou ao seu quarto no hotel onde estávamos hospedados e mostrou os primeiros apontamentos deste livro. Quatro meses depois o enviou pelo correio praticamente pronto. Li e me emocionei. O professor Brandão materializava em palavras o seu testemunho de vida.

Acolhimento do outro. Atenção às necessidades do próximo e oferecimento das suas competências e qualidades para colocar fermento no bolo de quem está trabalhando pelo bem público. Seja o governo federal ou uma associação de cidadania, uma universidade ou uma pessoa bem intencionada, nele terá ouvidos atentos e pelo menos uma palavra de estímulo, mesmo quando condições adversas o acometem.

Neste livro, as palavras de estímulo estão em todas as páginas e são dirigidas àqueles que atuam em seus territórios na construção cotidiana de uma educação (ambiental) comprometida com a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Carlos Rodrigues Brandão nos ensina a “dar o testemunho”. Municípios Educadores Sustentáveis somente o serão se conseguirmos contribuir

para a educação de todos através do testemunho de gestores públicos e de munícipes ativos.

Testemunho na criação, fortalecimento e participação de/em foros, coletivos, conselhos e instâncias públicas de troca de idéias, impressões, experiências, e propostas, pactuando ações, e avaliando os seus resultados – dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Saúde, Agricultura, Cultura e outros, às comissões organizadoras das Agendas 21 Locais, escolares e setoriais; das Associações de Cidadania aos Movimentos Sociais, do Orçamento Participativo aos Fundos Municipais de Apoio a Pequenos Projetos de Educação Ambiental...

Testemunho no planejamento, implantação, e aprimoramento de estruturas educadoras, da escola ao viveiro de mudas, da faixa de pedestres à ciclovia, do centro de educação ambiental ao telecentro, do museu à praça pública...

Testemunho no estímulo e apoio à comunicação dialógica através dos mais distintos meios - do “fanzine” aos jornais de grande circulação, das rádios comunitárias às grandes emissoras de televisão, do teatro de escola aos painéis eletrônicos, dos bilhetes nas festas juninas à internet...

É preciso a convergência de esforços dos governos em suas distintas instâncias e esferas do poder, das universidades, das organizações da sociedade civil, das empresas e dos movimentos sociais para a educação desses educadores capazes de “dar o testemunho”.

Carlos Rodrigues Brandão, através dos seus livros, cursos, pesquisas de campo e palestras tem envolvido em toda América Latina e em outras regiões do planeta, uma legião de admiradores dentre os quais me incluo.



Há alguns anos conheci famílias de agricultores na Espanha, onde ele realizou alguns de seus estudos. Deles colhi depoimentos de carinho e consideração pelo pesquisador, escritor, amigo e companheiro na luta por uma vida local solidária, cooperativa e densa de aprendizados individuais e coletivos, que libertam a alma, aprimoram o intelecto e vigoram o corpo.

Recentemente tive oportunidade de trabalhar com ele no Laboratório de Educação e Política Ambiental do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo), onde a sua liderança como professor, pesquisador, extensionista e mateiro resultou em grande fortalecimento institucional dos participantes no compromisso acadêmico, cidadão e profissional com o bem comum, com a pesquisa, os estudos e o conhecimento.

Esta obra nos aponta um caminho. Como dizia o poeta, os caminhos se fazem ao andar. Com gratidão ao autor convido-os à leitura, reflexão e ação por Municípios e Comunidades Educadores (as) Sustentáveis.

Marcos Sorrentino



Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos

.....



O mapa do lugar

- | | |
|---|------------|
| 1. Aqui, ali, lá, acolá, além, longe, muito longe, onde? | 12 |
| 2. Espaço e Lugar, Natureza e Sociedade, Ambiente e Cultura | 22 |
| 3. O meu e o deles, o nosso e o de todos nós | 37 |
| 4. “Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos”:
o município educador sustentável | 56 |
| 5. O que nós podemos fazer juntos: como tornar o lugar onde
nós vivemos um lugar de vida e aprendizado | 91 |
| 6. O Programa Município Educador Sustentável:
os passos do trabalho e da participação | 109 |
| 7. Em Paz com a Vida | 134 |
| 8. A lembrança de um provérbio africano | 149 |
| 9. Minhas e nossas decisões pessoais em favor da Vida | 151 |
| 10. Livros e artigos lidos aqui e outros mais que podem ser lidos
com proveito | 154 |
| 11. Anexo: Programa Municípios Educadores Sustentáveis | 160 |
-



1. Aqui, ali, lá, acolá, além, longe, muito longe, onde?

Houve um momento em que eu nasci. Houve momentos em que você, eu e todas e todos nós nascemos e começamos a viver a *aventura da vida* em algum lugar do Planeta Terra. E a Terra é a casa de todas e de todos nós. Ela é o nosso lar.

Nascemos em um dia em um lugar.

E a partir de então nós existimos. Somos alguém.

Somos uma pessoa no mundo em que nascemos e onde vivemos.

Parece tão natural e parece tão estranho ao mesmo tempo. E é isso mesmo: existimos. Estamos – você, eu e nós – situados dentro de um tempo e de um lugar.

Nascemos sempre em algum lugar: um *aqui*. Nascemos *aqui*, nascemos sempre num lugar *aqui*. E se acontece de nunca nos mudarmos do lugar onde nascemos, então nascemos e vivemos sempre *aqui*.

Mas para muita gente chega um dia em que se “muda de lugar”. E quando alguém vai embora do lugar onde nasceu e viveu algum tempo, o lugar onde alguém nasceu passa a ser: *ali, lá, lá longe*, de acordo com o lugar para onde ele foi. Sim, porque diante do lugar para onde fomos viver, o lugar onde nós nas-

ce mos um dia e de onde fomos embora pode ser um lugar perto, um lugar menos perto, um lugar longe ou mesmo um lugar muito longe.

Eu nasci *lá* e agora vivo *aqui*.

Eu vivia *lá* e agora vivo *aqui*.

E este é bem o momento de pensarmos o que há dentro de algumas perguntas tão comuns e também tão curiosas.

O que é “aqui”?

O que é um lugar?

O que é o lugar onde se nasce?

E o que é um lugar onde se vive?



Vejam bem: as perguntas não são exatamente iguais às perguntas que em geral nós fazemos quando conversamos:

Onde é (ou: onde fica) o lugar onde você vive?

De onde é que você vem?

Onde é que você mora?

Para aonde é que você vai?

As perguntas são parecidas, mas são outras. Elas parecem mais perguntas feitas para pensar a fundo, do que para informar ou responder depressa. E uma maneira interessante de começar a pensar sobre essas perguntas, poderia ser o ler e o prestar atenção a algumas palavras escritas um dia, há mais ou menos um século e meio. Algumas palavras escritas pelo cacique de um povo indígena dos Estados Unidos da América do Norte.

Conta a história do século XIX, que o presidente dos Estados Unidos ofereceu a uma tribo sobrevivente de índios algum dinheiro em troca de longos e bons pedaços de suas terras. A resposta dos índios, escrita em uma carta, foi esta:

É possível comprar ou vender o céu e o calor da terra? Tal idéia é estranha para nós.

Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como podemos comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada areia da praia, cada bruma nas densas florestas, cada clareira e cada inseto a zumbir são sagrados na memória do meu povo. A seiva que corre através das árvores



carrega as memórias do homem vermelho.

...

Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs, o cervo, o cavalo e a grande águia são nossos irmãos. Os cumes rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro e o homem – todos pertencem à mesma família.

...

Os rios são nossos irmãos, eles saciam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, vocês devem lembrar e ensinar às suas crianças que os rios são nossos irmãos, e seu também, e vocês devem, daqui em diante, dar aos rios a bondade que dariam a qualquer irmão¹.

Pois é assim.

Nascemos em algum lugar do Mundo: somos “de lá” ou somos “daqui mesmo”. Nossos pais e os que vieram antes deles poderiam dizer a mesma coisa. E bem sabemos o valor deste “nascer e ser de algum lugar” quando alguém vem e “fala mal” do lugar de onde somos, onde nascemos, de onde viemos, ou onde vivemos.

Somos sempre de algum lugar no Mundo. Um lugar como o Hemisfério Sul, onde, entre outros, está um Continente: a América do Sul. Somos de

¹ Estamos usando a versão para o Português que foi publicada em São Paulo, pela Editora Babel Cultural, em 1987, em tradução de Magda Guimarães Khouri Costa. As passagens estão entre as páginas 11 e 19. Em Português e na tradução do Inglês, o documento tomou o seguinte nome: **preservação do meio ambiente – manifesto do Chefe Seattle ao Presidente dos E.U.A.**

um País: o Brasil, ou somos de uma Nação: a República Federativa do Brasil. E dentro de uma Nação ou de um País, nascemos e somos de um Estado ou de uma Província, como Minas Gerais ou o Maranhão. E Minas Gerais está localizada em uma região do País: o Sudeste do Brasil.

E dentro de um Estado podemos ser de uma região, como o Sul ou o Norte de Minas ou do Maranhão. E no Norte de Minas, nascemos e somos de um município, como o Município de Pirapora. Ora, dentro de um município que está no interior de um Estado, podemos ser de uma cidade, como Pirapora, a cidade-sede do mesmo município, na mesma beira do rio São Francisco. Ou podemos viver em um distrito ou mesmo em um sítio isolado dentro do município de Pirapora.

E a cada dia, em cada momento em que precisamos nos identificar ou nos situar, nós usamos esta ou aquela escala geográfica para dizermos a nós mesmos e a outras pessoas quem somos, de onde somos, para onde fomos, de onde viemos e onde vivemos.

E as dimensões ou os cenários dessa escala podem ir de uma casa a uma rua, ou podem ir de uma cidade a um continente. E podem mesmo ir de um quarto em uma casa ao universo inteiro.

E damos aos lugares de onde somos e onde vivemos sentidos e valores ora semelhantes, ora diferentes. Para nós, pessoas de nações do “Mundo Ocidental”, o que importa são os nomes e os símbolos de um bairro, de uma cidade, de um estado e de um país. Para povos antigos talvez valha bem mais o nome de uma aldeia ou o nome de um rio. Para os povos indígenas certamente o sol e o céu, o rio e a montanha valem bem mais do que placas, ruas e nomes nas cidades.

E, assim, atribuímos aos lugares de onde somos e onde vivemos diferentes sentimentos, saberes e significados, de acordo com a maneira como os



vivenciamos com os nossos sentidos, a nossa mente e as nossas sensibilidades.

Há um pequenino poema de Fernando Pessoa, o mais conhecido poeta português no Brasil, que diz muito bem como isto é. Eis o poema:

*O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia.
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.*

*O Tejo tem grandes navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que vêm em tudo o que lá não está,
A memória das naus.*

*O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso, porque pertence a menos gente
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.*

*Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além*

Do rio da minha aldeia.

*O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.²*

Sou *daqui* ou sou *de lá*, mas vivo agora *aqui*. Daqui eu sou, e mesmo não tendo nascido *aqui*, de algum modo eu sou *daqui*. *Aqui* eu moro. *Aqui* eu vivo.

E agora nós devemos voltar a uma pergunta parecida com as outras. O que é *aqui*? E, além desta e das outras perguntas, existem outras perguntas ainda, que nos ajudam a responder... ou a complicar, quem sabe?

Por exemplo: quando foi que *aqui* começou? Quando é que *aqui* vai acabar? *Aqui* vai acabar algum dia? Vai mesmo?

Vejamos, por exemplo, a pergunta: quando é que *aqui* começou?

Aqui, o lugar onde eu moro, onde eu vivo, de onde eu sou ou para onde eu vim, começou a começar no exato momento do Big-Bang, a grande explosão original da energia primeira que teria dado origem a todo o Universo? *Aqui* começou a existir quando o Sistema Solar se formou? Ou começou quando a Terra, uma incandescente bola de fogo, se formou? *Aqui* só surgiu quando a Terra esfriou e deu lugar a um lugar sólido, à espera – longa espera – do milagre e da maravilha da Vida? Ou será que *aqui* surgiu quando a Vida emergiu da matéria e da energia e começou a existir *aqui*?

Ou será que ainda não? Será que *aqui* começou a existir somente quando foi descoberto e habitado pelos primeiros povos de quem foram herdeiros os

² Este é o poema de número 225 da *Obra Poética* de Fernando Pessoa, publicada em volume único pela Nova Fronteira Aguilar, do Rio de Janeiro. Na edição de 1986 está nas páginas 149 e 150 e corresponde à série de *poemas completos de Alberto Caeiro*.

indígenas que viveram ou vivem ainda aqui, por algum tempo? Ou, quem sabe ainda? *Aqui* só começou a ser de fato um lugar que conta quando os primeiros colonizadores europeus ou brasileiros chegaram a esta região e começaram a povoá-la?

Se nós reuníssemos pessoas descendentes dos povoadores indígenas de uma região, de um estado ou de um município no Brasil, ao lado de outras pessoas que se dedicaram a estudar astronomia, geologia, biologia, ecologia, história e antropologia, por exemplo, é possível que em um primeiro momento cada uma delas tivesse uma resposta diferente para a pergunta: *quando é que “aqui” começou a existir?*

Pode ser até que depois de longas horas de diálogo, elas chegassem a uma resposta mais ou menos aproximada e convergente. Mas não seria nada fácil. Mais difícil ainda seria talvez dizer qual resposta é a mais correta. Quais respostas são as mais precisas e quais são as mais equivocadas. Porque, sendo diversas e até divergentes, elas são versões que respondem a uma mesma pergunta desde pontos de vista diferentes.

Pontos de vista situados em lugares diferentes do imaginário e do pensamento.

E mesmo em cada um ou cada uma de nós, às vezes um olhar diferente provoca uma resposta diversa para uma mesma pergunta. Talvez ajude compreender isto se sairmos por um momento do *aqui* que nos trás uma idéia e uma imagem de *espaço*, e pensarmos por um momento o *agora*, que nos leva “de imediato” a imagens e a idéias de *tempo*. Bem, e isto já é o que estamos fazendo aqui, nas linhas acima.

Agora é um tempo.

Agora é o tempo de minha vida que eu sinto como um presente. Assim, de um lado e do outro de uma linha imaginária e nem sempre fácil de desenhar,

.....

agora é diferente ou se opõe a um *antes*, que eu sinto e lembro como um passado e a um *depois*, que eu penso e antecipo como um futuro.

Mas este tempo preciso – ou impreciso, dependendo do caso – que eu vivencio como um *agora*, é também muito aberto a diferenças. Ele pode ser este *agora já*, o preciso instante deste segundo, ou mesmo de uma “fração de segundo”. Assim, quando você acabou de ler esta frase ou mesmo esta palavra, um *agora já* é passado. Passou, pronto, e já é um *antes*, um *antes de agora*. E enquanto você lê esta palavra ou esta linha, as palavras seguintes estão ainda no seu *agora*, ou já estão lá no seu *depois*?

Mas eu posso estender o meu *agora*. E nós na verdade fazemos isto várias vezes ao dia. Posso viver o meu *agora* como os minutos mais próximos de uma hora do dia. Ou eu posso estendê-lo a “esta hora” dentro da medida de uma manhã inteira. Se viajo entre duas cidades, *antes* é a cidade de onde parti e o *depois* está na cidade para onde estou indo. *Agora* é toda a minha viagem entre uma e outra: *agora* estou viajando.

E o *agora* pode estar contido na tarde que vivencio “agora”, por oposição ao *antes* da manhã que passou – e que não volta nunca mais, eu bem sei – e o *depois* da noite que vem por aí. Aliás, quando é que uma noite começa?

De uma maneira muito estendida e quase figurada, o *agora* pode ser esta quinta-feira, comparada, dentro de uma semana, com o *antes* da segunda, da terça e da quarta, e o *depois* da sexta, sábado e domingo. Mais longo, quando penso um mês inteiro, *agora* bem pode ser “esta semana”. E pode até ser “este mês” no correr do ano, e pode ser este ano, dentro de longo tempo de sua década. E pode ser um conjunto de anos de minha vida, como a etapa dela que eu vivo... “agora”.

E será que todos os povos de todos os tempos e de todos os lugares do Planeta Terra na atualidade pensam o passar de tempo da mesma maneira? O

que será o *antes*, o *agora* e o *depois* para os povos de “antes” e de “agora” que nunca conheceram o calendário, a agenda, o relógio e o ponteiro de segundos? Eles serão mais felizes do que nós?

Pois bem. *Aqui* é o *agora* do espaço.

Aqui é onde eu moro... agora. Vim de lá, onde vivia antes, mas agora vivo aqui. Vivo aqui agora e depois, no futuro, não sei onde irei viver. Sempre – antes, agora e... depois – vivi e espero viver aqui onde eu vivo.



2. Espaço e Lugar, Natureza e Sociedade, Ambiente e Cultura

Algumas coisas bem conhecidas estabelecem a diferença entre nós e as outras espécies de seres vivos com quem compartilhamos o Planeta Terra: as espécies das plantas e dos animais. Dentre essas diferenças, duas merecem ser lembradas aqui. Primeira: somos praticamente a única espécie de animais que comemos de tudo e de todas as maneiras.

Felizes as plantas! Elas transformam elementos inorgânicos em alimento orgânico, a começar pelo sol e a água. Os animais necessitam deles também: o sol, o sal, o sódio e tudo o mais. Mas eles vivem, como nós, seres humanos, de absorver também os elementos orgânicos presentes em outros seres vivos. Todos os animais são herbívoros (vegetarianos), são carnívoros, ou são uma coisa e a outra. Mas quase todos os bichos do mundo comem cru, tal como a natureza oferece a eles um alimento. E os animais possuem quase sempre uma dieta alimentar mais ou menos restrita.

Nós não. Nós comemos cru e cozido, assado e frito. E comemos praticamente tudo o que encontramos pela frente. Assim, desde os tempos mais remotos da origem da vida humana até agora, se juntarmos todos os povos, de



todas as culturas, praticamente não escapa coisa alguma do “cardápio humano”. Alguns estudiosos das origens do ser humano chegam mesmo a dizer que, frágeis como sempre fomos diante dos outros seres vivos, sobrevivemos e nos tornamos quem somos porque aprendemos a comer de tudo e a comer tudo o que íamos encontrando.



E também sobrevivemos e nos multiplicamos porque aprendemos a ocupar todos os espaços naturais do planeta Terra. Animais vivem sempre em territórios, em nichos ecológicos, em partes da terra bem definidas. Vivem na água ou fora dela. Alguns vivem dentro e fora. Vivem no gelo ou vivem no deserto, nas grandes florestas ou nas savanas. O “bicho humano” aprendeu desde cedo a ocupar todos os espaços naturais da terra. Há povos que vivem há milênios no gelo dos pólos e outros nos desertos da África ou da Ásia. E alguns vivem nas altas montanhas ou nas florestas tropicais, em ilhas no mar ou na beira de rios, em planícies e em planaltos muito altos, entre montanhas, vales e vulcões.

De um modo ou de outro, ao longo da difícil história da espécie humana, convivemos com todo o planeta Terra e habitamos todos os seus cenários naturais.

E aprendemos a habitar o lugar onde vivemos de uma maneira inteiramente nova e inovadora, se nos compararmos com todos os seres que dividem conosco a aventura da Vida na Terra. Das samambaias (vegetais antiqüíssimos) às orquídeas e dos primeiros dinossauros aos beija-flores, todas as espécies de seres vivos aprenderam a se transformar organicamente para se adaptarem ao seu meio ambiente. Transformam o todo ou partes de seus corpos quando a Natureza à volta deles muda. E as espécies de plantas e de animais que não souberam fazer isto de uma maneira dinâmica e equilibrada, foram desaparecendo do planeta, uma a uma, por mais fortes e resistentes que parecessem ser os seus indivíduos.

Nós não. A partir de um certo momento começamos a fazer o contrário. Começamos a transformar as coisas e os cenários do meio ambiente para adaptá-lo a nós. Fizemos isto com as tecnologias mais rudimentares que se possa imaginar, durante muitos milhares de anos. Seguimos fazendo a mesma

.....



.....

coisa, milênios mais tarde, com tecnologias de transformação da natureza cujo poder agora nos espanta e assusta.

Podemos pensar que muito antes de nós, outros animais sociais também aprenderam a lidar com as coisas e os cenários da natureza transformando-os. Basta examinarmos com atenção a delicada arquitetura de uma colméia de abelhas; o labirinto inteligente e eficaz de um formigueiro ou de uma morada de cupins no campo; o ninho de um Guaxo (ou João Congo) e de outros pássaros; e até mesmo a geometria perfeita de uma teia de aranhas.

Esses são apenas alguns exemplos conhecidos de como espécies de animais transformam o ambiente para criarem nele o seu lar, o seu *habitat*. De como a vida vegetal e animal colonizam territórios do planeta Terra, transformando-o. E hoje em dia sabemos até que foi através do trabalho de bactérias microscópicas que a própria fisionomia natural da Terra foi se transformando, até se tornar cada vez mais propícia à existência de seres vivos mais complexos. Nós, humanos, inclusive.

Mas existe uma diferença importante aqui. Na verdade existe mais de uma. Quando os primeiros seres humanos que nos antecederam viviam ainda ao léu, em qualquer parte de um ambiente natural, e não haviam sequer aprendido a viver em gruta e cavernas, as abelhas e as formigas já construíam habitações de uma notável sabedoria. Sim. Mas hoje construímos as mais diferentes e complexas habitações, de uma casa coletiva de índios Ianomâmi, na Amazônia, a estações espaciais, enquanto as abelhas e as formigas continuam a construir suas colméias e formigueiros da mesma maneira, com os mesmos recursos.

A diferença está em algo simples e essencial. Ela está em que os animais interagem “naturalmente” com a Natureza. Eles estendem à terra, à água, a paus e a palhas, as partes de seus próprios corpos. E desta interação entre matérias e energias de parte a parte, surgem ninhos, diques (de castores), colméias.

.....

Formigueiros e cupinzeiros.

Os seres humanos agem de uma maneira parecida, mas bem diferente. Eles de algum modo “desenham” na mente a “obra” que vão criar, antes de fazê-la. Enquanto os animais lidam com a natureza através de formas variadas de uma inteligência reflexa (eu-objeto), os seres humanos desenvolveram uma maneira de sentir e de pensar que é reflexa e é também reflexiva (eu-objeto-eu-nós) ao mesmo tempo. Nós, os humanos, não apenas percebemos e pensamos as coisas naturais que transformamos. Nós nos percebemos percebendo e pensando.

Somos provavelmente a única espécie viva que sabe, e que sabe que sabe. Que pensa e pensa sobre o que pensa. Que pensa sobre coisas e repensa o seu pensamento. Uma rara espécie de seres vivos que sente e pensa sobre o que sente. E que sente o que sente porque pensou. E que de novo pensa e se interroga, e lembra, e reflete, e sente de novo.

Mais ainda. Somos provavelmente a única espécie de seres vivos que ao invés de viver imersa em um permanente presente regido por sinais e sensações, vive, momento a momento, dentro de um tempo vivido, sentido e pensado como um presente, um passado e um futuro.

Alguns animais geram gestos carregados de um sentido de futuro, como o guardar alimentos para depois. Mas nós somos os seres que atribuem a isto um sentido, às vezes complexo. Não somente guardamos o alimento para depois, mas o levamos a um acampamento. E aprendemos a dividi-lo com os outros. Isto porque habitamos um universo que ademais de ser povoado por sinais (como a fumaça e o fogo) e sensações-motivações (sentir na fumaça o perigo e fugir), é um universo também povoado por símbolos e significados.

Um cão sente e se alegra ou sofre. Nós sentimos e sofremos ou nos alegramos. E damos a uma coisa e à outra a força de nossos sentimentos, de nossas



sensibilidades, de nossos saberes, de nossos símbolos e de nossos sentidos. E somos a única espécie que ao invés de “dizer” o que sabe e sente com grunhidos ou rosnados, dizemos isto com sorrisos e com palavras. Os animais nascem sabendo, ou aprendem “naturalmente” com os outros de sua espécie os sons e os gestos com que eles se comunicam. Nós criamos como uma língua de milhares de palavras os sistemas de sons e de gestos com que nos comunicamos. Os animais aprendem pios, silvos, latidos e uivos. Nós inventamos substantivos e adjetivos, verbos e advérbios, preposições, conjunções, interjeições... e o milagre da linguagem.

Praticamente todos os animais fogem do fogo. Nós fugimos também, e de vez em quando fugimos até hoje. Mas aprendemos a ver no fogo um inimigo e um aliado. Uma ameaça quando “na Natureza”, como em um incêndio em uma floresta ou na erupção de um vulcão. Mas um instrumento sem o qual é quase impossível seguir vivendo, quando trazido na Natureza ao contexto de vida que criamos nela para podermos viver as nossas vidas. Um contexto humano de vida e de partilha da vida que nós construímos através de nosso trabalho partilhado. Um modo humano de vivermos juntos ao qual damos o nome de *sociedade humana*. Um vivermos juntos em comunidades em que compartilhamos conhecimentos e valores, princípios de vida e visões de mundo, regras de convivência, poemas e preces, cantos e culinárias. E as teias e tramas em que entretecemos tudo isto para criarmos uma *cultura*: a nossa maneira de vivermos no nosso Mundo.

Como um acontecimento da Natureza o fogo pode queimar ou aquecer um macaco ou um humano. Mas para o macaco o fogo é um acontecimento inteiramente natural. Ele não tem controle nenhum sobre os fogos naturais (a não ser em filmes norte-americanos), e ele ou foge do fogo ou ele se aquece perto dele, o que é bem mais raro.

.....

Nós não. Nós, os “bichos humanos” aprendemos com o tempo, a dar primeiro aos fogos da Natureza diferentes significados e diferentes valores. Aprendemos quando ele é um perigo e uma ameaça. Quando ele é um aliado, ao nos aquecer nos dias frios ou ao manter longe do lugar onde vivemos os animais predadores.

Depois nós aprendemos a preservar o fogo. Aprendemos maneiras de prolongar a sua vida cativa a nosso serviço, mantendo-o sempre aceso. E aprendemos mais tarde a acender o fogo. Pronto! Eis o momento (e de que maneira ele terá acontecido pela primeira vez?) em que deixamos de ser fugitivos do



fogo ou usuários fortuitos do fogo, e nos tornamos criadores do fogo. Eis o momento em que algo inteiramente natural, inteiramente originário de princípios contidos da matéria e na energia *da Natureza* no Universo saltou para o *mundo da cultura*. Para o *mundo humano*, portanto.

Sem deixar de ser ainda um fenômeno natural, o fogo passou a ser criado por meio de tecnologias culturais. Passou a ser produzido por gestos do corpo e das mãos, mas gestos gerados na mente humana. Gestos e modos de agir transformados em uma forma de saber e, assim, transmitidos de uma pessoa a outra por meio de alguma forma de linguagem. Uma tecnologia que é também um conhecimento. Um saber partilhado que pode ser também ensinado e aprendido³.

E este gesto criador foi tão importante para os seres humanos, que alguns estudiosos acreditam que ele deveria marcar uma nova era na nossa história. Mas a respeito do fogo aprendemos ainda mais. E isto aconteceu também com a água, com a terra, com as pedras e as madeiras, com a areia e o barro, com os minerais e com as plantas e os animais. Com tudo aquilo que existindo no meio ambiente em que um grupo humano vivia, tornou-se parte de seu *modo de vida*.

Aprendemos a dar ao fogo inúmeros usos. Inúmeros usos, como o proteger, o aquecer, o iluminar, o cozinhar, e até mesmo o matar e o destruir. Com o fogo fazemos um copo de vidro em que bebemos a água pura. Mas com o fogo fazemos também a queimada que destrói plantas, mata bichos e degrada a fertilidade da terra. Assim, porque pensamos o mundo à nossa volta e porque nós nos pensamos pensando o nosso mundo e nossos pensamentos e ações nele,

³ Quem tenha assistido ao filme *a Guerra do Fogo* (produção franco-canadense, dirigido por Jean-Jacques Annaud em 1981) haverá de se lembrar de como todo este longo e tão complexo processo de socialização da Natureza foi e segue sendo importante para a espécie humana.

.....

nós aprendemos a dar ao fogo diferentes utilidades, porque aprendemos a atribuir simbolicamente ao fogo diferentes saberes, sentidos, sensibilidades e significados. E essas palavras com começo em “s” vão nos acompanhar aqui o tempo todo, junto com outras palavras.

Não apenas experimentamos o fogo como algo ora “solto” e perigoso, ora “domesticado” e útil, mas nós sabemos disto. Sabemos das diferenças entre uma “coisa” e a outra. Sabemos e dizemos isto ou aquilo, uns aos outros, sobre o fogo. E sobre os seus poderes e os seus efeitos para nós ou contra nós. E em nossas casas, aldeias e cidades, o mesmo fogo útil no fogão é também belo e acolhedor na lareira. Ele pode ser apenas uma utilidade, quando queima algo a ser assado ou frito, e pode ser um “fogo sagrado” quando aceso ritualmente em uma pira ou em um altar. O que seria de uma festa de aniversário sem o brilho das pequeninas chamas em cima de cada vela do bolo?

Assim, nós não “usamos” apenas o fogo. Nós o acendemos e apagamos de muitos modos, em meio a muitos sentidos, e entre inúmeras e bem diversas situações. Em que são próximas e divergentes a mão que começa um incêndio alucinado na floresta e a mão que com suavidade e ternura cria o pequenino gesto de acender com um fósforo as velas ao redor do corpo de um alguém querido e morto? Em que são iguais as mãos humanas que provocam um incêndio em uma casa, como uma forma de vingança, e as mãos que acendem o forno para fazer nele o pão a ser comido à volta da mesa?

E, como vimos algumas linhas acima, entre um gesto e o outro, e na diferença entre tantos e tantos outros inúmeros e belos ou trágicos gestos humanos, ao redor do fogo criamos milhares de línguas com que nos falamos e dizemos preces e poemas, teorias científicas, regras de condutas, métodos de ensino/aprendizagem, legislações ambientais, preceitos de medicina popular e receitas de culinária.



Todo este maravilhoso acontecimento do conviver com as “coisas” e os “cenários” da Natureza, atribuindo a “elas” e a “eles” palavras, sons, nomes, frases, gratuidades e utilidades, valores e significados, é o que nos transformou em seres humanos. Pois transformando pedras, paus, plantas e pântanos em artefatos e em contextos do *mundo cultural* que criamos continuamente para podermos viver como *seres naturais*, na Natureza, nós também nos transformamos continuamente a nós próprios.

E este contínuo, inevitável e irreversível modo de nós vivermos no mundo e lidarmos com a Natureza de que somos parte, faz parte de algo que é nosso e tem a nossa “marca na Terra”. Podemos dar a ele o nome de *socialização da natureza*. Socializar a Natureza envolve o nosso sentir, pensar e agir sobre o *mundo natural* de modo a transformá-lo para fazê-lo integrar-se *no* e interagir *com* um dos muitos *mundos de cultura* em que nós, os seres humanos existimos e vivemos. Vivemos dentro da e na natureza, como seres naturais que somos, todas e todos nós. Mas em um *Mundo de Natureza* coletiva e socialmente transformado em um *Mundo de Cultura*.

E este trabalho humano e social de socializar a natureza é, vimos, um acontecimento contínuo, pois uma vez iniciado é permanente e está sempre acontecendo. É algo inevitável, pois nós somente podemos sobreviver e sermos quem somos através dele. E é também algo irreversível, pois uma vez principiado na história dos seres humanos ele não tem mais volta.

Procuremos compreender isto de uma outra forma.

A *socialização da Natureza* é também o processo por meio do qual continuamente estamos transformando *espaços naturais*, como uma beira de praia, uma ilha, um grande rio, um deserto ou uma floresta, em *lugares sociais*.

E há um “lugar” que quase todas e todos nós conhecemos, e que contém o exemplo mais simples de tudo isto. Este “lugar” são os diferentes tipos de

.....

mapas. Em um Atlas Geográfico de escola há “mapas físicos”, como o do relevo, o da vegetação, o da hidrografia (bacias fluviais e seus rios, lagos e outros). E há também os “mapas políticos”, como aqueles que desenham em um continente como a América do Sul, os seus diferentes países. Assim, no mapa do Brasil vemos representados com cores diferentes os vários “Estados da Federação”. E no mapa do Paraná podemos ver as diferentes regiões, que podem ser “naturais” ou podem ser “políticas”. Nas “divisões políticas do Paraná” podemos ver com facilidade o traçado dos seus diversos municípios.

E nos mapas de um município?

Em alguns desses mapas municipais estão representados com traços, com cores e com nomes e números os “dados geográficos naturais”, ao lado dos “dados políticos e culturais”. Aqui no Brasil temos umas ótimas cartas geográficas que envolvem em geral um município em cada uma⁴. Nelas, entre traços, nomes e cores, estão representados o mar e as praias, os rios (belos traços azuis) e os ribeirões, os lagos, as represas, as planícies e as montanhas, as florestas naturais e as “de reflorestamento”, as diferentes áreas de cultivos agropastoris: as pastagens e as diversas lavouras (batata, cana, café, laranja e outras).

Como teias traçadas em todas as direções, lá estão desenhadas as vias de viagem, das grandes rodovias às sinuosas estradas “de terra”. E ali estão representados os povoados e, entre eles, em ponto sempre maior, a cidade-sede do município. Algumas cartas chegam ao detalhe de representar as ruas de uma cidade e as casas de um povoado rural.

Assim um mapa, ou uma carta geográfica, colocam entre as cores e linhas de uma folha de papel a *natureza natural*, como uma montanha, um rio ou o

⁴ São cartas publicadas pelo IBGE, como folhas 1x50.000 ou 1x25.000. Normalmente, elas são intituladas com o nome de um município, como Poços de Caldas, por exemplo.

mar. Colocam a *natureza apropriada*, como uma represa, um canal, uma área de pastos, uma floresta primária que virou uma reserva biológica ou um parque municipal. E colocam também a *natureza transformada*, como uma cidade e, nela, as suas ruas, praças e casas.



Tudo isso e nós também

Podemos voltar atrás e recapitular por um momento.

Nascemos, vivemos e moramos em um espaço do planeta Terra.

E desde os primeiros tempos da história humana, vivemos e nos transformamos ao socializarmos a natureza. Isto é, ao transformarmos sem cessar *espaços* em *lugares*. E vivemos cada momento de nossas vidas dentro, na *natureza*, no interior de *ambientes naturais*. Mas, desde uma pequena tribo de indígenas do Mato Grosso até um grande bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo, vivemos em lugares “conquistados” da natureza pelo trabalho humano, e transformados em quartos e casas, em ruas e em bairros, em cidades e em municípios.

O trabalho humano que a cada instante e de muitos modos *socializa a Natureza*, pode ser um aliado dela. E pode ser um seu inimigo.

Quando o ser humano se alia à natureza e busca comunicar-se com ela de modo a interagir com o mundo em que vive sem o desejo de apropriar-se, de dominar ou de destruir, ele cria as condições de uma relação harmoniosa entre a *sociedade* e a *natureza*, entre a *cultura* e o *ambiente*.

Um pouco adiante vamos encontrar palavras que tentam traduzir esta relação humana harmoniosa. Palavras como: *sustentável*, *sociedade sustentável*, *comunidade sustentável*, *sustentabilidade*.

Em direção oposta, quando as pessoas lidam com o mundo natural como se ele fosse inesgotável, como se existisse única e exclusivamente a serviço dos seres humanos, e como se os seus recursos e seres devessem ser dominados, conquistados e, finalmente, exauridos, esgotados e destruídos, para servir a interesses apenas econômicos e utilitários, sobrevém aí uma visível ameaça. Sobrevém o perigo de que, ao “conquistar” e “utilizar” os recursos naturais em proveito próprio, a espécie humana possa estar gerando, pouco a



pouco, mas em uma velocidade crescente, os cenários e as condições de sua própria destruição.

Sim, porque como seres vivos, *Seres do mundo da Vida*, seres também naturais, todos nós e tudo o que nós criamos pode vir a desaparecer da face da Terra, na medida em que alteremos o sábio equilíbrio com que a mesma Terra nos gerou, depois de gerar a Vida e o equilíbrio e a harmonia de uma Natureza que nos mantém vivos.

Você já pensou que o mundo natural existiu bilhões de anos sem a nossa presença na Terra e que ele poderia seguir vivendo outros bilhões de anos de existência depois do nosso desaparecimento da “face da Terra?” Você já parou para pensar que a Terra, a Vida e a Natureza não precisam de nós para prosseguir existindo e se multiplicando, enquanto nós sim, nós precisamos da Natureza na Terra para prosseguirmos nossa viagem pela Vida?

Até algum tempo atrás quase não havia o conhecimento de que a nossa nave-casa, o Planeta Terra era um sistema vivo de interações. Um todo tão integrado, tão complexo, tão misterioso e tão maravilhoso de matéria e energia. Mas um sistema vivo ao mesmo tempo poderoso e frágil.

Imaginávamos uma Terra de recursos naturais infinitos e inteiramente posto à nossa disposição. Mas hoje sabemos que do ouro à água tudo pode acabar, pois tudo é infinito quando em equilíbrio, mas pode se extinguir em pouco quando o equilíbrio natural se quebra e a harmonia das relações entre nós, seres humanos, e o *todo do mundo natural* de que somos filhos e parte, se quebra por causa de nossas idéias e de nossas ações.

Hoje temos este conhecimento.

Hoje somos sabedores de tudo isto e aprendemos a conviver com a consciência de que vale mais nós aprendermos a virmos a ser *irmãos do universo* (a começar por nossa pequenina e por agora única casa dentro dele, a Terra) do

.....



que os *senhores do mundo*. Um mundo que por nossa causa um dia talvez não seja mais capaz de abrigar a Vida e as nossas vidas.

No entanto acontece que ainda hoje muitas e muitas pessoas, mesmo tendo consciência dos perigos que através de nossas próprias mãos batem às nossas portas, dizem assim: *eu sei o que está acontecendo, mas o que é que eu tenho a ver com isso?* Ou então dizem: *eu estou consciente do que está acontecendo, mas o que é que eu posso fazer?*

E, na verdade, todas e todos nós podemos fazer algo.

Mesmo quando aparentemente longe, “o que acontece” sempre tem a ver com todos nós. Para além das fronteiras que parecem nos dividir, somos todos viajantes do mesmo barco. Estamos embarcados na mesma viagem: a da vida humana na Terra. Vivemos todos na mesma casa e de algum modo temos e teremos todos o mesmo destino. Um destino que depende da Terra e da Vida na Terra. Mas que depende, antes, do que estamos fazendo e do que podemos começar a fazer com a Vida e com a Terra. Pois será uma escolha nossa seguirmos sentindo, pensando e agindo como agimos, pensamos e sentimos, ou começarmos a aprender a sentir de outro modo, a pensar de outra maneira, a viver e a agir de outra forma.

E o lugar onde tudo isto pode começar a acontecer talvez esteja bem mais perto de onde moramos e vivemos do que imaginamos.

Mas, onde e como é que existe este “lugar”?



3 O meu e o deles, o nosso e o de todos nós

Afinal, onde é que eu moro? Onde é que nós vivemos?

Ora, eu moro na minha casa. E nós vivemos em nossas casas?

E aqui está uma outra pergunta boa para ser pensada a fundo, antes de ser respondida. Ela parece muito simples, mas logo iremos ver que, tal como as outras, ela não é tão fácil como parece. Ela é assim: *Quando dizemos “a minha casa” ou então, “a minha rua”, o que é “o meu” ou “a minha” aí?*

Parece fácil, mas nem tanto, porque logo se vê que a palavra “minha”, escrita aqui em duas frases, numa parece querer dizer uma coisa e, na outra, uma outra coisa diferente.

E isto poderia nos levar a fazer uma outra pergunta: *onde é que começa e onde é que acaba o que é “meu”?*

E esta pergunta pode ser “perguntada” em pelo menos dois sentidos. Pois o “meu” pode ser: aquilo que é meu; aquilo que é minha propriedade, minha posse; aquilo que eu achei, ganhei, herdei, produzi, criei, comprei, e assim por diante. É meu porque não é dos outros. Porque é aquilo que é só meu. Aquilo que eu reservo ou tenho para mim e só para mim.

Mas aquilo que é meu pode ser também: aquilo que eu compartilho



com os outros. Pode ser aquilo que é meu e deles. E, sendo meu-e-deles é, então: nosso. E muita atenção nesta palavra: “nosso”. Muito carinho com ela, pois ela vai ser cada vez mais importante e mesmo decisiva daqui em diante.

O “meu” é aquilo que eu reparto, aquilo que em partilho com outras pessoas. E, assim, o “meu” é “nosso” e não deixa de ser “também meu” porque é “nosso”.

Assim: dentro da “minha casa” a “minha cama” é só minha. E assim também acontece com a minha toalha, com a minha escova de dentes, com a minha roupa, e até com a minha mesa de estudo. Tudo isto é “meu” porque, de



alguma maneira – e as maneiras podem ser bem diferentes – tudo aquilo “é meu e somente meu”. Minha propriedade para o meu uso pessoal.

Mas, na minha casa o “meu quarto é só meu” se eu não o divido com outras pessoas: uma esposa, um irmão. Se eu comparto o quarto onde está a minha cama com mais alguém, devo chamar o quarto ora de “meu quarto”, ora de “nosso quarto”, conforme a quem eu esteja dizendo isto, e de acordo com a dimensão e a situação em que eu esteja dizendo isso. Assim, falando sobre ele à pessoa com quem eu o divido, devo dizer: “o nosso quarto”.

E os banheiros da casa, se eles forem dois para seis pessoas, ou um só para cinco? E a cozinha? E a sala? E a varanda, o jardim, o quintal? No âmbito de minha família e entre os meus amigos posso chamar tudo isto de: “meu” e dizer que tudo aquilo está na “minha casa”. Mas por certo estarei falando de lugares e de coisas que são “meus” e “minhas” porque são, antes: “nossos”, “nossas”.

Eis aí. Então tudo aquilo que de algum modo é “meu” no mundo onde eu vivo, é “meu porque é só meu”; mas pode ser “meu” porque é “nosso”. Porque eu comparto a posse e o uso de alguma coisa com outras pessoas, existe algo que só é “meu” porque é “delas” também. Porque é “nosso”.

Tem mais ainda.

“Meu” pode ser meu porque é alguma coisa que eu possuo.

Pode ser meu porque me emprestaram e, então, está sendo usado por mim, e de alguma forma é “também meu” enquanto estiver emprestado a mim por algum dono “daquilo”, enquanto eu estiver usando “aquilo”.

Mas algo pode ser “meu” não só e nem tanto porque é minha propriedade e serve aos meus usos, mas porque é alguma coisa que tem a ver comigo. Porque é algo pelo qual eu me sinto responsável... e sou de fato responsável. Se eu comprar um terreno na beira de um lago com sete árvores, o terreno que eu

.....



comprei, as árvores que estão dentro dele (e que alguém plantou antes de mim) e até a beira do lago na frente dele, são meus, são minhas. E é assim porque eu comprei o terreno na beira do lago e tenho comigo a escritura dele.

Mas, de quem é o que está embaixo dele, no sub-solo? De quem são as árvores? E quem é o dono das águas do lago? E o céu e o sol acima dele, de quem são? Quem os possui? Quem responde por eles? E as nuvens e a chuva, quando ela vem? E um pássaro que faz ninho em uma das... “minhas árvores”?

O terreno na beira do lago é meu porque o comprei e tenho a escritura. Tudo bem. As árvores também, embora não se fale delas na escritura do meu terreno. E se eu derrubar uma delas sem as devidas licenças, posso ter que pagar uma dura (e justa) multa. Se eu destruir o ninho de passarinhos no galho da árvore provavelmente não serei punido, até porque será difícil alguém me ver fazendo “aquilo”. Mas o mais provável é que eu zele e proteja tanto a árvore quanto o ninho, com todo o cuidado, com todo o carinho.

Pode ser que eu proteja a árvore para não ser multado pelo poder público (e se for somente por isto, será uma pena). Pode ser que eu proteja a árvore porque acho que o meu terreno é mais valorizado por causa das suas sete árvores (o que ainda é uma pena). Pode ser que eu preserve e proteja a árvore e o ninho porque acho que os dois embelezam a vista e a vida do meu terreno. E pode ser que eu os proteja porque reconheço neles a presença do milagre da Vida que existe nas árvores, nos passarinhos, no ninho e em mim também.

Do mesmo modo, embora uma pequena fração de um grande lago esteja na beira do meu terreno, posso me sentir responsável por todo o lago, a começar pela maneira como eu me esforço para que ele não seja poluído ou destruído na pequena parte que me toca dele. Ele é menos uma posse minha do que o ninho de passarinhos, do que a árvore e do que a terra de meu terreno. Mas ele é uma parte daquilo que sendo “meu” por algum tempo (e sempre haverá de



ser “por algum tempo”) me faz ser e me sentir responsável por tudo aquilo que é parte do que é meu. Daquilo que estando situado “no que é meu”, me torna bem mais um *responsável* do que apenas um *proprietário*.

E este é bem o momento em que podemos lembrar juntos um dizer muito bonito e que dá muito que pensar. Ele parece ter sido falado por um chefe de uma tribo indígena aqui das Américas. Ele é assim:

Nós não herdamos nossa terra dos nossos antepassados. Nós apenas a tomamos emprestada aos nossos filhos.

E se nós quisermos pensar com uma coragem e uma ousadia semelhantes à do velho índio, poderemos dizer algo assim:

Tudo o que é meu neste mundo faz fronteira e continua no que é seu, no que é de vocês. E assim, tudo o que é meu e é seu de alguma maneira é nosso também. É de todos nós!

Eu não apenas possuo algo ou partilho alguma coisa com outras pessoas.

Eu sou e nós somos todas e todos responsáveis por aquilo que possuímos. Por tudo aquilo que partilhamos, que compartilhamos, que temos e vivemos individualmente ou em comum.

Sou responsável pela minha vida. Isto é, pela Vida que vive em mim. E por isso me cuido com cuidado, cuidando dela – a Vida – em mim.

Fora de mim, cuido de minha cama e de meu quarto: limpo, varro, pinto as paredes de quando em vez. Assim, as pessoas da minha casa, e eu entre elas, cuidamos da “nossa casa”. E o cuidado que devotamos a ela não é só para preservar um patrimônio, uma propriedade nossa. Nem é apenas para que ela esteja perfeita e funcione bem. É para que a “nossa casa” seja vivida por nós e

por outras pessoas que venham a estar nela, como um lugar de harmonia e de beleza. É também por isso que guardamos o pano de chão e o guarda-chuva em algum canto meio escondido, e dependuramos belos quadros nas paredes. E deixamos com cuidado os copos e as xícaras no armário e no centro da mesa, plantamos roseiras no jardim e renovamos de três em três dias a água de um jarro de flores.

E, porque será que nós arrumamos mais ainda a “nossa casa” quando vamos receber visitas? Porque será que cuidamos melhor do que é nosso quando recebemos alguém de quem “aquilo” não é? Eis aqui uma boa pergunta.

Sou responsável, de uma maneira ou de outras, pelo que é “meu e só meu”. E também sou responsável pelo que “é meu sendo nosso”. Às vezes, até mais ainda. E isto pode parecer uma coisa estranha e complicada. Mas é isto o que vivemos e partilhamos todos os dias da Vida.

Esse sentimento e essa consciência do “meu”, do “nosso”, do “dele” e do “deles”, não é tão complicado quando estou dentro da “minha casa” e entre “os meus”. Mas, e dela para fora? Como é que esses limites e essas fronteiras valem do portão da casa para fora dela? Mais de uma vez teremos ouvido alguém dizer algo mais ou menos assim: “dentro da minha casa eu não quero um palito de fósforos no chão, mas do portão dela para fora tanto faz”.

Certo. Afinal, a rua não é minha, como a minha casa, e eu posso achar que já faço muito quando cuido da calçada na frente da minha casa. Até aí vão os limites daquilo que é “meu sendo meu” e do que é “meu sendo nosso”. A rua não é minha e nem a calçada. Não as comprei e nem de longe posso pensar em vendê-las. Não mando nelas e, portanto, não sou responsável por elas, na mesma medida em que são “minhas” e eu sou responsável pela minha cama, pela minha cozinha e pela minha casa.

No entanto, quando falo com pessoas mais “de fora”, eu digo assim: “a

minha rua fica a três quarteirões daqui”. Então é quando eu reconheço que há, entre as muitas ruas de perto e de longe, uma única rua que é “minha”, porque lá está a minha casa. Porque é lá onde eu moro. É de lá o meu endereço. Há uma “minha rua” onde está a minha casa. E, em círculos concêntricos que estão ao redor de um mesmo ponto, situado na “minha casa”, vivo na “minha rua”, vivo no “meu bairro”, vivo na “minha zona da cidade”, vivo na “minha cidade”, vivo no “meu município”, no “meu estado”, no “meu país”, no meu...

Por isso mesmo, quando damos o nosso endereço a alguém, vamos de um número de casa ao nome de uma rua, e vamos daí a um bairro, a uma área de uma cidade, a uma cidade inteira, e assim por diante. E em cada esfera do “lá é onde eu moro”, ou do “lá é onde eu vivo”, emprego palavras que, entre um círculo e outro, digam aos outros de onde eu sou e o lugar onde eu vivo.

As pessoas da mesma rua são vizinhas, e este nome apenas em um sentido mais ou menos vago pode ser aplicado a quem mora nas outras ruas de um mesmo bairro. E, então, dizemos: “minha vizinha, dona Tereza”. E usamos palavras mais sonoras e menos usuais, como: “conterrâneo”, “concidadão”, “compatriota” para as pessoas com quem compartilamos o sermos de, ou o vivermos em uma mesma cidade, em uma mesma nação. Que nomes nós deveríamos dar às pessoas que compartilhem conosco um mesmo Mundo em um mesmo Planeta?

Conversamos com um “vizinho de rua” sobre os problemas comuns dela. E podemos nos sentir ofendidos se um alguém “de outra rua” vem falar mal da “nossa rua”. E vale o mesmo para o bairro e, mais ainda, para a cidade e o Estado. E o que dizer do “nosso País”, a “nossa Pátria” (palavras que até escrevemos com letra inicial maiúscula)? Como dói em nós e nos ofende, um alguém “lá de fora” começar a falar da “nossa Terra”, mesmo que no fundo eu ache que ele até possa ter um fundo de razão nisto ou naquilo. “Aqui” ou “lá no

.....

Brasil” até podemos ser bastante críticos com “a nossa Terra”. Mas eles, os outros, que se cuidem.

Voltemos alguns passos.

Lembro que o meu *corpo* descansa na minha *cama* que está no meu *quarto*, que fica na minha *casa*, que existe na minha *rua*, que é uma das ruas de meu *bairro*, que está na minha *cidade* e no meu *município*, que faz parte de meu *estado* que é um dentre outros de meu *país*, que fica em meu *continente* e que comparte com outros o nosso *mundo*, o de um *planeta* do *Sistema Solar* a que damos o nome de *Terra*.

Com sentimentos e sentidos ora muito próximos e ora mais diversos e distantes, moramos, vivemos e pertencemos a uma casa, a uma cidade, a uma nação ou ao universo. E eles são meus... sendo nossos, em escalas em que uma dimensão abriga a outra, ao invés de se opor a ela.

Dizer: “eu moro na rua dos Ipês Amarelos, número 123”, é uma forma de dizer onde eu vivo. “Eu moro em São Sebastião do Paraíso”, é uma outra. “Eu vivo em Minas Gerais” é uma outra; assim como: “eu vivo no Brasil” ou, “eu vivo na Terra e pertencço ao Universo”.

Mas, claro, há diferenças bastante grandes aí.

Eu não posso vender “o quarto que é meu” a não ser vendendo um conjunto chamado “casa”, onde ele está. Já a minha (nossa) casa foi herdada ou comprada por mim (nós), e pode ser vivida, habitada, morada, alugada, vendida, demolida. Tenho a minha casa construída em um terreno de minha rua, mas não posso dispor da “minha rua” como disponho da “minha casa”.

Sou responsável e devo cuidar do que “é meu”, mas me sinto menos responsável ou até mesmo não-responsável pelo que “é meu sendo nosso”. E, menos ainda, eu me sinto muito pouco responsável pelo que “é nosso sendo de todos”. Cuido com desvelo das árvores de meu quintal. Mas dedico menos cuidado às duas árvores da calçada na frente de minha casa. E acho que não

tenho quase nada a ver com as outras árvores da minha rua. E ligo menos ainda para as belas árvores da praça de meu bairro, sete quadras abaixo de minha rua. Eu procedo desta maneira. Mas, eu deveria proceder assim?

Temos uma curiosa maneira de lidar com esses sentidos de propriedade, de posse, de pertencimento, de partilha e de responsabilidade, ou de coresponsabilidade. Temos modos estranhos de pensar a fundo as diferenças e as convergências entre: o “meu”, o “nosso”, o “de todos”, o “deles” e até mesmo o de “ninguém”.

Por exemplo: a minha casa (comprada e escriturada) é minha (nossa) no sentido mais pleno da palavra. É minha porque não é dos outros. Não é deles! É uma propriedade particular. E este “meu” envolve: o prédio da casa, o jardim e o quintal. Isto é, tudo o que abarca o “meu imóvel”.

Do portão para fora tudo o mais que existe no meu mundo, é só meio-meu, menos-meu, deles, dos outros.

Algumas vezes pensamos estas dimensões de uma forma muito pobre, distribuindo entre dois “donos” o que na verdade é de mais “proprietários”. É de um número maior de “usuários” e, principalmente, de “responsáveis”. Por exemplo: “do portão de minha casa pra fora”, tudo o que não é a propriedade particular de outras pessoas como eu, é... “Público”. E então nós tendemos a pensar que o que é público é: “do governo”.

Vamos pensar isto de novo, com um pouco mais de detalhes.

Acontece que muitas vezes pensamos e achamos que a *nossa* rua só é *nossa* porque moramos nela, da mesma maneira como vivemos em um bairro e numa cidade de um município que está num estado de um país. Mas achamos e pensamos que a *nossa* rua, assim como o *nosso* bairro e a *nossa* cidade em *nosso* município, na verdade são uma propriedade do governo. Elas são “do nosso governo”. Dele. São da Prefeitura, do Governo Estadual, ou mesmo do Governo Federal.

Neste último caso podemos até usar uma palavra mais generosa, aqui no Brasil: “da União”. *Nós* moramos e vivemos ali, mas tudo aquilo, do portão de cada casa para fora, é *deles*. Pertence ao Poder, ao Governo. Ele acaba sendo percebido como uma espécie de “dono” e “senhor” de tudo o que não é de uma pessoa (como eu e você), de uma família (como a sua ou a minha) ou de uma instituição social (uma associação, cooperativa, agência, etc, como a “minha igreja” ou o “seu clube”). E, sendo o dono do que não é *meu* e nem *nosso*, é da alçada e da responsabilidade *deles*, do Governo.

Na verdade, as coisas que existem no município onde eu moro e onde nós vivemos, como uma rua, um ponto de ônibus, uma praça, um lago ou um rio, não são, propriamente, uma propriedade do Governo. Mas o Governo em suas várias instâncias e dimensões – o da cidade, do município, do estado ou da nação, do país – é também o responsável “por tudo aquilo”.

Algumas vezes percebemos e pensamos o *público* como tudo aquilo que não sendo *particular*, como a propriedade ou a posse de alguém, acaba sendo *do governo*. Ou se quisermos uma palavra mais formal: do *Poder Público*. A Prefeitura ou o Governo Estadual podem cortar as árvores de uma praça, podem construir uma represa em um rio, ou podem abrir uma estrada de um lugar a outro, passando pelo meu município. Podem tudo isto e podem mais ainda. Pensamos algumas ou muitas vezes assim.

Pois sendo dimensões do *Poder Público*, eles são “donos” e “senhores” *de* são os responsáveis *por* tudo o que não é “meu” ou não é “nosso”, como uma *propriedade particular*, como uma *propriedade partilhada* ou como um *bem comum*.

Sim, isso mesmo: *bem comum*.

Vamos repetir e guardar com cuidado e carinho estas duas palavras. Elas irão nos acompanhar daqui em diante e deverão nos ajudar a trazer outras

palavras para cá. Um *bem comum* é tudo aquilo que as pessoas de uma comunidade possuem e compartilham coletivamente. Logo, deve ser também aquilo pelo qual as pessoas de uma comunidade se sentem co-responsáveis. Isto é: responsáveis em comum, coletivamente, comunitariamente, solidariamente.

Bem comum é aquilo que não sendo propriedade de ninguém e nem do poder público, é uma posse e é um benefício de todos, por igual. É tudo aquilo que não pertencendo a ninguém individualmente, familiarmente, empresarialmente, ou governamentalmente, como uma espécie qualquer de propriedade privada ou corporada, é um bem *público*.



E eis agora uma idéia importante para ser aprendida, sabida e vivida. Uma estrada, uma praça, ou a banda de música de uma cidade não são *públicos* porque pertencem ao Poder Público, ao Governo. *Bens públicos* são públicos porque pertencem à *polis*.

Este é o nome grego para a “cidade”, para a comunidade de cidadãos que compartilhem a vida e a co-gestão de uma mesma cidade. E são *públicos* por que têm a ver com o *populus*. Este é o nome latino para dizer “povo”, pessoas de uma mesma cidade, de uma comunidade. Ou seja: todas e todos nós.

Um “bem” é “público” porque é algo de posse e de proveito coletivo e solidário. Porque, não pertencendo a *alguém* em particular, pertence em comum a *todos nós*; pertence a *todas* e a *todos nós*.

Eis então como nós podemos pensar com o número “três” aquilo que muitas vezes contamos com o número “dois”. Pois, entre aquilo – da praça à árvore da praça e da árvore da praça às flores da árvore da praça – que não é *propriedade particular* e nem é *propriedade do Governo*, existe tudo o que é um *bem comum*. Um “nosso bem”, uma posse e proveito de toda uma *comunidade*.

Nunca é o bastante repetir: entre o *meu*, o de *uma empresa*, e o *do governo*, existe tudo o que é *nosso em comum*: coletivamente, solidariamente, comunitariamente.

Prestando bastante atenção, vemos que essas diferenças podem ser até mesmo compreendidas com facilidade. Vejamos as suas diferenças.

Assim, em um aeroporto, em um quartel militar, em um palácio presidencial, e em outros tipos de prédios espalhados por todo o Brasil, há uma placa (ou várias, se ele for muito grande) onde deverá estar escrito: “propriedade do governo federal”; ou “propriedade da União”; ou, ainda, “patrimônio do Governo do Paraná”. Aí sim: um poder público municipal, estadual, federal herdou aquilo, recebeu aquilo em doação, comprou “aquilo”, escriturou e possui aquilo como uma propriedade legítima. Como você e eu possuímos a nossa casa.

Certo. Alguns bens patrimoniais pertencem ao poder público. São de um governo. Mas, e as árvores de *nossa* rua? E a *nossa* rua? E as árvores, os brinquedos de crianças, os bancos e os passeios “públicos” da praça do *nosso* bairro? E o bosque de árvores do Horto Florestal de *nossa* cidade? E os riachos e o rio que cortam o *nosso* município? E as suas matas e montes? De quem são? Quem é dono “de tudo isto?” De quem é a posse ou a propriedade “de tudo isso?”. De cada um de nós individualmente? Não! De uma única família proprietária? Também não! Do governo? Da prefeitura municipal? Também não, ainda!

Estas coisas da *nossa* rua, do *nosso* bairro, da *nossa* praça, da *nossa* cidade e do *nosso* município, são *nossas*. Não sendo de ninguém “em particular” e nem sendo “propriedade do governo”, todas essas coisas e muitas outras são de *todos nós*.

São, cada uma ou cada um deles, de uma árvore, a toda floresta, e de um banco a toda a praça, um *bem comum*. São nossos *bens comuns*. Nem *meus*, nem *seus*, e nem *do governo*. Pois são *nossos*. São da *comunidade* que *nós* somos, que *nós* criamos, em que *nós* vivemos, que pertence a *nós* e à qual *nós* pertencemos.

E é bem verdade que *nós* somente vivemos de fato em uma rua, em um bairro, em uma cidade e em um município, quando somos e nos sentimos parte da *comunidade* e da vida social que dia a dia fazem a vida cotidiana e fazem também a história de *nossa* rua, do *nosso* bairro, da *nossa* cidade e de *nosso* município.

Isso deveria valer e acontecer da mesma maneira como nós nos sentimos parte e vivemos a vida comunitária da *nossa* igreja, do *nosso* clube, do *nosso* sindicato, do *nosso* time de futebol (aquele de quem somos a “torcida” ou aquele de que somos os jogadores), da *nossa* associação de moradores. E da mesma maneira como os nossos filhos falam da *nossa* escola, quando falam da escola onde por algum tempo de suas vidas eles estudam.

Mesmo que não saibamos disso, ou mesmo que isso não tenha muita importância, compomos uma *comunidade de moradores* de uma rua, de freqüentadores

.....

assíduos de uma praça, de um parque municipal ou mesmo de uma praia de rio, de lago, de represa ou de mar. Compomos e somos parte da *comunidade* mais ampla, e também um pouco mais difusa, que compartilhos com as mulheres e os homens de um mesmo bairro, de uma mesma cidade e de um mesmo município.

O Brasil mesmo, além de ser o nosso *País*, é a nossa *Nação*, a nossa *Terra Natal* e a nossa *Pátria*. Nós compomos nele e com ele uma *comunidade nacional*. Somos brasileiros e somos concidadãos porque o Brasil, bem mais do que um território físico ou uma entidade política, é a nossa *comunidade nacional*.

Minha cidade e meu município ou, melhor ainda, a *nossa cidade* e o *nosso município*, também não são apenas uma porção de prédios, de ruas e de praças. Não são também apenas entidades jurídico-políticas no interior de um Estado chamado Rio de Janeiro e de um País chamado Brasil. Eles são “isso” na medida em que nós, os que nascemos e/ou moramos e vivemos “aqui” convivemos como participantes das *comunidades sociais* que eles são e em que eles se sub-dividem.

Nós partilhamos coletivamente os seus-nossos *bens comuns*, os seus-nossos *patrimônios naturais*, como um morro, um rio, uma floresta ou uma árvore. E partilhamos os seus *patrimônios culturais*, como uma igreja antiga, um velho teatro, uma escola pública centenária, ou mesmo uma nova praça de esportes. Lemos jornais de bairros, quando a cidade é muito grande, como o Recife ou São Paulo. Ou lemos os jornais da cidade, do município. Escolhemos a cada quatro anos as suas-nossas autoridades políticas, do prefeito aos vereadores. E pode ser que sejamos convocados em outras ocasiões a votar para escolhermos algo importante para o destino de *nossa cidade* ou de *nosso município*.

Somos *nós*, nós *em comum*, em *comunidade*, os donos (isto mesmo), os beneficiários, os usuários, os “curtidores” do imenso patrimônio natural e cultural que compõe todo o repertório de *bens naturais*, *bens culturais* e, em conjunto,

bens patrimoniais partilhados *por* e *entre* nós.

E assim como eu cuido do *meu* quarto e, em família, nós cuidamos de *nossa* casa, assim também, em comunidade, somos responsáveis pelo cuidado do que é por direito nosso, de todas e de todos nós, e que partilhamos *em comum*, comunitariamente. Nós somos os gestores das frações de natureza e de cultura dos mundos próximos que nos tocam não só para conviver e “curtir”, mas também para recriar, cuidar e preservar.

As árvores de (minha) *nossa* rua, a praça de *meu* (nosso) bairro e os rios de *nosso* município, de *nosso* Estado ou *nosso* País, tudo isto não constitui a minha propriedade, porque são bens-de-nós-todos, e compõem e entrelaçam os cenários e as coisas pelas quais somos co-responsáveis.

E co-responsáveis, inclusive, em termos de vigilância da maneira como o *poder público* lida com “aquilo que não é dele”, como uma propriedade, mas pelo qual ele é responsável, como nós, sozinhos ou entre-nós, somos co-responsáveis.

E só fazemos isto porque nos sentimos, de uma maneira ou de outra, “parte de”. A menos que alguém escolha viver uma vida absolutamente isolada e solitária, todos nós vivemos *em* e *entre* *pessoas e comunidades de vida e de destino*. Um casal é uma dessas comunidades, e parece ser a menor delas. Uma família-nuclear composta de mãe-pai-e-filhos é uma outra. Uma família ampliada é outra, ainda, e é um pouco maior, pois ela acrescenta à família nuclear, por exemplo, a mãe do marido, uma irmã da esposa, um sobrinho do casal, morando para sempre ou por uns tempos na mesma casa.

Uma parentela – uma rede de parentes consangüíneos (irmãos, avó-e-neto, primos e sobrinhos) ou afins (sogra-e-genro, cunhados, compadres) – é uma outra comunidade. E para além das comunidades e redes do parentesco, quantas outras fazem ainda hoje, ou fizeram um dia parte de nossas vidas? E

.....

elas podem ir do pequeno grupo de meninos amigos que vivem na mesma rua e convivem as mesmas alegrias e aventuras, até aquilo que algumas linhas acima chamamos de *comunidade nacional*.

Este sentimento de pertencer a *comunidades sociais de vida e de destino* pode estender-se das “pessoas de minha família” a “todas as pessoas de minha religião” e, mais além, pode ir até “todas as pessoas do mesmo Planeta Terra, com quem reparto a inevitável aventura da Vida”. E aí eu posso dizer então que me sinto parte de uma imensa “comunidade planetária”. E posso até mesmo dizer, junto com outras tantas pessoas, que “a Terra inteira é minha casa” e que “todo o Universo é minha Pátria”.

Vivemos sempre uma vida plural, coletiva e solidária. Aprendemos ao longo de muitos milhares de anos a nos fazermos seres humanos, porque bem ou mal aprendemos a conviver. Aprendemos uns com os outros a vivermos juntos, a partilhar entre-nós uma vida que, sem esses exercícios de partilha em comum, seria impossível.

Em tempos como os de hoje em dia, em que muitas coisas parecem apontar para os desejos e as promessas do individualismo (que é a doença da individualidade), do particular, do “privê”, devemos re-aprender que a felicidade humana é a coragem cotidiana da saída de si-mesmo em direção ao outro. Em direção às outras pessoas. É a busca e a ventura do sabermos criar juntos. Criar, construir, e aprender a cada dia a compartilharmos e partilharmos não apenas as alegrias da vida, mas também o trabalho solidário que torna e há de tornar mais fecunda, mais harmoniosa e mais feliz esta mesma vida humana que nos é dada viver em algum lugar da Terra, durante algum tempo de sua História.

Uma pensadora alemã escreveu um dia uma idéia bastante forte sobre essas coisas. E ela escreveu as palavras abaixo para lembrar justamente que o coletivo e o plural, aquilo que somos parte, antes de sermos uma individuali-



dade isolada, é o que nos torna humanos a cada dia.

Nada e ninguém existem neste mundo cujo próprio ser não pressuponha um espectador. Em outras palavras, nada do que é, à medida que aparece, existe no singular; tudo o que é, é próprio para ser percebido por alguém. Não o Homem, mas os homens é que habitam este planeta. A pluralidade é a lei da Terra⁵.

Por estranho que pareça, esta passagem de Hanna Arendt poderia nos levar de volta à nossa casa e ao seu jardim. E quem não mora mais em uma casa e nem tem um jardim, por favor, por um momento imagine uma e um.

Posso ter um jardim e não cuidar dele. Então, para que ter um jardim, se as suas flores não passaram pelo carinho do cuidado de minhas mãos? Mas eu posso cuidar dele, mesmo que divida esta tarefa com um jardineiro. E posso cuidar dele pensando assim: *quero que todos saibam que este é o jardim mais bonito da minha rua*. Mas eu posso cuidar dele pensando de uma outra maneira: *quero que a minha rua fique mais bonita também por causa do meu jardim*. Posso cuidar dele pensando assim: *hoje em dia uma casa com um belo jardim na frente fica mais valorizada na hora de vender*. Ou assim: *eu cuido do meu jardim porque eu devo o meu carinho e o meu cuidado às plantas que estão nele; elas são minhas na medida em que eu me sinto responsável por elas e cuido delas*.

⁵ O livro é de Hanna Arendt, e a passagem está na página 17 do livro *A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar*, da editora Relume-Dumará, do Rio de Janeiro, no ano de 2000.

.....

Posso cuidar de meu jardim e jogar na rua o “lixo dele”, porque do portão para fora o mundo não me interessa. Mas posso pensar que vale muito pouco limpar e cuidar do que é meu às custas “do resto do mundo”, a começar pela calçada de minha casa.

Ao cuidar de meu jardim, posso tratar também das duas árvores que há muitos anos existem na frente de minha casa. Posso até fazer ao redor delas outros dois pequenos jardins. Vai dar um pouco mais de trabalho. Mas, de repente, eu vou descobrir que o meu jardim cresceu e saltou o muro de minha casa. Não importa tanto que “do lado de lá” ele não seja tão meu quando “do lado de cá”. Acaso as flores das árvores na calçada de minha casa não embelezam as manhãs de cada dia e não enchem de vida toda a minha casa, quando florescem em cada mês de maio?

Posso fazer mais. Posso me juntar a outras pessoas de minha rua para tornarmos “a rua onde moramos” mais humana, mais verde, mais bonita. Podemos fazer parte disto considerando a rua, suas calçadas, árvores e o que mais haja nelas, “do lado de lá” da casa de cada um, como um *bem comum*.

Podemos fazer a outra parte disto “cobrando” do poder público a sua cota de responsabilidade. Vai dar mais trabalho, mas além do “jardim de cada casa”, poderemos ao cabo de algum tempo ter uma rua pouco a pouco transformada em um “jardim de todos”.

E podemos, juntos e organizados através de uma associação de moradores, por exemplo, estender os nossos cuidados e a nossa vigilância até às praças do bairro; até às suas matas se ainda houver matas no bairro; até às suas águas, de um riachinho a um grande rio que corta o bairro, a cidade e o município.

Vai dar mais trabalho ainda. Mas agora é um trabalho em que cada um de nós sai ganhando bem mais do que imagina.

E sai ganhando, primeiro porque aprende a sair de si mesmo (sair de



viver preso “no lado de cá” do muro) e a partilhar com os outros os trabalhos, a co-responsabilidade pelo “lugar onde eu vivo”. A compartilhar as experiências de vida de todos os dias, onde sempre cada um aprende com as outras e aprende bem mais do que imagina.

E sai ganhando, em segundo lugar, porque de agora em diante, ao ver o que está acontecendo à minha volta e ao fazer as minhas críticas ao que se passa na rua, no bairro, na cidade e no município, eu tenho a visão ativa de quem comparte e participa e, não, a visão passiva de quem fica olhando a vida “do lado de cá” na espera de que os outros façam o que eu acho que “não tem nada a ver comigo”.

E sai ganhando, ainda, porque ao estender o “meu jardim” dos limites do que é “propriedade minha” ao que é “um bem comum que eu possuo e partilho com os outros”, eu descubro que estendi não apenas o “meu jardim” para além dos muros “da minha casa”. Eu estendi foi a minha própria vida e foi o meu sentido de vida até limites onde ela própria sai de meus muros e se alarga a todo o Mundo e a toda a Vida que há nele. Um Mundo e uma Vida dos quais cada vez mais eu me sinto um eixo e um elo.



4. “Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos”: o município educador sustentável

De agora para frente vai ser preciso mudar um pouco (mas um pouco só) o tom e o rumo do que foi escrito até aqui. Pois daqui em diante temos uma proposta a fazer. E é sobre ela que estaremos falando.

O começo dela cabe nas três palavras escritas quatro linhas acima: *município educador sustentável*, ou, no plural: *municípios educadores sustentáveis*. Das três palavras escritas, as duas primeiras são mais antigas e são mais conhecidas. A terceira, nem tanto. E agora elas só fazem sentido quando pensadas umas pelas outras, umas através das outras. Por isso seria bom começarmos aprofundando o nosso conhecimento a respeito de cada uma delas. E, depois, sobre o que há em nossa proposta de um Programa **Município Educador Sustentável**, quando as três palavras se reúnem.

Começemos pela primeira. E a primeira palavra é: ***município***.

No ***Novo Dicionário da Língua Portuguesa***, o nosso “Aurélio”, o verbete “município” é definido assim⁶:

⁶ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, editado pela Nova Fronteira, do Rio de Janeiro. Fazemos referência aqui à 3ª edição. O verbete “município” está na página 1381.



Município. (Do lat. *Municipiu*), S. m. **1.** Circunscrição administrativa autônoma do estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores; municipalidade, conselho. **2.** O conjunto dos habitantes do município (1); municipalidade.

A palavra “município” vem do Latim, a língua de que surgiu o Português. E na sua origem a palavra “município” quer dizer uma unidade de vida local de pessoas, dentro da organização da sociedade romana. No Brasil o município é a menor unidade político-administrativa da Federação. No interior de um município há sempre uma cidade-sede. Em alguns existem também algumas



cidadezinhas menores, chamadas oficialmente de *distritos*, e elas recebem diferentes denominações nas regiões do País: povoados, arraiais, patrimônios, vilas, vilarejos, freguesias, aldeias (tradições portuguesas), bairros rurais. Na quase totalidade dos municípios do Brasil, nós reconhecemos uma ou algumas “áreas urbanas” e uma ou várias “áreas rurais”.

A cada dois anos elegemos os nossos governantes. Escolhemos pelo voto livre as pessoas a quem delegamos o dever de administrarem, em nosso nome, as diferentes instâncias do poder público no País. Em uma eleição escolhemos os representantes do poder federal e dos poderes estaduais: o presidente da República, o vice-presidente, os governadores de Estado e seus vices, os senadores, os deputados federais e os estaduais. Na outra escolhemos os nossos representantes mais próximos: os de cada município de cada Estado da Federação de estados da chamada: República do Brasil. Escolhemos o prefeito e seu vice, e os vereadores.

Na definição de dicionário do “Aurélio”, é no item “2” que nós aparecemos: “o conjunto de habitantes do município”. Esta definição não enfatiza o bastante algo muito importante, essencial mesmo. Algo de que nós devemos nunca esquecer: um município não é somente o conjunto numérico dos seus habitantes. Ele é, principalmente, os seus sujeitos individuais (como você ou eu) e coletivas (como uma família), criadoras das comunidades sociais de vida e de trabalho ativo que nós criamos e em que vivemos a vida de todos os dias.

Vocês já prestaram atenção em uma coisa curiosa? Os continentes do planeta Terra onde vivemos não têm um “hino continental” e nem uma bandeira. Quem conhece o hino da África ou a bandeira da América do Sul? Mas todos os países que existem em nosso mundo, e que se fazem representar na *Organização das Nações Unidas* possuem o seu “hino nacional” e a sua bandeira.

Cada país é a maior unidade política e social onde emblemas, hinos e



bandeiras existem e representam uma identidade nacional, uma nacionalidade. Em alguns países, como o Brasil, as unidades maiores em que ele se divide, os estados da Federação (em outros países chamados de “províncias”) também possuem os seus emblemas, hinos e bandeiras. Nos prédios públicos das cidades de cada um dos estados brasileiros, em alguns dias festivos lá estão hasteadas a bandeira nacional e a estadual.

Ora, assim também os nossos municípios – as unidades territoriais e sociais em que se divide um Estado da Federação – possuem os seus emblemas, as suas bandeiras e os seus hinos. Pode ser que muita gente não os conheça ou não saiba bem como eles são. Mas na sede da Prefeitura ou num dia de formatura em uma escola municipal lá estão, não apenas duas, mas três bandeiras: a nacional, a estadual e a municipal. Assim, uma outra maneira de dizer o que é um município no Brasil é lembrar que ele é a menor unidade da Federação que possui, de pleno direito: um emblema, uma bandeira e um hino.

Um continente inteiro não possui nenhum dos três. Um distrito de um município também não. Talvez este fato estabeleça os limites dos cenários sociais de vida em que há um reconhecimento político e patriótico de uma identidade. Cada um de nós se identifica por ser de um País, por haver nascido em um Estado e por viver em algum lugar de um Município.

Mais do que um simples local colorido em um mapa, e bem mais do que uma “unidade oficial de um País”, um município é um *espaço natural* tornado também um *lugar social* através do permanente trabalho de socialização da natureza e de sua transformação em cenários de vida humana, logo, de vida natural e também social e cultural.

Nos mapas escolares, nos guias oficiais e nos folhetos de roteiros turísticos, um município costuma ser descrito através dos seus cenários naturais; dos seus espaços de produção agrícola, pastoril, de mineração ou industrial; dos

.....

seus patrimônios culturais e dos seus indicadores sociais de qualidade de vida, como a saúde, a alimentação, o transporte, a educação, a comunicação, a segurança e alguns outros.

Mas na sua realidade mais verdadeira, o município onde nós moramos e vivemos... somos nós. Antes de ser composto por lugares e coisas, ele é criado, vivido e pensado por nós.

Mais do qualquer outra coisa, o lugar onde vivemos, onde nos encontramos uns com os outros e onde exercemos os nossos trabalhos foi, é e segue sendo criado por nós. E, assim, ele existe no Mundo através de nós. Nós quem? Ora: as pessoas, as famílias, os outros vários pequenos grupos humanos, e as quantas e tão diversas comunidades que pessoas e grupos humanos criam e em que nós vivemos a vida de todos os dias.

Quando alguém pensa o que é um *município* com um olhar mais oficial, mais legalista, administrativo e político, essa pessoa pode colocar a ênfase do seu olhar sobre as instâncias do sistema de poder público e da administração pública. Quando alguém possui uma compreensão mais econômica e mais financeira do que seja um município, então a ênfase recai sobre a equação das suas “riquezas” e da sua “produção”. Quando alguém pensa um município separando a “cultura feita” nele da dinâmica de “vida cultural cotidiana”, então ele dirige o seu olhar para os bens patrimoniais ali existentes. Como se Ouro Preto fosse os seus prédios coloniais e as obras mestras do Aleijadinho e não fosse, também, as teias e redes das idéias e ações humanas que criam e recriam vida cultural cotidiana e, através dela, uma variedade de formas e expressões de “cultura viva”. Sim, a dinâmica da cultura quando através dela pessoas como você e eu criamos, transformamos e recriamos a teia das nossas interações e os sentidos e significados.

A vida viva de um município está, assim, nas diferentes formas de exer-

ceamos o nosso trabalho e nos frutos do trabalho, como o semear uma lavoura de milho, levantar do chão uma casa, curar um enfermo ou educar uma criança. E tudo isso somado com outras formas e dimensões de vivermos como trabalho, vocação ou lazer, as nossas experiências pessoais ou coletivas com as artes, as ciências ou tecnologias. Pois, como vimos já, em todas as criações humanas existem sempre dimensões legítimas de saberes e valores próprios do senso comum e das culturas populares.

E, dia a dia, nelas estão as diferentes formas de expressão da convivência através das quais as comunidades de um Município, de um Estado e de um País realizam a sua própria vida e escrevem, ao longo do tempo, a sua própria história.

Por isso mesmo, se quisermos compreender a fundo o que seja um município, com um olhar mais abrangente, mais integrado e até mesmo mais harmônico, deveremos fazer interagirem diante de nós os seus vários “domínios”. As diferentes dimensões que, quando separadas, revelam apenas o que representa uma fração dele: os seus cenários e os seus bens e recursos naturais; os seus diferentes patrimônios culturais (de uma grande igreja colonial a um prato de comida típica, e às canções “do lugar” que as mães cantam para os seus filhos); os seus equipamentos e processos de produções econômicas; a sua organização jurídico-política; as suas diversas instituições sociais (de uma igreja a uma escola, ao sistema educacional local, ao da saúde e a tudo o mais).

Eis aqui uma longa relação do que seja um município no Brasil.

Mas, bem mais do que tudo isto, a existência e a vida de um município estão presentes na vida de todos nós, todos os dias. Estão na realidade pensada e vivida das redes de interações da vida cotidiana de suas pessoas, e de seus (nossos) grupos e comunidades de pessoas e entre pessoas.

E já que nós, pessoas, grupos sociais e comunidades somos de fato a

.....

energia e a substância viva de um município, seria bom voltarmos por um momento a algumas imagens e idéias das nossas primeiras páginas.

E porque?

Ora, porque quase sempre no correr da vida um município pode ser para nós uma espécie de meia abstração. Será isso mesmo?

Sei que moro e vivo em uma casa, em uma rua, em uma vizinhança, em um bairro, em uma “zona” de uma cidade (quando a cidade é grande), em uma cidade. Minha cidade, seus bairros próximos à minha rua, a minha rua, a minha casa, o meu local de trabalho são cenários de vivências minhas e são realidades naturais e sociais bastante concretas em minha vida. Eu os reconheço algumas vezes até nos meus sonhos do meio da noite. Seus cenários são, ora mais perto, ora mais longe, o que há de mais real e cotidiano em minha vida. “Aqui é onde eu moro. Aqui nós vivemos.” Este é o lugar do “mundo mais real” em minha vida. Em nossas vidas.

Ali estão os espaços e lugares em que eu me movo todos os dias. Em que eu me movimento da manhã à noite e de segunda a domingo, quando estou vivendo os momentos que dão vida aos meus dias.

Mas, em que eu me movo? E vivo a minha vida através do que?

Eis uma boa pergunta. E uma primeira resposta seria: através dos espaços naturais e dos lugares sociais dentro de cujos círculos eu comparto a minha vida com outras pessoas. Pois no lugar onde eu moro, eu divido “ali” com ou meus familiares, parentes, vizinhos, amigos, companheiros de equipe ou colegas de trabalho, os momentos e as situações em que estou *convivendo*, em que estou *trabalhando*, em que estou *participando*.

Guardemos com carinho estas palavras: *convivendo*, *trabalhando*, *participando*. Daqui em diante elas nos irão ajudar a compreender o que é viver em uma comunidade e o que vem a ser o: participar da vida de uma cidade e de um município.



Quando é que eu estou *convivendo* com outras pessoas?

É quando nós tomamos juntas, as pessoas de minha casa, o café da manhã, antes de cada uma tomar o seu destino. Quando no fim da tarde eu me reúno com um grupo de amigos em uma praça ou em um bar, e nós compartilhamos por alguns minutos um tempo de não fazer mais do que estarmos juntos partilhando a alegria do estar-com-os-outros.

Ao apenas *conviver*, eu convivo e partilho com minha esposa (ou pode ser uma namorada), com ela e meus filhos, com meus parentes próximos e vizinhos, com meus colegas de trabalho durante as horas “de folga”, ou ainda com amigos que eu não via há muito tempo, uma experiência de pura interação com os “meus outros”. Um momento de relacionamento onde o que vale e importa é a pura e simples convivência: o estar-com, o trocar idéias (pode até ser o “jogar conversa fora”), o viver o encontro com os outros pelos outros, sem que nada de trabalho ou de dever se interponha entre nós. Aqui não existe interesse de proveito ou produto algum no que nós falamos e vivemos juntos, uns com os outros, umas através das outras. E o que seria a “vida de todos os dias”, sem estes momentos generosos de partilha da vida pela simples convivência?

Quando é que eu estou *trabalhando*? É quando em minha própria casa, em uma oficina ou em uma escola no bairro, em uma fábrica longe, “na outra ponta da cidade”, eu vivo as minhas horas do dia e os meus dias da semana dedicados ao exercício de um trabalho profissional. E quando eu estou, ou nós estamos envolvidos com o nosso trabalho, mesmo quando estejamos vivendo também relações pessoais com outras pessoas, o foco do que nós vivemos “ali” não está no desejo de estar-com-o-outro, como na *convivência*.

Ele está na realização individual ou coletiva e uma tarefa produtiva. Está no processo de um fazer-e-criar algo através de gestos e de atos de teor profissional. Gestos de ofícios, como os de um lavrador e seus filhos, quando

.....

aram e semeiam em um campo de milho e feijão. Como os do mestre-de-obras e sua equipe de pedreiros e serventes, quando constroem uma casa. Como os da equipe de um Posto de Saúde, quando realizam os ofícios de atendentes, de médicas e de enfermeiros, no cuidado da saúde de quem os procura. Como o da professora e sua turma de alunas e de alunos, que bem poderia ser chamada também de *comunidade aprendente*.

No “estar trabalhando” vale o que se faz, o que se cria, o que se produz através de uma partilha de ações regidas por princípios de saber e por preceitos de exercícios do trabalho.

E quando é que eu estou *participando*?

Podemos responder esta pergunta com algumas outras perguntas.

O que é que eu estou fazendo, quando além de levar os meus filhos à escola e acompanhar o desempenho deles, cuido de acompanhar também o desempenho da própria escola? O que é que eu estou fazendo quando eu estou me envolvendo com uma Associação de Pais e Mestres e estou procurando estar ativamente presente nas suas reuniões?

O que é que estou fazendo, quando além de trabalhar em uma fábrica, eu faço parte ativa de uma associação de operários e procuro estar presente nas atividades genuinamente sindicais?

E o que fazemos, minha esposa e eu, quando além de participarmos da vida religiosa rotineira da nossa igreja, nós nos afiliamos a alguma equipe de trabalho a partir dela, como a Pastoral da Criança, ou uma outra equipe de atuação social vinculada ao Programa Fome Zero?

E o que é que eu estou vivendo junto com meus filhos mais velhos, quando além de desfrutarmos de passeios de fim de semana no Parque Municipal próximo ao nosso bairro, nós nos afiliamos a uma associação ambientalista e,



através dela, nos sentimos participantes, co-responsáveis e atuantes nas questões de preservação e de regeneração da biodiversidade não apenas do Parque, mas de todo o precioso ambiente natural de nosso município?

Eu estou e nós estamos *convivendo* com outras pessoas. Tudo bem. E como a nossa escolha para estarmos ali foi livre e voluntária, esta *convivência* é quase sempre bastante agradável e significativa. Mas o desejo do estar-com-os-outros e partilhar com eles momentos de conversa e de vivência comum não é todo motivo de ali estarmos e de fazermos o que nos toca fazer. Não é todo o motivo e nem é o principal.

Estamos também *trabalhando*, e há dias em que o trabalho “ali” parece mais duro e exigente do que a rotina de nosso próprio trabalho profissional. No entanto, sabemos e sentimos que nossa presença e participação “ali” não objetiva um ganho material. Ao contrário, em geral somos nós que contribuímos para “manter a associação”. Nossa presença “ali” não visa a geração de renda ou de produtos para a venda e o lucro, embora alguma coisa possa ser produzida e vendida para angariarmos “fundos” destinados a alguma finalidade bem mais social do que econômica.

Em todas estas situações eu estou e nós estamos *participando*.

E este é o momento de dizermos que devemos atribuir uma enorme importância a este verbo em todas as suas formas: *participando, participar, participamos*, ao seu substantivo: *participação* e também a algumas palavras companheiras deles: *partilha, partilhar, compartilhar, co-participar, co-participação, co-responsabilidade, reciprocidade, solidariedade*. Aqui e ali elas já apareceram em algumas linhas. E daqui em diante elas nos acompanharão sempre de perto.

Convivendo, trabalhando e participando nós vivemos a vida de todos os dias nos lugares onde moramos (da casa ao município, passando pela rua e o bairro, não esquecer!), onde nós vivemos e onde nós partilhamos a experiência da vida

.....

cotidiana com pessoas com quem partilhamos a cama, o quarto, a casa, a rua, a vizinhança, o bairro, a cidade, o município. E até mais e mais além, de acordo com a extensão da vida de relacionamentos vividos e imaginados por cada uma e cada um de nós.

No entanto, a verdade é que dentre todos os círculos, circuitos e cenários de nossas vidas, parece que as interações e os relacionamentos que de fato contam no dia a dia, vão da casa à rua e à vizinhança; vão ao bairro (e às vezes nem a ele) e à cidade, quando ela é uma cidade pequena. Vão também aos ambientes e cenários de trabalho e de participação social.

Vimos já que parece ser difícil nós nos sentirmos presentes na “vida de nosso município”, como nós nos sentimos presentes na vida de “nossa vizinhança” ou mesmo da “nossa cidade”. Vocês já repararam a quantidade de músicas populares brasileiras que cantam o amor de alguém por uma rua, por um bairro (Noel Rosa e a Vila Isabel), ou mesmo por uma cidade. Mas embora possam até existir, são bem mais raras as músicas de amor por todo um município. E, no entanto, onde está a “minha casa?” E o meu “lugar de trabalho?” E os meus queridos “cantos e recantos de convivência?” E a “minha rua”, onde ela está?

Mesmo que não prestemos muita atenção a isto, somos testemunhas de que em todo o Mundo e por toda a parte cresce uma preocupação universal, uma inquietude mesmo. Ela se origina de uma consciência cada vez maior e mais partilhada por inúmeras pessoas, de que somos nós próprios os responsáveis pela nossa Vida e pela Vida no Mundo. Vivemos em um mundo em que estamos sempre sendo convidados a estender o nosso olhar e o nosso sentimento de pertencimento.

A cada dia mais sentimos que somos todas e todos co-responsáveis pelo nosso destino pessoal; pelo destino das pessoas com quem compartilhamos a nos-



sa vida, as mais próximas e mesmo as mais distantes. E sentimos que somos co-responsáveis pelo destino de tudo o que é vivo na Terra e comparte nela, conosco, a experiência do milagre da Vida. O rio que passa “na minha aldeia”, carrega água que vale muito para a minha aldeia, o meu País e o Mundo inteiro.

Somos, bem mais do que imaginamos, as pessoas em cujas mentes e mãos estão – ou deveriam estar – *o saber, o dever e o poder* de melhorar a qualidade de nossas vidas e da Vida do Mundo onde vivemos, a começar (como sempre) pela nossa casa, por nossa rua, pelo nosso bairro, nossa cidade e nosso município.

Durante muito tempo fomos levados a crer que cada pessoa e cada família cuidam “do que é seu”, de suas vidas e do que está “do portão para dentro”. Hoje aprendemos que as vidas e os portões se abriram e que, a começar pelo “lugar onde eu vivo”, o Mundo inteiro é o meu lar... desde o *município* onde eu moro e onde nós vivemos.



Educador

Educador é o segundo nome de nossa proposta: *município educador sustentável*. Ora, uma escola é um lugar “educador”, é um lugar de educação. Mas, e um município?

Sim. Uma rua, uma praça, um centro público de convivência, um bairro, uma cidade, um município são o quê? Ora, todos esses círculos de Vida que envolvem a casa onde moramos e nos estendem dela ao Mundo onde vivemos, podem muito bem serem pensados como *educador*. *E podem ser pensados assim* em pelos menos duas dimensões. Vejamos.



A primeira.

Quase tudo o que nós vivemos em nossas relações com outras pessoas ou mesmo com o nosso Mundo, como no contato direto com a natureza, pode ser também um fecundo momento de aprendizado. Podemos estar ou não conscientes disso, mas cada troca de palavras, de gestos, e de serviços com uma outra pessoa, costuma ser também um momento de ensino-e-aprendizagem. De uma para o outro, aquelas e aqueles que se encontram: conversam, dialogam, deixam passar de si mesmos ao outro algo de suas palavras, algo de suas idéias, algo de seus saberes e algo de suas sensibilidades.

Querendo ou não (mas é melhor estar querendo) estamos, no conviver com outros e com o mundo, de uma maneira ou de outra nos ensinando e aprendendo. Na verdade, ninguém *ensina* ninguém, porque o *aprender* é sempre uma aventura interior e pessoal. Mas também ninguém *se educa* sozinho, pois o que *eu aprendo* ao ler ou ao ouvir, provém sempre de saberes e de sentidos vindos de outras pessoas. Provém de conjuntos de conhecimentos, valores, teorias e receituários do “como fazer na prática”, que estão permanentemente em fluxo, em trânsito, em movimento, sendo passados e transmitidos de uma a outro, de um à outra.

Temos o costume de imaginar que apenas pessoas treinadas para tanto são capazes de ensinar e de educar. Entretanto, ao revermos a nossa própria Vida passada e presente, nos damos conta de que não é sempre e nem é bem assim. Não é bem assim a começar pelos nossos pais e por outras pessoas “mais velhas” da família, com quem aprendemos boa parte do que sabemos, desde os começos de nossas vidas. E para nos terem ensinado tanto, essas pessoas não fizeram cursos especiais e não receberam diploma algum.

Embora as nossas professoras e os nossos professores tenham sido, ou sigam sendo até agora, os nossos educadores mais motivados, pois eles são pro-

.....

fissionais no assunto de ensinar-e-aprender, eles sabem que não são os nossos únicos educadores. E nem mesmo em uma escola é apenas com eles que acabamos aprendendo tudo o que é importante para as nossas vidas.

Do lar ao círculo mais amplo dos parentes e dos vizinhos, deles aos pequenos grupos sociais em que vivemos a nossa Vida de todos os dias, de um time de futebol a uma igreja, a uma equipe de trabalho, a uma outra equipe qualquer, e dela a uma associação de moradores do bairro, estamos sempre envolvidos *em* e participando *de* pequenas e médias comunidades de vida e de destino. Algumas por poucas horas, algumas por alguns dias, algumas por muitos meses, algumas por toda uma Vida.

E é de cada uma delas e é também da interação entre elas que, ao longo de nossas vidas, nós nos vemos às voltas com pequenas e grandes trocas de significados, de saberes, de valores, de idéias e de técnicas disto e daquilo. Tanto é assim que eu lembro que podemos chamar cada uma dessas unidades sociais, de *comunidades aprendentes*. Unidades de associação e partilha da vida em que ao lado daquilo que se faz como o motivo principal do grupo (jogar futebol, reunir-se para viver uma experiência religiosa, trabalhar em prol da melhoria da qualidade de vida no bairro, e assim por diante) de um modo ou de outro as pessoas estão também *inter-trocando* saberes entre elas. Estão mutuamente *se ensinando e aprendendo*.

Com o crescimento das unidades sociais de participação e serviço, como as muitas *organizações não-governamentais*, esta dimensão educativa de todas elas tornou-se cada vez mais clara e mais motivada. Algumas atuam no campo da própria educação, como os grupos e os movimentos de *educação ambiental*, de *educação de jovens e adultos*, ou as diferentes *associações de pais e mestres*. Outras atuam na área da saúde, na dos direitos humanos, na da promoção e valorização do trabalho da mulher, em uma cooperativa de produção de agricultura orgânica,



em um sindicato de classe, em uma associação de moradores, em um serviço de igreja, em um movimento em favor da preservação do meio-ambiente ou, de maneira mais direta, do “mico-leão-dourado”.

Por diferentes que possam ser em seus objetivos e nas suas “áreas de atuação”, em todas elas há uma vocação a serem também *educativas*. Tanto é assim que todas as pessoas que participam de uma ou algumas dessas unidades sociais de participação e serviço, um dia reconhecem, quase sempre: “o tanto que eu aprendi ali”.

Assim, ao lado das instituições de *educação formal*, como uma escola municipal, um colégio estadual ou uma universidade federal, convivemos todos os dias e ao longo de toda a Vida com várias comunidades de trabalho, de serviço de participação e de *mútuo ensino-aprendizagem*. Dentro e fora da escola estamos sempre envolvidos com diferentes tipos de *comunidades aprendentes*.

De um modo ou de outro estamos sempre trabalhando *em*, convivendo *com* ou participando *de* unidades sociais de vida cotidiana onde pessoas *aprendem ensinando e ensinam aprendendo*. Pode ser que em algumas delas haja especialistas em ensinar – os diferentes tipos de educadoras e educadores profissionais – ao lado de não-especialistas que aprendem. Mesmo um time de futebol de bairro tem o seu técnico, e é de esperar que ele saiba ensinar ao “time” os segredos do ofício. Mas todo o bom técnico de futebol aprende muito com os seus jogadores.

Ora, em qualquer grupo humano que se reúna para viver ou fazer qualquer coisa, todas as pessoas são sempre fontes originais de saber. Cada uma delas trabalha, convive e/ou participa com o que trás do repertório único e irrepitível de seus saberes, suas sensibilidades e seus sentidos de Vida, originados de suas experiências, também únicas, pessoais e irrepitíveis.

Saberes são *diferentes* uns dos outros, como o do servente de pedreiro, o do pedreiro, o do mestre de obras e o do engenheiro. Mas não são *desiguais*. Nós

.....

às vezes nos acostumamos a classificar os conhecimentos e as culturas opondo as “selvagens” e as “civilizadas”, as “populares” e as “eruditas”, as “cultas” e as “incultas”. Mas, na verdade da vida social, cada “tipo cultural de saber” e cada “unidade pessoal de saber” (cada uma ou um de nós) sempre criam, renovam, guardam e convivem com os outros a partir de eixos e feixes de conhecimentos próprios e pessoais. Conhecimentos vividos e pensados que possuem em si mesmos o seu valor diferenciável, mas nunca comparável.

Como o foco de nossa conversa neste livro é a sustentabilidade e a co-responsabilidade social no que toca a *questão ambiental*, a partir dos cuidados do “lugar onde eu moro” e do “lugar onde nós vivemos”, podemos tomar este próprio campo de saberes e de ações sociais como um bom exemplo.

Tudo o que tem a ver com a natureza dos sistemas vivos e as suas interações entre eles e com o que existe em nosso planeta, tem sido estudado cientificamente pela *ecologia*. Ela é uma ciência praticada principalmente nas universidades em todo o mundo.

E ela deriva de um nome muito bonito: *eco = oikos*, uma palavra grega que significa: *casa*. *Logia* é uma outra palavra de origem grega, que significa “conhecimento”, “saber”. Assim como *biologia* significa: o estudo da Vida. *Ecologia* quer dizer: “o estudo da casa”. Qual casa? A *nossa*: o Planeta Terra. Sua natureza e a complexa interação entre os seres vivos entre eles e com o todo do ambiente onde vivem e se reproduzem.

Pois bem, a palavra *ecologia* foi criada por um cientista chamado Ernst Haeckel em 1866. Tempos depois ela se tornou uma ciência de pleno direito no mundo acadêmico. Algumas pessoas pensam que todo o conhecimento válido e útil sobre os sistemas vivos e suas interações entre eles e com o ambiente provém da ecologia e de outras ciências afins. No entanto anos, séculos, milênios antes do surgimento da “ecologia científica”, já muitos outros povos, cri-



adores de outras diferentes culturas, geraram e aperfeiçoaram outras formas de pesquisa e de compreensão da Vida, dos sistemas vivos (inclusive nós, seres humanos) e de suas relações com o ambiente, com a Natureza.

Hoje em dia tendemos a reconhecer que as ciências da natureza da Grécia antiga, da Índia, da China, de outros tantos povos, não são sistemas de conhecimentos inferiores aos da ecologia praticada nas universidades e nos centros ocidentais de altos estudos. São sistemas diferentes. São outras maneiras de ver, de perceber, de pensar e de sistematizar saberes e valores.

Assim, ao invés de descartar esses outros sistemas de pesquisa e de compreensão do Mundo e da Vida, como algo arcaico, superado ou não-confiável, a tendência tem sido a de procurar integrar em amplos sistemas mais e mais complexos, todas as contribuições das diversas *tradições culturais*.

Da mesma maneira e numa escala mais próxima, sabemos hoje que quando nós temos pela frente o desafio de nos unirmos para pensar e praticar alguma *ação social* em favor dos direitos humanos, da qualidade de vida e/ou da biodiversidade e da integridade do meio ambiente, o que cada pessoa e cada grupo de pessoas aporta tem sempre o seu valor.

Há um conhecimento que é propriamente científico e nos chega das unidades sociais e de pessoas e grupos de pessoas que estudaram para tornar confiável e proveitoso este conhecimento. Mas tão válido quanto ele é o saber e o modo de ver e agir de outras pessoas, de outros grupos de pessoas, e de outras unidades sociais. As tradições populares dos agricultores e de outras mulheres e homens ligados a diferentes tipos de trabalhos com a terra. O saber dos artistas, dos artesãos, e também o saber dos nossos vários povos indígenas. E cada vez mais, como temos nos voltado a esses saberes outros, em busca de respostas a perguntas que fazemos e que até agora não conseguimos responder sozinhos.

.....



Então, ao lado de uma *ecologia científica*, podemos estender o nosso olhar e perceber por toda a parte uma variedade de *outras ecologias*. De outros *sistemas culturais de saberes, valores e sensibilidades* a respeito da natureza e das múltiplas maneiras como os seus elementos naturais e os seres vivos interagem e se relacionam.

Quando pensamos criar uma *agenda* de princípios e de preceitos para o cuidado do meio ambiente, podemos começar pela idéia de que entre diferentes pessoas e grupos humanos existem e co-existem diversos sistemas de uma *lógica da natureza* e de uma *ética do ambiente*.

Nos vários momentos de um trabalho participativo de produção de conhecimentos a respeito do meio ambiente em que vivemos a Vida de todos os dias, tanto quanto nos momentos de planejar ações e estabelecer procedimentos, nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz, do que a soma de diferentes contribuições. A integração entre diferentes experiências de vida e entre diversos modos de sentir e pensar essas experiências pessoais e coletivas.

Recordemos. A *escola* em todos os seus níveis e em todas as suas formas e variações é a unidade social especializada em *educação*. Mas ela não é o único lugar onde pessoas convivem e interagem trocando experiências e conhecimentos e, assim, mutuamente ensinando e aprendendo. Ela é a instituição *educacional* por vocação. Mas não é o único lugar *educativo* na vida de todos os dias de uma cidade.

A casa e a família que ali vivem também o são. E assim também uma equipe de trabalho em uma fábrica ou em uma repartição pública. E também qualquer associação da sociedade civil.

E, mais ainda. A própria cidade em que vivemos e que (por maior que seja) não é nada mais do que a reunião de todas e todos nós, os seus habitantes,

os seus moradores, os seus cidadãos, pode ser também considerada como uma ampla *comunidade educativa*. Como um entre outros lugares de mútuas trocas de vivências e de saberes entre pessoas cuidadas. E bem sabemos que *cidadão* significa algo mais do que apenas “o morador”. Ele é aquele que mora e vive em uma cidade, em um município. É alguém que aprende todos os dias e se forma e transforma com os múltiplos aprendizados que ele vive “ali”. Ele é também aquele que por morar, viver e aprender a ser alguém “dali”, se reconhece como um co-responsável pelo lugar de onde é e onde vive: a sua e nossa casa, para além do portão “da minha casa”.

E na gestão solidária e co-responsável de *nossa casa comum* de nossa *oikos*, que se estende do quintal de minha casa ao todo da *Casa Terra* onde todos moramos e vivemos, todos os conhecimentos que formam a sua *logia* – o seu saber sobre como cuidar da casa – são igualmente válidos e são proveitosos.

A segunda dimensão (e como a “primeira” acabou ficando longe daqui!).

Num sentido mais aberto e mais corajoso ainda, podemos considerar que a nossa própria cidade e o nosso município são também lugares de *vivências do ensinar-e-aprender*. Eles são também tempos e lugares *educadores*. Vimos isto de passagem linhas acima e podemos rever agora com mais cuidado.

Claro, na cidade e no município existem vários locais onde esta vocação *educadora* nos aparece de uma maneira mais evidente, mais visível. Uma biblioteca pública, um museu municipal, um parque estadual destinado a pesquisas e a experiências de educação ambiental. Várias cidades pequenas e quase todas as cidades de médias para grandes possuem unidades governamentais, públicas e comunitárias de memória social, como um museu. Algumas possuem também espaços públicos e particulares dedicados a alguma forma de difusão educativa da cultura, como um teatro, uma grande concha acústica ou um parque ecológico e temático.

.....

Mas não são apenas estas “coisas” e nem estes “equipamentos sociais” aquilo que trás uma dimensão *cultural* e *educadora* a uma cidade ou a um município. Não são apenas os grandes acontecimentos públicos ou patrocinados por empresas, em fins de semana ou em semanas especiais, aquilo que “dá o tom” cultural e educador à Vida de uma cidade.

Se quisermos ser coerentes com o que foi escrito linhas acima, devemos levar em conta que o *educador* da vida de uma cidade ou de todo um município está também no que nós – as mulheres e os homens da Vida de todos os dias, aprendemos a criar e a fazer entre nós e por nossa conta.

De tudo o que falamos aqui, podemos lembrar que uma das formas mais ativas neste campo das *relações educativas vividas entre pessoas que trocam experiências entre elas*, está nos pequenos grupos, nas cooperativas, nas organizações não-governamentais, e em outras pequenas, médias e grandes associações civis dedicadas a algum tipo de estudo, de trabalho social ou de outra qualquer forma de participação solidária na Vida da cidade. Unidades sociais de idéias, ações e serviços, em geral chamadas de “iniciativas do terceiro setor”.

Sabemos já que em todas elas, qualquer que seja a sua *área de atuação*, há sempre uma dupla vocação. A primeira é a mais direta: ela é a *dimensão social* a que se dirigem as ações mais essenciais de uma associação de moradores, de trabalho voluntário com meninos de rua, de uma cooperativa de catadores de papel e de reciclagem, ou de um movimento de preservação do meio ambiente.

A outra é a *dimensão educadora* sempre presente em qualquer modalidade de grupo de pessoas ou de associação social. Convivendo entre elas, organizando cursos ou outras atividades de formação-para-a-ação, ou vivenciando a própria dinâmica dos trabalhos de cada dia, as pessoas interagem com velhos e novos conhecimentos. Elas apreendem o que não sabiam e aperfeiçoam o que já sabiam. Em um movimento ambientalista com o passar do tempo se apren-



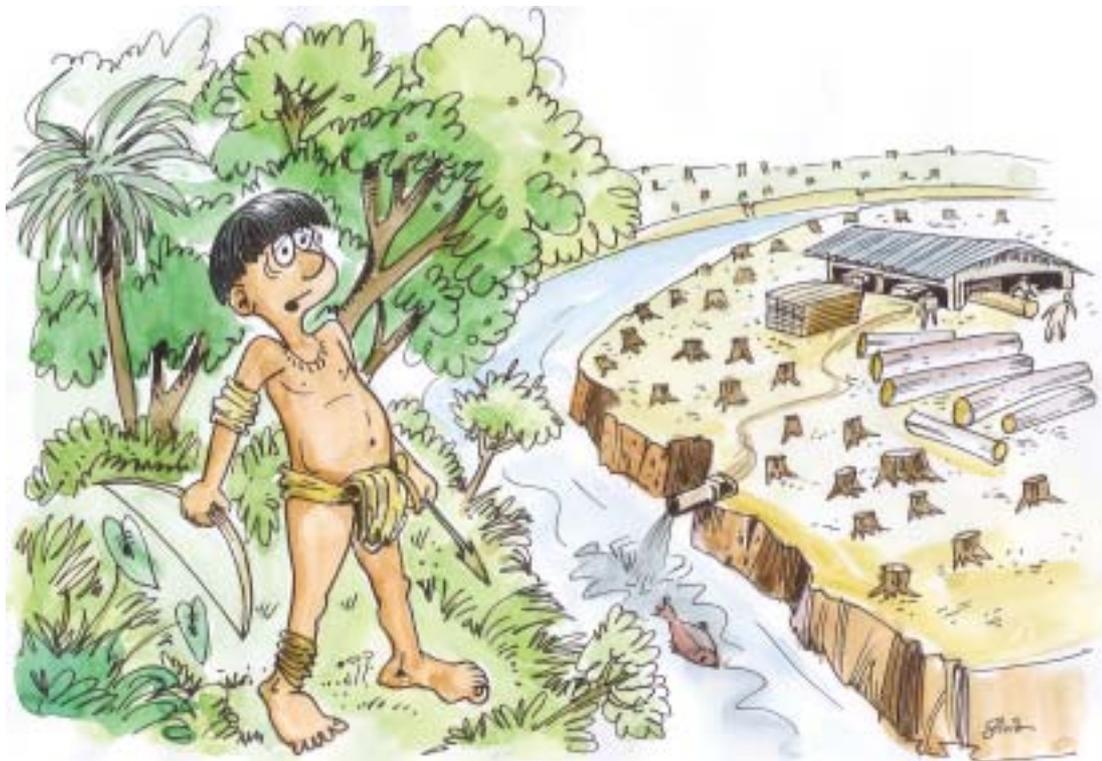
dem teorias e práticas sobre a natureza. Mas se aprende também a experiência de um amadurecimento de práticas de uma *vida cidadã*. As pessoas aprendem os segredos da convivência e desenvolvem, dia a dia, uma crescente consciência de partilha, de cooperação e de solidariedade. Não é raro que uma pessoa diga o quanto passou de “competitiva” a “cooperativa”, de “interesseira” a “gratuita e generosa”, de “individualista e passiva” a “participante e ativa”, e de “solitária” a “solidária”, não tanto pelo que leu e estudou, mas pelo que viveu e conviveu em uma *equipe de trabalhos de um movimento social*.

Esta dimensão *educadora* existe e é essencial em um *movimento de ação social*, ela existe também e se multiplica nas *redes* de trocas de saberes e de experiências que os vários grupos e as várias comunidades de ação social geram e fortalecem dentro de um bairro, de uma cidade, de um município. Talvez mais do que em um museu ou em uma biblioteca, um município se torna *educador* quando gera e multiplica dentro dele os diferentes lugares sociais de intercâmbio de vivências, de práticas de serviço e também, claro, de conhecimentos.



Sustentável

Desde o aparecimento da *espécie humana* no planeta Terra, por milhões de anos o poder de intervenção na natureza de nossos ancestrais mais primitivos sempre foi muito pequeno. Mesmo em tempos bem próximos à chegada dos espanhóis, portugueses e outros povoadores europeus nas Américas, este poder de alterar o equilíbrio “natural da natureza” era ainda muito limitado. Todas as tribos de índios da Amazônia não provocam juntas o estrago de uma única companhia de mineração ou uma grande madeireira.



Durante milhares de anos os seres humanos de quase todas as culturas, mas principalmente nas do Ocidente europeu, acreditavam em duas idéias que estamos aprendendo a repensar agora.

A primeira idéia era a de que somos os *Senhores da Terra* e tudo o que existe na Natureza deve servir aos nossos fins e interesses. A segunda idéia era a de que os recursos naturais do planeta seriam inesgotáveis, do ferro à água e da terra fértil às grandes florestas.

Em nosso tempo e, sobretudo, desde a Revolução Industrial, o poder de os seres humanos agirem sobre, contra ou a favor da Natureza foi multiplicado muitas e muitas vezes. E assim, multiplicado, ele tornou-se ao mesmo tempo uma razoável esperança e uma enorme ameaça.

Sim. Uma esperança.

Uma esperança porque está em nossas mentes e em nossas mãos o cuidarmos com zelo e carinho da Natureza que sustenta a Vida, assim como da própria Vida de cujo milagre e maravilha nós somos parte.

Uma esperança porque podemos, se quisermos, cessar de lidar com os recursos naturais como se eles fossem inesgotáveis e impoluíveis. Uma esperança porque podemos re-aprender a interagir com a natureza como *irmãos do Universo*, ao invés de seguirmos nos relacionando com ela como se fôssemos apenas os *senhores da Terra*. Uma esperança porque está em nossas mentes e em nossas mãos a vocação de recriarmos os cenários naturais e sociais de *reprodução da Vida* e do *equilíbrio natural do Planeta*, reverdecendo e revivificando a única morada que por enquanto temos para morar e viver. Essa casa-nave-Terra que por bilhões de anos gira como precisão sobre uma estrela que, por sua vez, faz a sua viagem sem fim pelo Cosmos, levando ao seu redor os seus planetas e as luas deles.

Mas também uma ameaça.

.....

Uma ameaça porque em boa medida ainda seguimos compreendendo e lidando com a Terra e todo o Mundo Natural como se eles fossem cenários e fontes inesgotáveis de bens e de recursos colocados por inteiro à nossa disposição.

Uma ameaça porque seguimos nos relacionando entre nós, seres humanos, e com a frágil camada de Vida da Terra, a *Biosfera*, conduzidos bem mais por desejos e valores de dominação, de conquista e de sede de ganhos, do que por um espírito de comunicação, e por desejos de vivermos trocas generosas na partilha de nossos bens e de nossos destinos.

Uma ameaça porque agora, mais do que nunca, com os aportes das ciências e das tecnologias chegamos a um ponto em que podemos em pouco tempo exaurir a Terra de seus recursos indispensáveis para a Vida. E podemos contaminar, como temos feito de uma maneira perigosamente crescente, tudo o que é puro e vivo na *Biosfera*. E podemos destruir, com o poder de nossas armas voltadas contra nós mesmos e contra a Vida, o frágil e maravilhoso equilíbrio que torna possível a reprodução de tudo o que existe e vive em nós e entre nós.

Nunca antes em toda a história da humanidade uma geração concentrou em suas mãos e mentes tanto saber e tanto poder. Tanto poder e tanto saber para transformar de novo a Terra em um imenso e fecundo “jardim de todos”. Ou para reduzi-la a um deserto calcinado e vazio da Vida.

Desde pelos menos quarenta anos atrás os cientistas, os pensadores, os artistas, os líderes espirituais e até mesmo os políticos e alguns empresários têm continuamente chamado a atenção de todos os seres humanos para os perigos crescentes que nós próprios criamos e que corremos.

Sim. Hoje vemos que apesar de tudo, de uma maneira afortunada um número crescente e já muito grande de pessoas, de grupos, de comunidades, de povos e de governos, têm chegado a uma nova consciência a respeito de quem afinal somos nós, do que é o mundo onde vivemos e de como devemos viver e



interagir entre Nós, *em nome da Paz*, e com a Natureza, *em nome da Vida*.

Sem perder nada do que é essencial para vivermos uma Vida fecunda, pródiga, feliz, solidária e em harmonia com a Natureza, sabemos agora que podemos passar de uma relação agressiva, expropriadora e *insustentável* entre Nós e para com o Mundo Natural, para uma relação amorosa, recriadora e *sustentável*. Podemos e devemos continuar progredindo e nos desenvolvendo. Mas com uma nova sensibilidade e um novo sentido humano de partilha, de gratuidade, de generosidade, de solidariedade, de cooperação, de participação crítica e criativa, e de uma amorosa co-responsabilidade para com Nós mesmos, para com a Vida e para com o nosso Mundo.

Tudo aquilo de que nós precisamos para viver e nos desenvolver dentro de padrões realmente humanos está aí. Está em Nós e diante de Nós. Está em nossas mentes e está por toda a parte do Mundo onde e quando vivemos e realizamos os nossos trabalhos.

Durante décadas do século XX povos e governos competiram entre eles motivados por palavras como “progresso” e “desenvolvimento”. E “progredir” e “desenvolver-se” tornou-se, mais do que nunca, a bandeira e a meta de todos os governos.

E, claro, estas são metas em parte necessárias e verdadeiras.

Não podemos viver como seres humanos sem aspirar sermos sempre mais do que somos, e sem termos diante de nós o desejo de conquistarmos o que existe de conhecido e de desconhecido à nossa frente, como um desafio. Um desafio seja para compreendermos as profundezas de nossos corpos e mentes, seja para desvendar os segredos e alcançar as constelações mais distantes da Terra, algum dia. Em uma pequena ou grande escala, “progredir” e “desenvolver-se” sempre foi o que nos tornou e segue nos tornando e re-criando como seres humanos.

Mas é a maneira como o *progresso e o desenvolvimento* podem e devem ser realizados, aquilo que precisa ser re-pensado e mudado. E, aqui e ali, algumas políticas públicas, algumas iniciativas empresariais e várias participações da sociedade civil têm sido revistas e têm sido modificadas em vários lugares, entre diferentes povos e pessoas.

E em tudo isto estamos apenas no começo do começo.

Estamos aprendendo de novo, pouco a pouco, uma velha e bela lição. Mas uma lição de uma sabedoria muitas vezes esquecida. Estamos redescobrimo que, entre Nós, no planeta Terra e em todo o Universo, tudo o que existe é parte de um mesmo todo, e tudo interage e se relaciona com tudo.

O poeta que um dia disse que o mover das asas de uma borboleta move o Mundo inteiro, não estava exagerando. O jardim de minha casa começa na beira da minha varanda e vai até muito, muito além de meu portão. Parece que é muito pouco, mas por certo faz uma enorme diferença a água que eu poupo um pouco por dia, somada à água que centenas e milhares de pessoas de minha rua e de meu município podiam começar a poupar todos os dias, e somada à água que por toda a Terra todas as pessoas um dia poderiam aprender a poupar e a manter límpida e cristalina.

É possível que você já tenha ouvido expressões diferentes, como: *ecologia científica, ecologia social, ecologia profunda, ecologia da mente, ecologia do ser*. Bem, a verdade é que existem até mais nomes e expressões deste tipo. E eles traduzem vertentes ou focos postos sobre alguma dimensão do “conhecimento e do cuidado na Casa” (*Ecologia*). São os diferentes nomes e as diferentes tendências de alguma coisa que no fim das contas deságua em dois caminhos convergentes:

Um: o caminho do conhecimento da interação dos seres da Vida (nós, humanos, incluídos) entre eles e com os diferentes cenários do mundo natural: *habitats, ecossistemas, nichos ecológicos*.

Outro: o caminho das ações pessoais (eu por minha conta e risco),

interativas (nós dois, nós três) e sociais (as de nossos grupos ou de nossa comunidade) destinadas ao cuidado do meio ambiente. Aquilo a que damos em geral o nome de *ambientalismo*.

Com uma visão mais integrada e mais abrangente e profunda, ao mesmo tempo, podemos conceber a *ecologia* em pelo menos cinco dimensões. Sim. Pois se nós a tomarmos do mais amplo ao mais pessoal e do mais exterior ao mais interior, podemos estabelecer assim as cinco dimensões interativas e sempre interconectadas de uma *ecologia de todos os dias*:

Quinta: *a dimensão política*: a que envolve as esferas de “conhecimento e cuidado da casa” mais relacionadas ao poder e à gestão pública do meio ambiente, por meio de legislações ambientais, de políticas públicas e procedimentos semelhantes.

Quarta: *a dimensão de socialização da natureza*: a das relações individuais e coletivas passadas entre pessoas, grupos e comunidades humanas, e os diferentes domínios do mundo natural. Aqui, em seu plano mais abrangente, estão os processos e produtos das *ações antrópicas* sobre o meio ambiente. Nota: *Antrópico* é uma palavra de origem grega que significa “do homem” “referente ao homem”. Homem = *anthropos*, daí “antropologia” = estudo do homem, na verdade, estudo das culturas humanas.

Terceira: *a dimensão interativa e interpessoal*: se pudermos pensar que somos também uma espécie de seres vivos entre tantas e tantas outras, uma espécie dotada de consciência reflexiva, de linguagem e de cultura, mas uma espécie de seres naturais ao lado das outras espécies, poderemos pensar que uma das dimensões da *ecologia* abarca o complexo das relações entre pessoas e entre grupos humanos no próprio processo de *socialização da natureza*.

Esta é a dimensão que autoriza alguns pensadores a enfatizarem que dificilmente haverá uma sonhada conciliação entre a Humanidade e a Natureza, entre a sociedade e o meio ambiente, enquanto os seres humanos não apren-

.....

.....

tudo o que fazemos em favor da natureza envolve a criação de lugares de vida favoráveis a uma vida plena e sã para cada uma e todos nós. Em uma outra dimensão, como parte do mistério interconectado da Vida que somos todos e cada um de nós, o *cuidado da casa* começa no cuidado do corpo, como a casa mais íntima e pessoal que somos e que possuímos.

Daí também a relação inseparável entre o que chamamos de *qualidade de vida*, como sendo a interação entre os indicadores naturais e sociais de uma *vida de qualidade* (da educação à saúde) a que todos os seres humanos possuem pleno direito, e a *qualidade da Vida* do meio ambiente, de que dependem o nosso próprio equilíbrio e a nossa harmonia pessoal.

Primeira: *a dimensão do ser pessoal*. Eis o menos e o mais infinito de todos os *habitats* de cada um de nós: o nosso ser interior. A casa mais etérea e real de nós mesmos. A profundidade de nosso ser e a nossa própria identidade destinada à interação sempre mais profunda conosco mesmos, com os nossos outros e com o nosso Mundo. Alguns dirão, e poderão dizer de pleno direito: esta seria a dimensão *ecológica* que envolve o mistério de nossa própria relação com o todo do Ser. E Deus pode ser o seu nome⁷.

Ora, quando a idéia de uma possível outra *qualidade de vida humana na Terra* – uma vida mais harmoniosa, pacífica, dialógica, solidária, fecunda e feliz – surgiu em nosso horizonte, ela veio acompanhada por outras palavras. Conhecemos muitas delas, pois hoje em dia elas saltaram dos livros escolares, dos trabalhos

⁷ Estas dimensões estão baseadas nos trabalhos de Marcos Sorrentino, especialmente em sua Tese de Doutorado, Universidade e Educação Ambiental: um estudo de caso, defendida na Faculdade de Educação da USP em 1995. Nela o autor enfatiza que o mergulho em si próprio pode nos propiciar o distanciamento do diversionismo provocado por este modelo consumista e materialista criando condições para compreendermos ou intuirmos que a VIDA nas suas mais distintas manifestações é um convite à reverência ao seu Criador e uma incitação a dela cuidarmos como testemunho cotidiano de nossa gratidão por existir.

científicos e dos manifestos em favor da Vida, para as páginas dos jornais, e das revistas, e também para as telas da televisão. Uma delas é muito antiga, mas ela ganhou agora uma nova força, uma nova energia. Uma nova *sinergia*, que é a energia dirigida por nós e vivida entre nós com um objetivo de criar o bem e a Vida entre nós. Esta palavra completa o nome da proposta que estamos lançando aqui. E ela é: *sustentável*.

Observem com atenção uma coisa curiosa. Até bem pouco tempo atrás estávamos acostumados a ouvir e a falar a palavra que significa o seu oposto. A palavra: *insustentável*. Uma situação, uma política, um estado de coisas em nossa Vida são ou tornam-se “insustentáveis”. E tornam-se assim quando não conseguem mais ser continuados, suportados ou mantidos.

Ora, com o crescimento da consciência de nossa co-responsabilidade na orientação e condução de nossas próprias vidas – *qualidade de vida* – de nossos mundos sociais – *cidadania ativa* – e do meio ambiente – *educação e gestão ambiental* – a palavra *sustentável* tornou-se essencial. Hoje em dia é “insustentável” viver sem ela. E sem aprendermos a praticá-la, a Vida na Terra também se tornará em pouco tempo... *Insustentável*.

Ela é uma palavra derivada dela: *sustentabilidade*, em um primeiro momento opõem-se a tudo o que sugere: desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação, e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente.

Em um primeiro momento a palavra *sustentável* apareceu associada à idéia de desenvolvimento. Assim, a expressão *desenvolvimento sustentável* tornou-se muito conhecida. Não há hoje em dia programa de governo que a deixe de fora. Ela se opõe aos modelos de desenvolvimento em que os ganhos puramente econô-



.....

micos se sobrepõem a todos os outros ganhos humanos, e aos direitos humanos e da própria Natureza.

O modo como o capitalismo globalizado e francamente monetarizado age sobre a Vida de pessoas, de povos e sobre a integridade da Natureza, é o melhor exemplo daquilo a que se opõe uma proposta de *desenvolvimento sustentável*.

Mas bem depressa tomamos consciência de que esta expressão: *desenvolvimento sustentável*, representa um avanço, mas nem todo o avanço desejável. Não é apenas o *processo de desenvolvimento* aquilo que deve passar de destruidor e apropriador para equilibrado e *sustentável*. Na verdade são as próprias *comunidades humanas* (da sua casa ao nosso município) e as *sociedades humanas* (da nossa cidade a toda a humanidade) aquelas que devem se tornar *sustentáveis*.

Como um princípio de Vida oposto à idéia de um crescimento econômico ilimitado, uma *sociedade sustentável* é a que busca mudanças e transformações que satisfaçam as verdadeiras vocações e necessidades dos seres humanos. Que realizem a vocação humana à felicidade sem comprometer, agora e para o futuro, as condições de equilíbrio e harmoniosa fertilidade da Natureza e, de maneira concreta, do meio ambiente diretamente envolvido em qualquer processo de socialização da Natureza.

Além de ser bastante realista, pois se trata de nada mais nada menos do que garantir a nossa própria sobrevivência, junto com a da Vida na Terra, a idéia de *sociedades sustentáveis* é inovadoramente generosa e solidária para com o presente e o futuro.

Ela pretende transformar mentes e sensibilidades de pessoas, de grupos e de povos inteiros, convertendo-os à idéia de que os desejos pessoais e coletivos de conquista desenfreada e de uma equivalente sede de acumulação de bens e de poderes nos conduzirá a uma inevitável competição destruidora.

Ela pretende transformar pessoas e direcionar nações e povos no rumo

.....

de um espírito de crescente cooperação entre todos. No rumo de uma relação de *sociedade da natureza sustentável e recriadora da Vida*. No rumo, ainda, de partilhas eqüitativas, inclusivas, gratuitas e generosas dos frutos da terra e dos bens e recursos derivados de nosso trabalho junto a ela, com vistas à uma universal regeneração da Natureza e de nós próprios.

Ela se volta ao ideal de criação de um novo *modelo de Vida* e de transformação das condições materiais de reprodução natural da Vida, a partir de nossas próprias vidas de todos os dias. E em nosso nome e no nome de nossos filhos e dos filhos dos filhos dos filhos de nossos filhos.

Pois uma das inovações da *sociedade sustentável* é a sua abertura ao futuro. É a consciência de que somos co-responsáveis por nós em nosso tempo e, também, pela qualidade de Vida e pela integridade da Natureza do Mundo das gerações futuras. Cada geração responde agora e para sempre pelo que faz com, contra ou a favor dela própria. E responde ainda pelo que faz ou deixa de fazer em favor daqueles que ainda haverão de viver, em outros tempos, nos mesmos lugares onde nós vivemos agora.

Uma avaliação crítica de como nós, seres humanos, estamos lidando com o meio ambiente merece ser transcrita aqui. Ela diz assim:

De um ponto de vista rigorosamente ecológico, um ECOSISTEMA funciona de maneira sustentável quando seus insumos e produtos (tanto energéticos quanto materiais) estão equilibrados; com o passar do tempo, não perde quantidades substanciais de nutrientes, uma situação dessas pode ser descrita como equilíbrio dinâmico ou “situação de estabilidade”, embora sempre haja flutuações.

Nenhum dos nossos sistemas correntes de produção básica de alimentos e mercadorias satisfaz esses critérios de sustentabilidade.



*Com a ajuda da energia baseada no petróleo retiramos quantidades insustentáveis de nutrientes de nossa agricultura e desequilibramos as formas de vida do SOLO com aplicações maciças de substâncias químicas. Retiramos do mar quantidades insustentáveis de peixe; navios equipados com aparelhos modernos fazem arrastão, raspando os organismos do fundo do mar que sustentam os peixes. Derrubamos florestas que levarão centenas de anos para voltarem a ser ecossistemas sustentáveis – se voltarem algum dia. Esses processos são chamados de **extrativos**, pois retiram os recursos de seus CICLOS naturais. E essas práticas proporcionam retornos menores e se aproximam de seu fim, porque os reservatórios biológicos estão se exaurindo⁸.*

Pertencemos a um *planeta vivo e cheio de vida*, que há bilhões de anos primeiro preparou, passo a passo, as condições cósmicas do surgimento da Vida. E um planeta que uma vez povoado e sustentado maravilhosamente pela própria Vida, gerou a partir dela uma natureza equilibrada e capaz de nos oferecer todas as coisas de que necessitamos para viver uma vida de plenitude e felicidade.

Pertencemos a uma Terra que nos gera, acolhe e nutre, e que agora depende de nós para seguir viva e capaz de acolher uma múltipla *Vida sustentável*: a nossa e a de todos os seres que compartilhem a Vida conosco.

Somos uma geração ao mesmo tempo frágil e poderosa, ameaçada e afortunada. Podemos ser a última ou a antepenúltima. Podemos ser, por outro lado, a primeira geração a mudar pouco a pouco, mas por completo, o rumo dado até aqui ao modo como geramos bens e riquezas materiais e às maneiras

⁸ Esta citação está nas páginas 179 e 180 do livro *ecologia – um guia de bolso*, escrito por Ernest Callenbach e publicado em 2001 pela Editora da Fundação Peirópolis, em São Paulo.



como nos relacionamos com o mundo natural.

A cada pequeno encontro ambientalista municipal, ou a cada conferência internacional do meio ambiente, como a ECO-92 no Rio de Janeiro, acumulamos dados e conhecimentos muito preocupantes sobre o que aconteceu e segue acontecendo com a qualidade de nossas vidas e a qualidade da Vida da/na Terra.

Tomamos também consciência de que tudo o que há para aprender, para mudar em nós mesmos e nos outros, com vistas a nos unirmos e começarmos a agir em favor de nossos lugares de vida e de trabalho, é uma tarefa muito ampla e muito complexa que nos envolve a todos. Ao contrário do que acontece em outros setores da vida social, se bem o quisermos na *Causa da Vida* nada nos separa e tudo nos une. Pois as idéias e as propostas de conhecimentos, de cuidados, de salvaguarda e de reverdecimento da Vida e da Terra nos envolve a todos. E nos envolve a todos não tanto apesar de nossas diferenças, mas justamente por causa delas e através delas.

Se prestarmos bem a atenção, veremos que, de um modo ou de outro, um chamado à nossa *participação* na tarefa comum de *preservação da Vida e da Natureza* está sempre presente nos escritos de todas as religiões, de todos os outros sistemas espirituais, e de quase todas as filosofias mais atuais. A mesma coisa acontece, de maneira mais forte ainda, em todos os manifestos e apelos dos cientistas devotados à causa da Paz, dos direitos humanos e dos direitos da Vida e do meio ambiente. E isto também está cada vez mais presente em todas as plataformas governamentais e mesmo dos diferentes partidos políticos no Brasil.

Pouca coisa em nosso tempo é tão universal quanto este chamado. *Sustentabilidade* é uma palavra chave em nossos dias. E a *sociedade sustentável* é o seu lugar de realização.

Porque não transformar o município onde nós vivemos em uma destas *sociedades educadoras e sustentáveis*?



5. O que nós podemos fazer juntos: como tornar o lugar onde nós vivemos um lugar de vida e aprendizado

Muito bem. Mas, afinal, como nós podemos, juntos, transformar passo a passo o nosso município em um lugar de moradia, de trabalho e de vida com uma vocação educadora e sustentável?

Vamos por partes. Em primeiro lugar, quem somos *nós*?

Quem somos nós?

Sabemos já, mas não custa recordar.

Somos em primeiro lugar as pessoas que tornam vivo e real um município. Somos, quem quer que sejamos, as suas mulheres e os seus homens; somos as suas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Somos as pessoas que nascemos aqui, ou somos as pessoas que vieram viver aqui. Somos homens e mulheres que vivem em diferentes locais da área do município, no campo ou na cidade. Somos uma gente que ainda estuda – e que deveria estar estudando sempre – ou pessoas que já trabalham, ou estão procurando um trabalho.

Temos diferentes *experiências de vida*, diferentes *formações* obtidas em algumas das diversas unidades de educação por onde passamos e seguimos passan-



do. Vivemos diferentes *vocações de vida* e exercemos os nossos *trabalhos* no campo de diversas *ocupações e profissões*. Somos, como vimos, fontes originais de vivências, de saberes e de sensibilidades. Somos, nisto, diferentes uns dos outros, mas não somos desiguais uns diante dos outros. Da mesma maneira como podemos viver nossas vidas dentro de uma ou de outras religiões, de uma ou outras orientações, populares ou eruditas, espirituais, científicas, filosóficas ou mesmo políticas.



Compartimos diferentes *modos de vida*, vivendo em uma mesma cidade, assim como partilhamos *visões da vida e do mundo* ora semelhantes, ora divergentes. Até mesmo naquilo que nos toca aqui mais de perto podemos adotar visões e motivações bem diversas. É provável que em uma mesma casa uma pessoa ache que o melhor para o município seja acabar com todas as áreas naturais e transformar tudo em produtivos campos de lavouras ou de pastagens. Enquanto uma outra pessoa pode defender a idéia de que é urgente e importante preservar todas as áreas naturais e, se possível, até aumentá-las.

E como queremos conviver em cenários de vida e de trabalho regidos pela cooperação e pelo diálogo democrático e livre, será através do que nos torna iguais e diferentes, convergentes e divergentes, que iremos nos reunir e decidir o que deve ser feito, e como deverá ser feito.

“Reunir”. Eis uma palavra-chave.

É muito difícil que, mesmo em favor do jardim de sua casa, alguém faça todo o trabalho sozinho. Com a ajuda de outras pessoas tudo sempre acaba sendo mais rápido e melhor. Com mais razões os trabalhos em favor de uma rua, de um bairro, e uma cidade, de todo um município devem ser realizados através de grupos organizados de pessoas.

Quase todas as *ações sociais* significativas são decididas e levadas a cabo por pessoas reunidas em grupos, em equipes de trabalho, em cooperativas, em associações. Nisto ou naquilo que o tempo todo estamos chamando aqui de *unidades sociais de serviço*. No Brasil temos mesmo uma legislação a respeito da criação e do funcionamento dessas unidades, como: as *cooperativas de produtores*, as *associações de classe*, as *organizações não-governamentais* e algumas outras. É nelas que nos encontramos para *participar*. E é através delas que nos reunimos para pensarmos juntos, para aprendermos uns com as outras e para planejarmos e vivermos as nossas ações sociais. Ações coletivas que no caso de nossa **proposta**,

.....

tomarão a forma de *ações ambientais, educadoras e sustentáveis*.

É possível que em muitos casos já existam *unidades sociais de serviço* que podem muito bem se integrar no **Programa Município Educador Sustentável**. Em outros casos – e isto será sempre muito bom – pode acontecer de algumas pequenas associações se unirem para realizarem juntas um *trabalho ambiental* de maior dimensão. E não será preciso que elas sejam todas *associações ambientalistas*. Da mesma maneira como vimos que são múltiplas as dimensões da *ecologia*, como uma forma de conhecimento e de ação social, assim também são várias as *unidades sociais* já existentes ou a serem criadas, cujo trabalho comum possa ser dirigido de uma maneira mais direta para alguma forma de *gestão do meio ambiente*.

E, em nosso caso, uma *gestão ambiental* cuja *vocação de ação* tem também muito a ver com a educação, com a saúde, com a produção e a distribuição de alimentos, com a preservação patrimonial da cidade, com a questão do lixo, com a luta pela conquista de mais espaços públicos na cidade e no município, com a demanda de trabalho e de emprego, com a qualidade **de** vida... e **da** Vida, enfim.

De alguma maneira nós somos também o poder público.

E toda a proposta de um *município educador sustentável* está “sustentada” na interação entre o poder público, em todas as suas instâncias e vocações: o local, o estadual, o federal + o legislativo, o executivo e o judiciário + o propriamente ambiental, o educacional, o da saúde, o da agricultura e pecuária, o dos transportes, etc.

Por tudo o que estivemos vendo até aqui, sabemos que o governo do município que nos representa e trabalha em nosso nome, não tem o poder e nem a atribuição de decidir e atuar por conta própria sobre os destinos da vida municipal. É não apenas “em nosso nome”, mas “através de nós” que ele decide, planeja, executa e avalia.



Em uma democracia ativa todas as atuações relevantes são pensadas e vividas entre interações governo-sociedade civil (nós). Ou, de maneira mais concreta: instituições devidas do poder público (como uma *Secretaria do Meio Ambiente*) + órgãos colegiados de associação entre governo e sociedade civil (como o *Conselho Municipal de Educação* ou como o *Conselho Municipal de Meio Ambiente*) + pessoas, grupos e associações não-governamentais, como as *unidades sociais de serviço* criadas por iniciativa de pessoas como você e eu.

A difícil passagem de uma *democracia formal*, em que pelo voto nós escolhemos os nossos representantes junto ao poder público, e delegamos por inteiro a eles a responsabilidade de legislar, julgar, pesquisar, planejar, decidir, executar e avaliar, para uma *democracia ativa*, está em que nesta última, além de nós escolhermos pelo voto livre os nossos representantes provisórios (quatro anos de cada vez) junto ao poder público, nós nos tornamos co-responsáveis em dividir com eles e entre-nós as diferentes tarefas de gestão do lugar onde vivemos. E devemos viver isto de uma forma organizada, participativa, livre, crítica e criativa.

A proposta do *Programa Município Educador Sustentável* só tem algum valor e somente se realizará a contento se, em cada lugar onde for assumida, ela começar por este enlace às vezes difícil, mas indispensável, entre pessoas e as instituições governamentais, os conselhos tutelares e municipais, e as outras agências sociais de vínculos entre governo-sociedade civil, sem esquecermos as *unidades sociais* não-governamentais que podemos e devemos criar e consolidar para serem as nossas equipes e comunidades de *trabalho social de vocação educadora e ambiental*.

Este “nós” pode estender-se ainda mais.

Em todos os municípios, a meio caminho entre o poder público e a sociedade civil, estão as diferentes empresas presentes e atuantes na área do municí-

.....

pio. Elas podem ir de uma padaria-de-bairro, uma micro-empresa, até uma grande fábrica de papel, ou uma grande unidade de agronegócio dedicada ao plantio de cana ou soja. Sobretudo no caso das grandes empresas e, mais ainda, no caso daquelas cujo processo de produção industrial ou agro-pecuária há um comprometimento da qualidade do meio ambiente, já existe uma legislação que obriga a uma espécie de compensação ambiental. Se a indústria polui ou, de algum modo, desequilibra a harmonia da Natureza em seu entorno, ela deve investir na criação de formas menos degradantes de produzir. E deve também devolver ao município algo de favorável ao meio ambiente, em troca do não poder deixar de fazer, ao produzir.

Por efeito da legislação ambiental e, em alguns casos, por uma vocação de serviço, um número crescente de empresas em todo o Brasil está se associando ao poder público e à sociedade civil em busca de soluções criativas para a salvaguarda do meio ambiente e a melhoria das condições de qualidade de vida. Algumas grandes empresas tomam mesmo a iniciativa de criar conselhos consultivos com pessoas representantes da “vida de todos os dias”, para deliberarem a respeito das iniciativas sociais a serem realizadas.

Assim, dentro de nossa proposta, as idéias, as programações e as ações *educadoras-sustentáveis* em escala municipal devem procurar serem uma interação livre, participativa e co-responsável de pessoas e de grupos sociais provenientes de *unidades sociais da sociedade civil* (e esta deverá ser sempre a base de todos os trabalhos), do *poder público* e de *empresas de produção de bens* (como papel, arroz ou álcool) e de *serviços* (como uma empresa de transportes ou uma universidade particular).

Assim, o que há de inovador em nossa **proposta** é que ela conta com a participação de pessoas e associações do município, ao lado de instâncias e setores adequados do poder público, e junto também com as do mundo empresari-



al. Uma integração de idéias e de ações conjugadas onde entre os três *pólos participantes*, é o nosso pólo, o das pessoas e grupos humanos da vida de todos os dias, o alicerce das decisões e das ações a serem desenvolvidas.

Em documentos da Diretoria de Educação Ambiental consta:

O SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (...), somente será uma realidade se tivermos municípios atuantes e interligados, entre si e com as demais esferas de poder, na sociedade e no estado, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à potencialização das pessoas na construção do futuro por elas desejado.

A questão ambiental exige um tratamento difuso e transversal que precisa estar presente não apenas nas secretarias de meio ambiente, mas também, por exemplo, no planejamento urbano, no debate da qualidade dos alimentos, na rede de ensino e no lazer turístico. Isso é uma preciosa conquista que o crescimento da consciência ambiental está promovendo em nosso país.

Para fugirmos de uma visão tecnocrata ou burocrata da questão ambiental e assimilarmos que o processo de construção da democracia no Brasil precisa avançar, temos que ir até o cotidiano das pessoas, desses entes que são o fundamento por excelência de qualquer democracia. A vida e suas atividades acontecem em um espaço determinado que é o município, é por ele que construiremos uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa.



Para isso devem trabalhar juntos, o Poder Público e a Sociedade em seus diversos segmentos, tais como, associações de bairro, de pais e mestres, ONGs, igrejas, sindicatos, entre outros.

Tendo a sociedade civil e a sua capacidade de mobilização e de organização como o ponto de partida, a idéia fundadora de nossa **proposta** é a interação. Ela é a idéia da intercomunicação e do diálogo de uma fecunda soma de idéias e ações. Uma participação autônoma e conjugada que seja capaz de ampliar bastante a contribuição antes isolada das associações civis, das entidades de representação mista entre governo e sociedade civil, das instituições governamentais e, finalmente, das empresas de fato motivadas em se somarem em uma tarefa multi-participada destinada ao bem-comum.

O que podemos fazer juntos? Onde? Quando?

Podemos não fazer nada. Cada um se tranca na sua casa e acredita que tudo no lugar onde vive e no Mundo inteiro está muito bem se tudo está em ordem do portão do jardim da casa para dentro. Mas, um dia...

Podemos fazer um pouco mais. Podemos começar pelo ambiente mais íntimo de nosso ser e de nosso corpo, criando “do portão da casa para dentro” um lar mais saudável no que comemos, no como vivemos, no cuidado com os espaços da casa, do quintal e do nosso corpo. Este pode ser um primeiro cenário em que saúde, educação, qualidade de vida, cuidado com o *Ser da Vida*, com o meio ambiente mais próximo – meu lar, meu jardim, meu quintal – se integram nas práticas do dia a dia.

Podemos fazer um pouco mais, ainda.

Podemos planejar “dentro de casa e em família” meios de economizar,

“ali mesmo”, os recursos naturais da Terra. E isso não só para pagar contas menores de água, luz, telefone.

Podemos aprender a economizar a água. A usá-la com mais sensibilidade e mais inteligência. Você já parou para pensar o quanto de água você gasta para lavar a louça do jantar de uma família de seis pessoas, todos os dias? Será que não existem formas mais econômicas e até mais práticas de lavar a mesma louça? Podemos aprender a deixar o carro mais em casa e ir a muitos lugares da cidade caminhando ou tomando uma condução coletiva.

Podemos começar a lidar com o lixo como se ele fosse um problema de todos nós e, não apenas, nosso. Podemos começar a separar o que sobra todos os dias e “vai para o lixeiro”. Podemos começar a reciclar o lixo, a aproveitar, “em casa mesmo”, alguns dos resíduos de todos os dias, que podem virar “outras coisas úteis” ao invés de serem simplesmente “jogados fora”.

Mas ainda é muito pouco deixar o carro em casa, economizar a água, reciclar o lixo, cuidar do jardim, “do portão para dentro”.

Então podemos fazer um pouco mais, ainda. Podemos nos unir aos outros moradores da mesma rua, ou mesmo de um conjunto de ruas próximas no bairro onde vivemos. Podemos começar, juntos (e o fazer *juntos* já é uma grande coisa!) um trabalho de reciclagem de lixo de nossas casas. Podemos nos unir para “batalhar” junto à Prefeitura um cuidado maior com as árvores das ruas e com a praça de nosso bairro.

Podemos nos sentir co-responsáveis pela qualidade **de** vida e pela qualidade **da** Vida em todo o nosso bairro, em nossa cidade, em nosso município. Como? Saindo de uma atitude passiva e “representada” (“os nossos políticos que façam por nós”), para uma atitude ativa e participante (“que eles façam a parte deles, enquanto nós fazemos a nossa”). Como? Procurando saber e conhecer a fundo o que se passa “no lugar onde vivemos”. Acompanhando pelos meios de comunicação, mas tam-

.....

bém de corpo presente em reuniões públicas, todo o conjunto de acontecimentos sociais e ambientais (há momentos em que um e outro são a mesma coisa) que tocam questões de qualidade de vida, de saúde e alimentação, de preservação do meio ambiente. Logo, questões que têm a ver diretamente com a “minha vida”, com as “nossas vidas”. E com a vida de nossos filhos. E, porque não? Com a vida de nossos e seus filhos e netos... que ainda nem nasceram.

Podemos, através de grupos e associações organizados e em diálogo com outros, inclusive os do poder público (e “público” não é “do governo”, “público” é “de todos nós” através de poder legítimo que outorgamos a “um governo”, não esquecer), participar ativa e criticamente de processos de decisão e de ação ambiental em grande escala.

Podemos participar dos trabalhos de criação de um grande parque municipal nos terrenos públicos que meses antes uma empresa imobiliária tentava comprar para fazer um condomínio fechado. Podemos estar presentes nos trabalhos práticos e nas reuniões destinadas aos estudos de criação de uma *área de proteção ambiental* na serra e nas matas da divisa de nosso município.

Podemos nos unir aos trabalhos realizados nas escolas municipais em programas de *educação ambiental*. Podemos responder pela parte teórica de algumas “aulas” e pela parte prática. Podemos, por exemplo, mobilizar crianças, jovens, adultos e idosos para uma campanha (e que ela não dure só dois meses) de limpeza de um pequeno rio do bairro e de re-plantio de árvores nas suas margens, recompondo as suas matas ciliares.

Podemos fazer bem mais ainda.

Podemos transformar o “trabalhar juntos de vez em quando” em uma estável *unidade social de serviço* entre as mulheres e os homens de nossa rua, de nosso bairro. Podemos criar associações de moradores, clubes de jovens do bairro, uma cooperativa de produção artesanal de papel reciclado” a partir da



reciclagem de nosso próprio lixo. Mais adiante podemos fazer ainda mais. Podemos descobrir que por diferentes que sejam as vocações dos diversos movimentos e das várias associações locais, o essencial de cada um e cada uma delas é convergente com o essencial das outras.

Vejam. Por diferentes que sejam, em todas as *unidades sociais de ação e serviço*, parecem estar sempre presentes:

- a) o desejo de realizar uma atuação social específica, como, por exemplo, o contribuir para melhorar as condições socioambientais da qualidade de vida;
- b) a escolha de um setor determinado da vida e da sociedade como *locus* da atuação, como, por exemplo, o meio ambiente de uma cidade e seu entorno rural;
- c) a opção por uma forma especial do trabalho social envolvendo uma ou mais categorias de agentes sociais, como, por exemplo, mulheres e homens provenientes de diversas formações escolares e profissionais, mas todas e todos motivados a participarem da causa ambiental, através de ações ambientalistas em esfera municipal;
- d) o foco sobre uma forma própria de realizar a sua escolha de ação social, como, por exemplo, a *educação ambiental* e a formação de *educadores ambientais* dentro e fora das escolas da rede municipal;
- e) a integração entre a ação-eixo e as ações ou metas associadas, como, por exemplo, o crescimento da cidadania ativa e da participação das pessoas nas questões da vida social; o desenvolvimento de uma consciência de co-responsabilidade pela condução dos destinos da *Vida Social* e da *Vida da Natureza*; o fortalecimento das relações entre as iniciativas do poder público e a dos movimentos e associações sociais;

- f) a escolha por uma “vertente”, “linha”, “tendência”, “filosofia de vida”, “visão de mundo”, “tradição religiosa ou espiritual”, opção ideológica e/ou política; como, por exemplo, a *ecologia social* ou a *ecologia profunda*.

Esta é uma das razões – e uma das mais essenciais – em nome das quais o Programa *Município Educador Sustentável* é destinado aos mais diferentes movimentos e associações sociais, embora possa parecer uma iniciativa devotada de preferência aos *movimentos ambientalistas* em suas interações com o poder público.

Queremos multiplicar uma idéia hoje tornada universal. A idéia de que, embora formal e institucionalmente especializadas, as *ações cidadãs* de pessoas e grupos da vida cotidiana são sempre convergentes no que há de mais importante. Todas elas se dirigem aos direitos humanos da *Vida das Pessoas* e aos direitos naturais da *Vida na Terra*. Todas defendem valores essenciais destas duas dimensões entrelaçadas da Vida. Todas aspiram um mundo mais justo, mais fraterno, mais igualitário e mais livre. Todas têm como horizonte a felicidade humana, tentando contribuir para ela com o seu quinhão de partilha, através de ações no “campo da saúde”, na “área da educação”, na “luta pela paz”, “na causa dos povos indígenas”, na “luta pelos direitos das crianças”, dos “meninos de rua”, “das mulheres”, “das pessoas diferentes da norma”, “dos excluídos”, nas “campanhas contra a violência e a favor do desarmamento”.

Há uma expressão que já se tornou bastante conhecida no mundo do *ambientalismo*. Antes ela era dita assim: “pensar globalmente, agir localmente”. Eu penso e me preocupo com a *qualidade de vida* de todas as pessoas e de todos os povos da Terra, e com a *qualidade da Vida* em todo o planeta Terra. Mas vivo isto aqui onde eu vivo: nesta rua, neste bairro, nesta cidade e neste município. Eu “faço a minha parte” aqui e a partir daqui.

Minha cabeça e os meus sentimentos vão até onde o “Mundo vai”. Mas o

lugar de minha ação em favor da Vida é aqui onde eu vivo. E como “aqui onde eu vivo” é uma parte do Mundo e da Vida, integrado a todos os outros, agindo “aqui” em nome da *qualidade de vida e do meio ambiente*, eu estou integrando a minha contribuição ao que milhares e milhares de outras mulheres e outros homens estão realizando em todo o Mundo. Somos uma teia sem fim, mesmo que eu não conheça ninguém dela além das pessoas de “meu grupo”, na “minha cidade”.

Hoje em dia algumas pessoas preferem dizer a frase ambientalista assim: “pensar e agir local e globalmente”. Sim, e em nome de tudo que acabamos de ler. Minha ação de todos os dias, junto às *pessoas participativas* com quem eu trabalho, pode ser tão global quanto o meu pensamento.

Um pequeno riacho municipal cujas águas lutamos por manter límpidas e saudáveis, só é “municipal” desde um ponto de vista provisoriamente político e administrativo. As suas águas vieram de uma pequenina fonte e dependem das águas de chuvas que vieram de um espaço sem limites territoriais. Suas águas irão desaguar em um rio maior que irá fluir dentro e fora de nosso município. Pode ser que as águas que eu ajudei a manter límpidas fluam para fora de nosso Estado e mesmo de nosso País. E numa tarde qualquer, essas águas que um dia passaram “pela minha aldeia” (como no poema do Fernando Pessoa) haverão de chegar a um Oceano. A um mar oceano que não pertence a País algum, mas é de todos nós, sendo de toda a Terra.

A árvore que eu rego e ajudo a manter-se forte e fecunda, gera um ar puro que se soma ao de todo o planeta. Cada pequeno gesto local, feito por uma pessoa ou uma comunidade organizada de pessoas, é domado e integrado em uma teia de gestos individuais e coletivos, pessoais e solidários que, por isso mesmo, são sempre, ao mesmo tempo locais, regionais e globais. Um dia um poeta francês, pensando num lixeiro que nas manhãs de Paris varria uma rua, escreveu este pedaço de um poema: “varredor que varres a rua, tu varres o

.....

reino de Deus”. Podemos pensar também assim quando plantamos uma árvore, quando cuidamos de uma outra, quando nos unimos ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, a um setor da Prefeitura, à divisão de Educação Ambiental de uma empresa de nosso município, às escolas do bairro e à nossa própria “Associação dos Moradores de Vista Alegre” (o bairro onde vivemos), para iniciar um mutirão de plantio de matas ciliares em volta daquele mesmo riacho cujas águas um dia irão banhar alguma comunidade na Oceania.

Podemos fazer e viver os mesmos atos, as mesmas ações com sentimentos e com idéias muito diversas. Quase todos conhecemos uma estória antiga que vale a pena recordar.

Dois homens carregavam pedras de um lugar para o outro diante de um enorme prédio que ia sendo levantado em uma cidade. Um homem de longe que os observava, perguntou ao primeiro: “amigo, o que é que você está fazendo?” E o outro respondeu, carrancudo e apressado: “você não vê? Eu estou carregando pedras!” E minutos depois ele perguntou a mesma coisa ao outro homem. E ele parou por um momento, apontou com os dedos o alto prédio que se levantava do chão e respondeu: “você não vê? Eu estou construindo uma catedral!”.

O Programa *Município Educador Sustentável* é do tamanho de uma catedral. Na epígrafe do documento de sua proposta original vem escrito isto:

¹⁰ Daqui em diante estaremos citando com frequência o documento que lança o Programa ***Município Educador Sustentável***, da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Construindo cotidianamente uma cidadania ativa pela conservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e emancipação humana¹⁰.

E, logo a seguir, no começo da **introdução**, o documento de nossa proposta enfatiza a importância da *educação* e ao que ela deve se dirigir quando incorporada a um projeto como o nosso.

Uma proposta de educação ambiental visa promover, constante e continuamente, a participação de pessoas ligadas aos mais diversos grupos sociais, nas transformações urgentes que a humanidade e a VIDA estão a exigir para a sua existência, integridade, plenitude e felicidade¹¹.

Em um primeiro momento, a meta da proposta é justamente esta: participar de um amplo trabalho social de construção de experiências de criação e fortalecimento da *cidadania ativa*.

E participar deste processo a partir de um esforço para trazer o poder de decisão e atuação pública (pertencente a *polis* e ao seu *povo*, não esquecer) sobre a cidade e o município *para as pessoas e os grupos sociais locais*. Para nós, as pessoas da vida cotidiana da cidade e do município. Nós, os autores, atores, construtores e gestores da vida social de todos os dias, e do correr de sua história.

Dentro deste princípio de ação social conjugada, a unidade real de nossa vida comunitária vai da casa à rua, da rua ao bairro, do bairro à cidade e dela ao

¹¹ Programa Município Educador Sustentável

.....

município. E vai de um município a uma integração motivada entre vários municípios de uma mesma região. E esta teia de idéias, projetos e ações não param por aí.

Este é o mapa do começo do trabalho: uma *cidadania ativa* tornada real através da participação de pessoas e grupos locais organizados e motivados a uma ação social integrada em favor da *conservação ambiental*, em nome da própria Natureza do Mundo em que vivemos. Mas em nome, também, de uma verdadeira melhora da *qualidade de vida cotidiana*, cujo horizonte deve ser a preservação e a regeneração de toda a Vida, e a emancipação social de nossas próprias vidas.

As ações da proposta devem representar, no esforço de uma participação ativa, um forte *enraizamento* das pessoas no lugar onde elas vivem. Não pensamos em uma adesão afetiva e sentimental ao “meu lugar querido onde eu vivo”, embora isto seja também importante. O *enraizamento* em que pensamos é outro. É uma adesão ao nosso lugar de vida através da sensibilidade e da consciência de que ele não é apenas o lugar passivo onde nós moramos e vivemos nossas vidas, mas é o lugar *ativo* que nós criamos e recriamos para morar e viver nele.

Este lugar é “nosso” porque ele é, da casa à cidade e do quintal ao município, o mundo cuja vida de todos os dias nós criamos e construímos, ao lado das pessoas que junto a nós se sentem chamadas a uma co-responsabilidade pelo “lugar onde nós vivemos”, porque nos sentimos participantes ativos da vida que ali se vive.

Ela é também, por tudo o que vimos até aqui, uma corajosa proposta que aposta (sem rimas e sem trocadilhos) em um crescente *empoderamento social*.

A palavra *empoderamento* é nova e parece estranha.

No entanto ela tem tudo a ver com o que pensamos poucas linhas acima. De um lado e do outro da ponte que ora une, ora separa o governo e a



sociedade, estamos mais do que nunca seguros de que nada de duradouro poderá ser feito em qualquer plano da vida comunitária, se tudo o que se sonha e se quer realizar, continuar sendo sempre programado e realizado “pelo poder público”.

Esta atitude a que damos o nome de “clientelista” (porque você é sempre um cliente à espera de um benefício), só pode ser revertida por meio de uma transformação na ordem das coisas. E nela nós, as pessoas da vida de todos os dias, as pessoas e os grupos da vida social, assumimos *o dever, o direito e o poder* de respondermos juntos pelas decisões, pelas ações e pelas avaliações mais importantes em tudo o que tem a ver com o presente e o futuro de nossas Vidas e da Vida do Mundo onde vivemos.

De sua parte, o poder público participa, assessora e responde pela oferta das condições necessárias para que nós possamos realizar, juntos, aquilo que decidimos fazer.

A proposta aspira também gerar um valor de *testemunho*.

No que começamos a fazer quando abrimos as portas da casa e do coração e nos unimos a outras pessoas em busca do *bem-comum*, começamos a mostrar a nós mesmos e a todas as outras pessoas, que de verdade *um outro Mundo é possível*.

Começamos a aprender, entre nós e através de nossas realizações, que a Vida que nós vivemos é nossa e é boa de se viver, não porque ela nos é dada como um direito nosso. Ela é assim porque nós a tomamos em nossas mãos. Nós somos os gestores de nossas próprias vidas pessoais e coletivas. E entre nós, ensinamos uns aos outros e aprendemos uns com os outros a conduzir o nosso destino. A criar a vida que vivemos e a recriar o mundo de Vida e os seus caminhos.

Podemos aprender e ensinar com o nosso testemunho que quando uma

.....

rua ou um bairro se mobilizam, várias outras ruas podem seguir o mesmo caminho. Uma ação participativa em favor da qualidade de vida e do meio ambiente pode começar por um grupo de jovens, pode “contaminar” uma ou duas associações de moradores, pode multiplicar-se em algumas organizações ambientalistas e espalhar-se por toda uma cidade. Por todo um município e para além dele.

Em diferentes épocas e por todo o Mundo temos o testemunho de iniciativas que resultaram em mudanças muito importantes, e que começaram com o *testemunho* de um pequeno grupo de pessoas.

Nunca devemos duvidar de nós mesmos e do que pode de fato realizar um pequeno grupo de mulheres e de homens que começam a se reunir para fazerem juntos alguma coisa em favor do mundo em que vivem. Na verdade todas as grandes transformações da humanidade começaram assim.

Foi mais ou menos isto o que disse um dia uma antropóloga chamada Margareth Mead. E ela disse isto sabendo que não falava de uma fantasia, mas de uma realidade sempre afortunadamente repetida ao longo da história humana.



6. O Programa Município Educador Sustentável: os passos do trabalho e da participação

O objetivo do Programa Município Educador Sustentável é promover mudanças de valores e não apenas o debate ou ações centradas na construção de estruturas físicas e institucionais. Uma proposta educacional que contribua para uma mudança cultural no sentido do ideário ambientalista, e que perpassa a dinâmica cotidiana do Município, respeitando as diversidades e a cultura local. Assim será possível definir quais políticas públicas precisam ser implementadas pela União e pelos Estados para estimular/apoiar os municípios a desenvolverem ações educativas de fato transformadoras. O Ministério do Meio Ambiente articulará parcerias que possam apoiar e estimular os municípios que queiram atuar nesta direção. O próprio nome do programa é sugestivo de uma construção de sustentabilidade pelo viés educacional.



Portanto, o **Programa visa:**

- *Transformar diversos espaços coletivos em espaços educadores, onde os cidadãos se dispõem a serem co-responsáveis pela construção da sustentabilidade local.*
- *Estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias, a fim de construir um projeto educador que conduza à sustentabilidade socioambiental.*



- *Promover ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem/ se auto-educarem e contribuírem para a educação de outros na construção de sociedades sustentáveis¹².*

Vejam bem como o eixo da proposta de nosso **Programa** é a mudança. Não é a construção de obras físicas e nem o puro e simples debate de idéias ao redor de questões de qualidade de vida, direitos humanos e preservação do ambiente. Tudo isto é importante e poderá mesmo vir a fazer parte das ações a serem desenvolvidas em alguns municípios, ao longo do correr das ações do **Programa**.

Mas as suas metas mais centrais desejam ser mudanças fecundas, proveitosas. E, se for possível (e, quando se quer, sempre é!), mudanças e transformações que, tal como as ondas de um lago, uma vez iniciadas, comecem a se estender e a se propagar em todas as direções.

Mas, mudanças de que? Transformações em que? Do que?

Ora, se vocês voltarem linhas e páginas atrás, verão que estivemos falando delas quase todo o tempo. Mas não custa recapitular.

Em primeiro lugar, elas são mudanças no modo de sentir, de pensar, de se motivar e de agir das pessoas. Por isso a ênfase de nossa proposta é sempre *educadora*. É uma proposta de um **Programa socioambiental**, onde o *sócio*, da sociedade, e o *ambiental*, do meio ambiente não são opostos, mas são como a raiz, o tronco, os galhos, as folhas, as flores e os frutos de uma mesma *Árvore da Vida* comum. É uma proposta de *educação ambiental* que tem no seu horizonte a cons-

¹² Programa Município Educador Sustentável

trução e a multiplicação interconectada de *comunidades* e *sociedades sustentáveis*.

Em segundo lugar, elas são mudanças coletivas nas maneiras de nosso viver a Vida de todos os dias. Vimos que entre muitas pessoas quase toda a Vida se resume aos longos momentos de *trabalho produtivo*, e aos momentos de *convivência familiar e de vizinhança* (entre casa, a rua, a praça e o bar). Isto é bom e é bom que seja assim.

Mas podemos aprender a estender o nosso desejo de estar-com-os-outros a uma outra forma de *conviver* de que já falamos aqui mais de uma vez: a convivência da *participação*.

Estar com outros, partilhar de suas vidas, de seus momentos do dia a dia, conviver com amigos e com novos conhecidos *também* em nome de alguma coisa que “nós podemos fazer juntos”. Aprender a sentir-se co-responsável por sua Vida e pelo seu Destino. Pela Vida dos outros. Pelo lugar onde você mora, onde vocês vivem.

Unir-se e somar. Saber fortalecer os movimentos e as associações já existentes. Trazer vida nova a eles. Ou criar *unidades sociais de ação e serviço* onde elas não existem ainda. Construir essas *comunidades de participação* por conta própria. E este é um dos nossos *direitos humanos* mais positivos e desafiadores.

Ou, então, criar algo dentro de *instituições de vida e trabalho* que já existem e de que vocês fazem parte. Criar uma associação de ajuda mútua, ou de educação de jovens e adultos junto à Igreja que vocês freqüentam. E descobrir, através da nova Vida que elas trarão à própria Igreja, a diferença entre uma “religião *de* praticantes” e uma “religião *entre* participantes”. Fazer isto através da Escola, de uma Tropa de Escoteiros, de um Time de Futebol (porque não?), de uma Cooperativa de Produção ou de um Sindicato.

Partimos de um primeiro eixo de mudanças. Já o conhecemos e vamos recordá-lo uma vez mais.

O primeiro eixo de mudanças do **Programa** é aquele em que eu me transformo a mim mesmo e, pouco a pouco vou me re-criando como uma pessoa mais consciente, mais ativa, mais solidária e participativa, mais co-responsável, mais criativa, mais aberta aos outros e à Vida e, na soma de tudo isto, uma pessoa mais amorosa, mais gratuita, mais generosa e, certamente, mais feliz.

Não devemos nos esquecer do que foi escrito páginas atrás.

O meio-ambiente não é um múltiplo lugar de Natureza situada fora de mim. Ele começa em mim mesmo: começa em meu corpo, em meu espírito, em meu ser. Minha mente ao pensar pensa pensamentos que comparto com infinitas outras pessoas. Ao sentir meus sentimentos (principalmente se forem bons e acolhedores) eu me irmano à sensibilidade da Vida e de outras infinidades de Seres Humanos de perto (minha casa em minha rua) e de longe, da minha região, ao meu Mundo em minha outra casa, a Terra, onde moro e vivo.

Este primeiro eixo de *ecologia profunda* abre-se sempre a um segundo. Toda a pessoa que cresce e aos poucos se transforma em sua consciência, em sua sensibilidade e na sua busca de *sentido de vida* e de motivos para agir e participar, abre-se aos outros. Abre-se ao convívio com outras pessoas. Cria com elas pequenos grupos de convivência, de trabalho e de participação.

E estes *grupos ativos de presença* na Vida de todos os dias, e na construção (isso mesmo!) do lugar onde se mora e se vive, são também pequenas *comunidades aprendentes* onde ao mesmo tempo em que se vive, se faz e se cria algo em comum, as pessoas participantes mutuamente se ensinam aprendendo e mutuamente aprendem ensinando.

O terceiro eixo de transformação são os lugares da vida onde uma ação solidária e *educadora* busca transformar formas de relacionamento com o meio ambiente caracterizadas pela *produtividade* interesseira e instrumental, onde tudo

.....

o que existe à minha volta deve servir a mim, deve ser apropriado por mim e deve submeter-se aos meus interesses e, às vezes, à minha ganância e ao meu desejo incontrolável de ganhos materiais, em formas de interação regidas pela *sustentabilidade*.

Ser *sustentável* e participar de uma *vida sustentável* em todos os planos e campos de minhas relações comigo mesmo, com os outros de minha vida, com a Vida de meu Mundo e com o meu Mundo da Vida.

Aprender a conviver através de uma relação com a Natureza, como uma fonte perene (mas esgotável, se eu não mudar meu modo de ser e de viver) de Vida e de Energia, através de crescente incorporação do meio ambiente ao círculo dos meus diálogos.

E chegar a isto a partir do reconhecimento de que “ele”, o ambiente, sou “eu”, uma pessoa da Vida. A partir também da idéia e da sensibilidade de que todas e todos nós dependemos da Natureza a cada instante de nossas vidas. E chegar a isto, também, porque nós todos precisamos de ar, água e o verde das plantas para vivermos e prosperarmos, e também porque o *Mundo da Vida* tem como nós, seres vivos e humanos temos, os seus direitos. Os direitos universais da Natureza e das gerações que ainda haverão de vir por aí.

Nós podemos aprender uns com os outros a mudar em muito a nossa maneira de lidar com a Vida e com os seus recursos naturais. Podemos transformar esta mudança em unidades de participação concreta e cotidiana em favor da *sustentabilidade* em nosso município. E este seria um outro eixo de nossas mudanças em direção a uma *vida sustentável*.

Esta é a soma dos eixos de objetivos de nossa proposta, na construção de um Programa ***Município Educador Sustentável***, a ser criado e realizado, passo a passo, em cada município e nos círculos de integrações entre municípios vizinhos e próximos participantes do ***Programa***.



E, já que este é um *programa de educação ambiental*, ele bem poderia partir de uma “trinca de frases” que traduzem bem o elo que existe entre a transformação de pessoas através de uma mútua e solidária *educação na ação*, e a progressiva mudança da qualidade de nossas vidas e da Vida e do Mundo através do *trabalho de participação* de pessoas como você e eu. A trinca de frases é assim:

A Educação não muda o Mundo.

A Educação muda as Pessoas.

As Pessoas mudam o Mundo.

O que o PROGRAMA é e o que ele pretende

A proposta de nosso **Programa** parte de um órgão do Governo Federal, o *Ministério do Meio Ambiente*.

É uma iniciativa dele, mas de uma maneira diferente do que acontece em outros programas de vocação ambiental, o seu lugar social de realização é *local*. Ele é e estará em “cada município participante”. E em cada município ele é cada espaço e lugar social e ambiental escolhido por *grupos* e *unidades locais de participação, ação social e serviço* para ancorar de fato uma experiência concreta do **Programa**.

Ele é também uma iniciativa que partindo do *poder público* realiza-se sempre através de um enlace, parte a parte, entre ele e as pessoas e comunidades participativas da sociedade. Podemos mesmo dizer (de novo, mas nunca é demais) que esta é uma proposta **do poder público, através** da *sociedade civil*. Ela se origina no Governo, ele se abre à participação popular e ele se realiza em todas as suas etapas através do poder de imaginação, decisão, ação e avaliação dos *grupos locais organizados*, com o apoio do *poder público*.

Vejamos como isto está escrito no nosso *Programa Município Educador Sustentável*:

*A proposta metodológica deste **Programa** é de uma construção dinâmica e processual, uma construção participativa e multisetorial de parcerias, que possibilitem o desenvolvimento de ações forjadas junto com a sociedade. Um conjunto de etapas levará cada município a construir o seu **Projeto Educador Sustentável Local** e realizar as conquistas necessárias para implementá-lo¹³.*

A parceria entre o *governo* e a *sociedade*, ou entre o *Ministério do Meio Ambiente* + as *instituições sociais mistas (governo e sociedade civil) de cada Região e Município* + os *movimentos e as instituições sociais locais parceiras* deverá ir, pouco a pouco, construindo-se como uma experiência solidária local-municipal através dos seguintes passos pelo caminho de um trabalho coletivo e de parcerias:

Primeira etapa: a seleção da região a receber apoio do PROGRAMA

O grande sonho seria que todos os milhares de municípios deste País fossem se tornando *educadores e sustentáveis*. Podemos imaginar que aos poucos chegaremos “lá”, porque o destino de toda a comunidade humana é tornar-se uma grande rede e teia de trocas de: *sentimentos* (a intercomunicação amorosa de nossas emoções), de *sentidos* (a troca de nossas sensações e percepções do mundo em que vivemos e de nós mesmos nele), de *significados*, (os diálogos – às vezes

¹³ Programa Município Educador Sustentável.

díficeis e acalorados – em torno às nossas “visões de mundo”, nossas “filosofias de vida” + os nossos sistemas de valores e de idéias sobre como devemos ser e nos relacionar com o meio ambiente e entre nós), de *saberes* (os nossos conhecimentos pessoais e partilhados a respeito de tudo), de *sensibilidades* (a integração entre *sentimentos e saberes*), e de *sociabilidades* (a nossa inevitável vocação humana de nos unirmos para criarmos juntos o mundo que construímos a cada dia e onde vivemos).

Em nosso primeiro passo deveremos identificar inicialmente as regiões do Brasil, depois os “Estados Pioneiros” e, neles, os primeiros municípios a se integrarem no **Programa**.

Como lembramos antes, nenhum plano de *ação educador-sustentável* deve ser isolado. Assim sendo, dentro de um município e dentro de uma região de municípios vizinhos, um dos nossos critérios será justamente o alcance destas inter-conexões. Que todo o primeiro círculo de idéias-e-ações aproxime pessoas antes isoladas. Que um segundo círculo aproxime grupos de pessoas. Que um terceiro faça interagirem diferentes entidades de ação *socioambiental* já existentes ou criadas para participarem do **Programa**.

Que um quarto círculo estabeleça as parcerias entre as várias esferas do Governo e da Sociedade Civil dentro de um município. Que um quinto círculo interconecte municípios vizinhos de uma mesma região. Que em um sexto círculo comece a criar uma teia de/entre *municípios educadores sustentáveis*. E que um dia esta “teia” de boas idéias e de fecundas ações cubra o nosso País e o Mundo inteiro.

De qualquer modo, um dos critérios mais importantes para a escolha é que um município, através de seus representantes do Governo e da Sociedade, queira de fato participar do **Programa**. Esta adesão de parceria é livre e voluntária. Mas uma vez estabelecida, ela cria uma relação de mútuas co-responsabilidades.

.....

Segunda etapa: diagnóstico preliminar

Nenhuma ação pessoal ou coletiva pode ser bem realizada sem uma série de *conhecimentos prévios*.

Mesmo uma ação aparentemente simples, como a reforma do jardim de uma casa, pode ser mais bem realizada, e com mais economia, se antes de começarmos a “por a mão na terra”, nós nos ocuparmos em saber algo mais sobre: a) as condições naturais do terreno de nosso jardim, desde a qualidade da terra até a incidência do sol; b) o estado atual do jardim e as razões pelas quais ele ficou “assim como está”; c) os recursos materiais com que poderemos contar, de plantas novas e adubos até o dinheiro; d) com que pessoas e em que condições poderemos contar nas diferentes etapas do trabalho; e) o tempo disponível para trabalharmos na reforma do jardim; f) o tipo e o ideal de “proposta de jardim” que temos e as suas razões estéticas, ambientais, práticas e outras; g) a integração de tudo, ou seja: a correspondência entre as condições naturais do jardim, o estado atual dele, os recursos financeiros, materiais e humanos com que contaremos, as diferentes dimensões do nosso projeto para um novo jardim.

Com mais razões os mesmos passos, e até mesmo outros, deverão ser dados na construção de um *conhecimento prévio e partilhado* a respeito do município e das alternativas seqüentes de trabalho *educador e sustentável*.

Novas alternativas de *pesquisa participante* poderão ser adotadas. E um *diagnóstico prévio* (“prévio” porque depois virão outros diagnósticos e também outras formas de pesquisas e de avaliações). E um trabalho conjunto que comece por uma busca em parceria de conhecimentos a respeito das condições atuais das áreas de trabalho e de suas alternativas, já contém em si mesmo uma primeira dimensão de uma experiência *educadora*. Pois através dele as pessoas participantes não só aprendem a conhecer algo mais dos diferentes cenários do



mundo onde vivem, como aprendem a aprender a conhecer. Isto é: aprendem por conta própria e no diálogo com outros, a usarem os meios e os saberes para investigarem a realidade de seu próprio mundo. Esta é uma das razões pelas quais consideramos hoje em dia que todo o trabalho prévio ou continuado de *pesquisa da realidade local* já é uma primeira etapa deste trabalho. E porque consideramos que toda a pesquisa de realidade e de formas de *ação sustentável* é também uma *ação educadora*.

Terceira etapa: seminário regional

Como algo que é proposto e nunca imposto, e que é proposto como um trabalho coletivo e co-responsável entre setores do Poder Público e setores organizados da Sociedade Civil, o Programa ***Município Educador Sustentável*** em todas as suas diferentes etapas e através dos passos de cada etapa, deverá ser sempre o fruto de *encontros*, de *diálogos*, de *acordos* e de *parcerias*.

Os *Seminários Regionais* deverão ser um momento deste longo e contínuo processo de encontros de diálogos. Um deles deverá dar início aos trabalhos locais/municipais/regionais. Dele deverão resultar três documentos que serão tomados como os fundamentos de todo o trabalho *educador-e-sustentável* a ser realizado em cada rua, em cada bairro, em cada município, em uma região de municípios vizinhos e próximos.

O primeiro documento é o *cardápio de iniciativas mínimas, possíveis e desejáveis*. Deste primeiro levantamento dos *problemas sócioambientais* identificados, e das formas possíveis de ação coletiva, dependerá o reconhecimento de um município como integrado ou não em nossa proposta. O segundo deverá ser um levantamento e uma identificação das peculiaridades locais, ao lado de uma definição concreta sobre a forma de adesão e de participação de cada *entidade parceira*.

.....

O terceiro documento será um levantamento dos benefícios, das mudanças e das vantagens esperadas pela adesão do município à proposta.

O mais importante é que tudo seja o fruto de uma fecunda negociação entre as pessoas e as entidades governamentais e civis presentes. Um primeiro seminário deverá abrir caminho para outros encontros e momentos de diálogo, inclusive os destinados a uma contínua avaliação local, municipal e regional dos andamentos efetivos das ações da proposta.

O primeiro *seminário regional* deverá desaguar em um *termo de adesão* do município à proposta.

Durante este seminário também deverá ser criado o *comitê local* responsável pela coordenação das atividades a serem programadas e a serem realizadas a partir de então. E a primeira tarefa deste novo *comitê* será o aprender a conduzir a variedade dos diferentes trabalhos da maneira mais partilhada e co-responsável possível. Pois um dos compromissos a serem firmados no *termo de adesão* é o de uma condução de todo o processo de um *município educador sustentável*, segundo uma forma democrática e participativa.

Ora, tanto o *comitê local* quanto todos os grupos e instituições integradas no **Projeto** não deverão se tornar unidades de trabalho educador e sustentável concorrentes com outras, já existentes. Ao contrário, o ideal é que um trabalho “comum a todos e no interesse de todos” venha a fortalecer pessoas e grupos já empenhados nas *práticas ambientalistas*, como os *Conselhos Municipais do Meio Ambiente*.

Queremos chamar de *Cardápio de Iniciativas Mínimas e Desejáveis* ao conjunto interativo e integrado das características e das ações do município que venha a aderir à proposta de realizar tudo o que seja possível para, passo a passo, tornar-se uma *comunidade educadora* com uma firme vocação a converter-se em uma *comunidade sustentável* em direção à expansão do verde e da Vida.



.....

Vejamos quais seriam as *iniciativas mínimas* de um *município educador sustentável*.

- a) A criação (se já não existe) e a consolidação do *Conselho Municipal do Meio Ambiente*.
- b) A instauração e o fortalecimento da proposta da *Agenda 21* (logo a seguir estaremos falando sobre ela).
- c) A criação de cursos, oficinas ou outras atividades de um *programa de formação de educadores/gestores ambientais* participantes das várias unidades e atividades coletivas do *Projeto*.
- d) A criação de uma *Sala Verde*, onde todos possam ter um acesso a formas criativas de conhecimento e de informação sobre os problemas e as ações ambientais, e que venha a ser o embrião de um verdadeiro *Centro Municipal de Educação Ambiental*.
- e) A contribuição do município na alimentação do *Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA)*, por meio do fornecimento de dados, informações e avaliações críticas de programas e de projetos em plano municipal e regional.
- f) A integração entre o **Projeto** e as iniciativas do *sistema municipal de educação escolar*, com um forte apelo à abertura das relações entre a escola e a comunidade, a partir das associações de pais e mestres e outras afins.

Ora, estão previstas em nosso “cardápio” outras iniciativas cuja realização seria muito oportuna. Ao contrário das que listamos acima, e que estamos chamando de *mínimas e obrigatórias*, preferimos denominar estas outras de *desejáveis e opcionais*. Elas são as seguintes:

- a) A formação contínua de jovens de vocação *eco-empREENDEDORA*, através
-



da realização de cursos destinados à formação e ao aprimoramento de diferentes tipos de participantes ativos, como guias de turismo, escoteiros, condutores de viajantes, etc.

- b)** Um *Plano Diretor do Município*, com foco sobre a interação entre o *educador e o sustentável*.
- c)** A interação crescente entre as atividades de *educação ambiental* e as de *extensão rural*.
- d)** A criação e a consolidação de um *Programa Municipal de Educação Ambiental*, a ser progressivamente realizado dentro e fora das escolas do município.
- e)** A interação entre eles e a consolidação de *Comitês de Bacias Hidrográficas* e das suas *Associações de Micro-Bacias*.
- f)** A implantação de trabalhos comunitários e sempre associados com a *Educação Ambiental*, de experiências modelares de regeneração de matas ciliares em rios e em riachos, ao lado da implantação, quando devida, de *Unidades de Conservação* e de *Reservas Legais*.
- g)** A implantação de calçadas e de outros espaços e equipamentos reservados às crianças, aos idosos e a pessoas dotadas de necessidades especiais.
- h)** A criação e a expansão de áreas verdes e de espaços de arborização viária.
- i)** A integração das atividades em programas sociais como o *Fome Zero*, o *Programa Primeiro Emprego* e em outras atividades locais e regionais destinadas à ampliação de experiências de geração de trabalho e renda.
- j)** A criação do *Fundo Municipal de Meio Ambiente*.
- k)** A elaboração participativa do *Relatório Anual de Qualidade de Vida e Meio Ambiente* do município.



-
- l) A implantação de sistemas de coleta seletiva de lixo e de unidades sociais de reciclagem e aproveitamento do lixo.
 - m) O cuidado crescente com a vigilância sanitária e com o saneamento básico.

Vejam. A toda esta listagem de iniciativas podem ser acrescentadas muitas outras e suprimidas aquelas que não são pertinentes para o seu município e região. Elas estão na mesma direção dos princípios que fundamentam o **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Vejamos as suas propostas mais importantes.

Que em todas as atividades de *Educação Ambiental* esteja presente uma preocupação com o direito cultural e pessoal às diferenças, e uma profunda tolerância pelos que “não são como eu”.

Que o enfoque procure ser, tanto quanto possível, interativo, integrado e com uma visão totalizadora, democrática e participativa. E que esta vocação de integrações e de totalizações esteja dirigida também ao meio ambiente; ambiente este que mesmo quando trabalhado em alguma de suas dimensões, deve ser sempre compreendido como um todo dinâmico, complexo e integrado de matéria, energia e vida.

Que esta visão integrada e interativa esteja sempre presente na compreensão das relações e interdependências entre o natural e o social. Se a Natureza é o chão onde edificamos nossas vidas humanas e nossas culturas, tudo o que através delas fazemos, em nossa vida social, altera de algum modo o equilíbrio da Natureza.

Que os trabalhos educativos, vividos dentro e fora do sistema escolar, sejam expressões de diálogos e de trocas de saberes livres e criativos. Que em todas as suas variações, uma *educação ambiental* humanista se fundamente na idéia de que todas as pessoas são fontes originais de conhecimentos e de valores.

Assim, que em todas as suas experiências, a *educação ambiental* esteja sempre em sintonia com os “quatro pilares da educação e da aprendizagem”, tal como eles foram propostos em um documento importante da UNESCO, dirigido a educadoras e a educadores de todo o mundo: *aprender a fazer* (mas, sobretudo, a criar cenários solidários e cooperativos nos lugares de trabalho coletivo); *aprender a aprender* (o aprender como um processo de criação e conhecimentos pessoais e, não, como uma acumulação de conteúdos); *aprender a conviver* (aprender a partilhar, a construir juntos, a criar círculos afetivos e harmoniosos de convivência); *aprender a ser* (aprender a realizar em si mesmo, em diálogo com os outros, a própria experiência de “ser uma pessoa humana”. Este princípio deságua em um crescimento da coerência da pessoa entre o seu sentir, o seu pensar, o seu fazer e agir e o seu viver¹⁴.

Forma de debates e diálogos no encaminhamento dos municípios

Sendo um trabalho comunitário e de parcerias, todas as etapas de cada experiência deveriam tender a serem vivências de trocas, de diálogos e de aprendizados.

Tudo o que se faz se dialoga antes.

Em tudo o que se faz, se aprende-ensina-aprende alguma coisa também.

Desde o que se planeja e realiza nas pequenas equipes de trabalhos socioambientais em uma rua, em um “pedaço de bairro”, até as decisões a serem tomadas pelas instâncias mais amplas do município e da região, é de se esperar sempre um máximo de participação de todos e um máximo de diálogos. De ouvir-

¹⁴ Isto está no capítulo 4 do livro: ***Educação, um tesouro a descobrir***, publicado pela Editora Cortez em convênio com a UNESCO e o nosso Ministério da Educação, em São Paulo, no ano de 2000.

.....



falar-ouvir, de criar espaços para que todas as pessoas participantes se reconheçam também como co-decisores. Pois este é o maior valor da co-responsabilidade: que as pessoas que fazem algo juntas sejam também iguais na hora de pensar o que fazer, na hora de decidir, na hora de avaliar e na hora de tomar novas decisões.

E o que vale entre pessoas, entre os “atores sociais”, vale também nas relações entre as instituições. Tanto as organizações não-governamentais e os movimentos sociais, quanto entre elas e as do Governo.

Neste feixe de relações entre parceiros em prol da qualidade de Vida e do meio ambiente, o *município educador sustentável* se representa através do *comitê local*. Ele é uma espécie de *central de encontros*, pois nele estão representantes de todos os “lados da parceria” e, sempre que possível, de todas as *unidades sociais* participantes.

Os municípios educadores sustentáveis e a AGENDA 21

Este é o momento de falarmos sobre a **AGENDA 21**.

Ela foi uma das decisões coletivas mais importantes da **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, a “ECO 92”, realizada no Rio de Janeiro. Lá, os representantes de governos do Mundo inteiro e de inúmeras instituições não-governamentais, elaboraram e assumiram implantar em municípios ao longo de todo o planeta, uma *agenda* de compromissos e de iniciativas destinadas a orientar comunidades em seus processos de realização da vida cotidiana, de transformação e de desenvolvimento, através de caminhos de uma *vocação sustentável, solidária, participativa e criativa*.

Mais uma vez mulheres e homens de toda a Terra uniram-se para pensar de maneira concreta e realista, o que todas e todos nós podemos fazer para re-

.....

orientar a vida, a mudança e o desenvolvimento em uma direção completamente nova e inovadora.

Uma direção motivada pelo respeito à Vida e à Natureza, pelo estabelecimento de relacionamentos entre as pessoas baseadas bem mais na cooperação, na co-responsabilidade solidária, na partilha generosa de bens e de serviços e no cuidado em criar entre todas e todos nós um outro “modo de vida” de que a palavra *sustentabilidade* seria um dos melhores nomes.



Alguns municípios de vários estados do Brasil implantaram ou estão implantando a **AGENDA 21**.

Eis algumas idéias e algumas propostas concretas dela:

A **AGENDA 21** não é uma proposta apenas “ambientalista”. Ela vai além e se preocupa na interação entre a preservação e a regeneração do meio ambiente, a qualidade de Vida das pessoas, a transformação de nossos lugares de vida social em *comunidades sustentáveis*, e a transformação de formas de desenvolvimento econômico competitivo, agressivo e destruidor, em experiências diversas de um *desenvolvimento sustentável*.

Um desenvolvimento em que a Vida, a Pessoa Humana e a Sociedade justa, eqüitativa, inclusiva, livre e solidariamente participativa e co-responsável sejam o motivo das transformações realizadas na Natureza e na própria vida social. Todos Nós e toda a Vida e, não, o ganho e o lucro de uns poucos.

Em suas formas mais atuais, as propostas da **AGENDA 21** também vão além de um *desenvolvimento sustentável*, se ele for pensado como algo transitório. A idéia é a passagem irreversível de comunidades socialmente desiguais e ambientalmente agressivas e expropriadoras, em direção a *comunidades sustentáveis*. Comunidades de Vida e de residência, como um município, criadoras de uma outra forma de ser, de pensar, de viver e de agir entre as pessoas e para com o meio ambiente.

Quatro dimensões podem ser pensadas aqui:

Uma *dimensão ética*, que sugere a participação de todas e de todos na criação de outras formas de vida e de pensamento sobre o *sentido da vida*. Uma *ética de vida* regida por valores e por práticas bem diferentes daquelas que orientam as ações desequilibradas, agressivas e competitivas dos atuais modelos de desenvolvimento socioeconômico. É preciso termos a coragem de mudar a nossa maneira de sentir e de pensar, de nos relacionarmos e de agir entre nós e em



nosso Mundo. E esta mudança não é um acessório ou uma fantasia. Precisamos começar a crer que dela depende a nossa própria *oportunidade de sobrevivência* e a daqueles que viverão aqui onde nós estamos vivendo agora.

Uma *dimensão temporal*, que tem tudo a ver com a relação entre um *desenvolvimento sustentável* e a criação e consolidação (para sempre, se possível) de verdadeiras *comunidades sustentáveis*.

Ainda que algumas coisas a serem feitas e mudadas sejam mesmo urgentes, precisamos olhar a Vida com calendários de meses, de anos e de séculos, e precisamos aprender a planejar para médio e longo tempo. Que toda uma lógica individualista (“cada um para si e ninguém por todos”) e imediatista (“vamos resolver o nosso problema imediato”) seja substituída por uma generosa lógica solidária (vamos ser co-responsáveis por cada um de nós e todos nós, e pelos outros que ainda virão”), e abrangente no tempo e no espaço: “vamos agir agora, mas para criar um mundo verde e fecundo para sempre; vamos agir aqui, mas sabendo que cada pequena ação local se soma a uma teia de infinitas ações interativas e interligadas em todo o mundo”.

Uma *dimensão social* onde, como vimos aqui em vários momentos, devemos estar conscientes de que *sustentabilidade = conservação do meio ambiente + qualidade de vida + justiça social*.

A rede das *comunidades sustentáveis* só existe e é possível no interior da *sociedade de democracia ativa e participativa*. A pessoa participante da construção de sua *comunidade sustentável* é, também, a pessoa participante dos processos de crescente democratização participativa da vida social e política. E sempre no sentido de criação coletiva da *polis*: a Cidade, o Município, o Estado, a Bacia Hidrográfica, o País e mesmo o Mundo onde vivemos.

Uma *dimensão prática*, que poderia ser também chamada: a *dimensão dos gestos e dos atos de todo o dia*. Pois ela tem a ver com mudanças concretas e cotidi-

anas e nossos hábitos de trabalho, de consumo e de partilha de nossos bens, de nossos serviços e mesmo de nossa vida. Se cada um de nós aprender aos poucos a gastar menos água em casa e a ensinar isto aos filhos e aos outros, certamente haverá em casa e no mundo mais água limpa por mais tempo, para mais e mais pessoas.

Podemos agora ampliar as próprias idéias de *vida sustentável*, de *comunidade sustentável* e de *desenvolvimento sustentável*, nos termos da **Agenda 21** e da proposta do *Município Educador Sustentável*.

A nossa proposta nos desafia a toda uma nova maneira criativa e complexa de pensar e de agir.

Ela sugere que nossas relações diretas com a Vida e com a Natureza, sejam praticadas com *sustentabilidade ambiental*.

Ela envolve todas as dimensões dos relacionamentos entre pessoas, grupos de pessoas e instituições sociais, como *solidariedade social*.

Ela envolve todas as nossas formas de pensarmos, de criarmos idéias, teorias, ciências, artes e tecnologias, em termos de *complexidade*. Isto mesmo: “complexidade. A inteligência humana “pensada” como um progressivo pensamento aberto a novas integrações, novas interações e novas indeterminações. Um *pensamento complexo* (nem “complicado” e nem preguiçosamente “simples” e não profundo e desafiador).

Uma nova forma de pensar, de aprender e de adquirir conhecimentos. Um pensamento humano corajosamente aberto à diferença, aberto ao novo, à mudança e à busca de novas soluções para os antigos e recentes dilemas humanos.

E uma forma nova e inovadora de transformar tudo isto em uma *educação sustentável*. Uma educação de fato voltada a formar pessoas para a construção de seus mundos sociais de vida e de trabalho. E, não apenas, uma educação para

.....

a simples capacitação para o exercício de uma função produtiva no mercado de trabalho.

Assim na prática, a idéia de *sustentabilidade* que a nossa **proposta** incorpora e enriquece, tem tudo a ver com a *educação* (e como tem!), com o *trabalho*, com as *ciências*, com as *tecnologias*, com as *políticas públicas*, com o *esporte e o lazer*, com a *vida espiritual e a religiosa*. E, em síntese, tem a ver com uma verdadeira busca filosófica (porque não? *da verdade e dos sentidos de vida*); da *ética* (a busca da virtude, do bem e da solidariedade); e da *estética* (a busca da beleza na arte e na vida). E talvez este venha a ser um caminho para descobrirmos juntos, que todas e todos nós somos também capazes de criar nossas próprias *filosofias de vida*, os nossos *princípios e preceitos de vida* e as nossas maneiras de gerar e viver a beleza do milagre da vida.

Vocês sabem qual é um dos melhores indicadores da passagem de forma de vida e de uma economia *predatória e consumista* para uma *sustentável e solidária*? É o aumento da *biodiversidade*. Bio-diversidade = variedade da Vida.

Quando o mundo próximo onde você vive começar a ser conservado, protegido, regenerado, reverdecido, a Vida que nele existe agradece e se recompõe. Ela deixa de ser a ameaça de desaparecer aos poucos na variedade das plantas e dos animais, e volta a multiplicar-se, multiplicando também as espécies de seres vivos que a habitam. E que convivem com você aí onde você mora e vive.

Vejamos um exemplo bem concreto de algo que pode ser aos poucos implantado em qualquer município brasileiro: a *agricultura sustentável*. Veja como ela é definida em um livro:

A agricultura sustentável está baseada em uma concepção do desenvolvimento igualitária e participativa, que reconhece o meio



ambiente e os recursos naturais como fundamentos da atividade econômica. Nela preserva-se a biodiversidade, mantém-se o solo fértil e a pureza da água; preservam-se as qualidades físicas, químicas e biológicas do solo, reciclam-se os recursos naturais e conserva-se a energia.

Essa agricultura produz diversas formas de alimentos, fibras e medicamentos de alta qualidade. Procura usar recursos renováveis localmente disponíveis, aumentando a independência e a auto-suficiência local. Assegura uma fonte de renda estável para os pequenos produtores rurais, fixando-os à terra, e preserva as comunidades rurais, integrando-as ao meio ambiente¹⁵.

Em qualquer lugar onde exista uma comunidade humana, a *educação ambiental* deveria ser um dos seus temas e uma das suas ocupações de cada dia. Ela não é apenas algo que envolve professores e alunos de uma escola, na sala de aulas. Ela é uma outra forma de aprendermos, entre nós e nas mais variadas situações, novos conhecimentos, novos valores e novas motivações para com a Vida e a Natureza. Isto é, para com “nós mesmos” e tudo ao que existe à nossa volta como fundamento da Vida ou como experiência da Vida.

Uma *educação ambiental* vivida em toda a sua profundidade abarca todo um profundo re-aprendizado dos “esses de nosso eu”, que apareceram aqui, páginas atrás. Ela envolve um re-aprender de nossos *sentidos* e de nossas *sensações*, de nossos *significados* e de nossos *saberes*, de nossas *sensibilidades* e de nossas *sociabi-*

¹⁵ Esta Passagem está na página 1 do: ***Biodiversidade e biotecnologias – um glossário***, editado pela AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, junto com a FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, em 1993.

lidades (a nossa vocação de nos reunirmos para criarmos juntos o próprio mundo de nossas vidas, vocês se lembram).

Para alcançar isto, a *educação ambiental* deverá estar aberta a integrar e fazer interagirem os ensinamentos das ciências e das tecnologias, das artes, das filosofias de vida e do mundo, das espiritualidades e das religiões. E deve sempre aproximar o conhecimento do “senso comum” (o de todas e todos nós, pessoas da vida cotidiana) e os que nos chegam, por exemplo, das universidades e dos centros de alta pesquisa.

Se isto vale para qualquer lugar de Vida, qualquer município do País, vale mais ainda para aqueles que se integrarem na **rede do Programa Município Educador Sustentável**. Neles a *educação ambiental* deve ser assunto de todos os dias. De todas as horas do dia.

E os temas e assuntos da *educação ambiental* desdobram-se em pelo menos quatro dimensões de objetivos: os *biológicos*, os *políticos*, os *econômicos* e os *espirituais/culturais*. Vejamos como Marcos Sorrentino diz o que é cada um destes objetivos:

*Os **objetivos biológicos** pretendem proteger, conservar e preservar espécies, ecossistemas e o planeta como um todo; detectar as causas da degradação da natureza, estabelecer as bases para a conservação e utilização dos recursos naturais.*

*Os **objetivos políticos** buscam desenvolver uma cultura de procedimentos democráticos, estimulando a cidadania e a participação popular, a formação e o aprimoramento de*



organizações, o diálogo na diversidade e a autogestão política. Os **objetivos econômicos** são voltados à geração de empregos em atividades não alienantes e não exploradoras do próximo, em direção à autogestão do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus conhecimentos como indivíduos e/ou grupos.

Os **objetivos espirituais/culturais** procuram promover o autoconhecimento e o conhecimento do universo, por meio do resgate de valores, sentimentos e tradições e da reconstrução de referências espaciais e temporais que possibilitem uma nova ética, fundamentada em valores como verdade, amor, paz, integridade, felicidade em uma visão global e holística¹⁶.

¹⁶ Estas passagens estão em seu artigo: De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. Este artigo do professor Marcos Sorrentino está em um livro: Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente, coordenado por José da Silva Quintas e publicado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em Brasília. O livro é do ano de 2000 e as passagens estão entre as páginas 105 e 114.

.....

7. Em paz com a vida

*Um pequeno manifesto e um pequeno ideário para se pensar a qualidade de vida e o meio ambiente
“aqui onde eu moro, aqui onde nós vivemos”*

***“A vida é o que fazemos dela.
A viagens são os viajantes.
O que vemos não é o que vemos
senão o que somos.”***

Fernando Pessoa

Uma primeira idéia para pensar

Todos os seres vivos que existem partilham conosco a Experiência da Vida, em qualquer uma das suas dimensões. Eles possuem todo o seu sentido e todo o seu valor em si mesmos. Possuem isto pelo simples fato de existirem e de partilharem, como tudo o mais que existe e é vivo, da Experiência da Vida.

A Vida é um bem e um dom supremo cujo valor está nela mesma. Tudo o que dela participa possui de algum modo em si uma centelha de seu milagre e uma dimensão própria de sua dignidade.





Tudo o que existe entre nós no *Círculo do Dom da Vida*, vale pelo que é em si mesmo, vale porque participa do mistério do *Existir na Vida*, com tudo o mais que é vivo e existe. A *Vida* é um valor absoluto em si mesmo. Ela é guardiã de outros valores e tudo o que existe vivo entre nós participa dos direitos deste valor absoluto outorgado pela *Vida* a tudo o que existe como uma *Experiência de Vida*, como um *Ser Vivo*.

Um primeiro princípio para viver

No lugar onde vivemos podemos começar a tratar a Vida e tudo o que vive como parte de nossa própria Vida. Podemos lidar com as plantas e os animais, com os cenários onde eles vivem e compartilhem conosco a própria vida (os nossos *ecossistemas*) como um todo de que fazemos parte e que merece de nós todo o zelo, todo o cuidado e todo o carinho.

Podemos aprender pouco a pouco a experimentar os seres vivos do mundo em que vivemos cada dia, não como algo inferior a nós e que existe apenas a serviço dos seres humanos, como se fôssemos os “donos do mundo”, mas como nossos companheiros de viagem nesta grande casa-barca onde vivemos juntos e desde onde viajamos pela Vida. Podemos passar do sentimento de que somos os “donos do Mundo”, para o sentimento de que podemos ser os “irmãos do Universo”.

Podemos começar a lidar com as plantas do jardim, com as árvores da rua, com os pássaros da manhã e com a múltipla Vida que está presente em cada dia na praça de nosso bairro, como um repertório de formas da Vida que merecem de nós um outro olhar, um outro tratamento e um outro destino.

Pode ser que não possamos viver sem lançar mão da vida de alguns seres de nossos cenários naturais. Mas podemos começar a senti-los e a pensá-los de

uma maneira amorosamente *sustentável*. Há várias razões para isto.

Uma delas é que bem mais do que pensamos, dependemos de toda uma complexa cadeia de seres vivos para estarmos vivos e vivermos com qualidade de Vida. Se os pássaros e os sapos desaparecerem da Terra os insetos tomarão conta dela... e de nós.

Há uma outra razão: a biodiversidade torna os cenários de vida lugares muito mais harmoniosos e saudáveis. Quem vive em áreas já despovoadas de florestas e cercadas de canaviais ou de lavouras de soja, sabe bem a diferença entre uma coisa e a outra.

Mas há uma outra razão ainda. Quando aprendemos a lidar com a Vida e os seres da Vida como “companheiros de viagem” que possuem, cada um em sua dimensão, os mesmos direitos à Vida e a fecunda felicidade com que nós sonhamos, tudo se transforma em nossa própria Vida. Mesmo ainda cheia de problemas cotidianos, a Vida de cada dia deixa de ser ela mesma um problema, para se transformar em um milagre.

Uma segunda idéia para pensar

Tudo o mais que venha a ser um sentimento, um sentido ou um valor atribuído por nós ao que existe à nossa volta no mundo – desde o mínimo ser que exista no lugar onde moramos e vivemos – deve derivar dessa primeira surpreendente descoberta. A descoberta de algo que está presente em cada uma e cada um de nós. Que está em nós e entre nós. E que existe também na relação entre nós e a Vida. Entre nós e os seres que compartilham conosco a Vida na Terra. Da Vida.

A descoberta de sermos todas e todos seres entrelaçados, entretecidos na teia da trama da Vida. E de sermos, portanto, co-responsáveis uns pelas outras, umas pelos outros, e cada um por todos e todas por cada uma. E todos nós, seres humanos, seres agora irmanados a todos os seres vivos.

Esta é uma idéia bem derivada da primeira e ela desdobra o valor contido nela. Ela poderia ser sintetizada assim: “este ser existe e está vivo”. Ou, de maneira mais ampla e mais generosa: “este ser existe e participa da *Vida*, por criar condições para a sua existência”. Logo este ser que existe aqui onde eu vivo, é um *Ser Vivo* ou é um *Cenário de Vida*. E *seres e cenários da Vida* existem e participam de tudo o que vive da/na/através da *Rede da Existência do Dom da Vida*.

Se “este ser vivo existe” (qualquer que seja ele) em qualquer dimensão da existência do que vive e é vivo, então “este ser” é um *Sujeito da Vida* e participa de todas as teias e redes que geram, fazem interagir e transformam tudo-o-que-existe e o-todo-do-que-existe.

Um segundo princípio para viver

Vocês devem conhecer, nem que seja por leituras ou pela televisão, algumas associações ambientalistas especializadas em proteger um único animal, como o “mico-leão-dourado”. Parece um esforço grande demais para tão pouco. Se ainda fosse para salvar as baleias...

Mas as gentes que se dedicam a estes pequeninos seres das árvores, sabem que elas se somam a milhares de outras pessoas que pelo mundo inteiro, entre desertos, geleiras e florestas, estão empenhadas em proteger e salvar a Vida de uma ou algumas espécies de animais e de vegetais. Em uma grande medida a preservação da integridade da biodiversidade de Florianópolis, de Santa Catarina, do Brasil, da América Latina e do planeta Terra depende dos esforços conjugados destas pessoas e destes grupos.

Um meio ambiente da *comunidade sustentável* é um lugar onde pessoas humanas como você e eu compartilhem a vida com outros seres vivos de uma

maneira amorosa e fraterna.

Avançamos muito em tudo isto. Não faz muito tempo era comum vermos pelas ruas da cidade bandos de meninos com “bodoques” nas mãos, perseguindo bandos de aves e “brincando de matar passarinhos”. Hoje a morte brutal de uma simples avezinha diante de nós nos horroriza. E logo perguntamos: “porque?”, “Pra quê?”, “Em nome do quê?”.

Podemos nos unir e acrescentarmos aos nossos trabalhos em favor da *qualidade de nossas vidas* algo de bem concreto em favor da *qualidade da Vida do mundo onde vivemos*.

Este “algo” nos espera algumas linhas adiante. Antes, vamos aprofundar um pouco mais o desdobramento de nossa primeira idéia na segunda. E da segunda na...

... terceira idéia para pensar

Nas redes das teias do-que-existe, todas as coisas que existem como uma qualquer experiência da Vida, participam da Existência da Vida como uma unidade única de uma de suas realizações. Por causa disto, tudo o que existe em nosso mundo como um Ser da Vida ou como um cenário que torna possível a Vida em nós e entre nós, participa de uma mesma teia da Vida com tudo-o-que-existe ao seu redor, em seu Mundo próximo, e em seu Universo. Assim, participa do todo de tudo o que existe.

Isto não quer dizer que o que existe como um *Ser da Vida* ou como um *Cenário de Vida*, no *Universo* ou na *Terra*, participa apenas da vida interior do todo da vida orgânica. Quer dizer que aquilo que vive e é vivo, participa de maneira íntima e completa de uma dupla *Rede do Existir*: aquela que constitui a teia das dimensões da energia e da matéria, e aquela que configura a dimensão da energia e da matéria realizadas como *Vida na e com a Biosfera*. *Biosfera* é a esfera do existente no mundo em que o existir é *Vida*.

Um terceiro princípio para viver

Quando em seu quintal ou em seu município você está procurando passar de uma relação utilitária e consumista diante de tudo o que o rodeia, para um relacionamento *solidário e sustentável*, você está participando da teia de pessoas em sua casa, em sua cidade e no mundo todo, que estão tomando consciência de que partilham um mesmo milagre e uma mesma aventura.

De que este milagre, a Vida, ocupa uma pequenina e frágil espessura do planeta Terra; pois se a Terra fosse uma bola de futebol, a *biosfera*, o lugar da Terra onde a Vida existe, seria da espessura de uma folha de papel.

De uma rede das pessoas conscientes de que nós, seres humanos, somos os guardiões da Vida e somos, como co-responsáveis por sua existência e por sua diversidade.

Este chamado a uma nova compreensão e a uma nova atitude perante a Vida tem sido uma constante aqui.

Mas ele é tão importante, tão essencial, que nunca será demais voltar a lembrá-lo. Em seu nome podemos educar pessoas com uma nova consciência e uma nova sensibilidade. Podemos conviver com nossa cidade de uma maneira inteiramente outra, e podemos dedicar um tempo maior de nosso dia a dia a participar de atividades que contribuam para não somente melhorar aqui e ali alguma coisa no lugar onde vivemos. Que contribuam para mudar de uma vez por todas o próprio acontecer da Vida de todos os dias em nós e entre nós.

Uma quarta idéia para pensar

A Vida cria e continuamente recria na Terra e a própria Terra como fonte de Vida...

Algumas descobertas mais recentes das ciências nos têm ensinado que des-



de quando surgiu, a bilhões de anos, a Vida na Terra começou a transformar o próprio planeta. Ela começou a gerar as condições de se consolidar e de se multiplicar, até chegar a esta diversidade hoje em dia tão ameaçada por nós, seres humanos.

Hoje sabemos que a Vida recria a Terra de que ela é uma dimensão, uma parte, e um momento único e maravilhoso na história da Terra. E a Vida assim procede, porque sem cessar ela participa daquilo que re-elabora e re-estabelece as condições naturais de sua própria Existência. A Vida não “está” apenas na Terra e não se aproveita dos recursos naturais da Terra para viver.

É ela quem misteriosamente cria a cada instante as condições de sua própria existência. Entre tantos e tantos planetas estéreis e mortos, a Terra é cheia de vida porque a Vida fez a Terra ser assim.

E segue fazendo ser assim, sempre e apesar de nós. A Vida trabalha continuamente para tornar possível a Vida na Terra. Uma vez surgida no Planeta, a Vida participa dos processos de orientação dos próprios destinos da Terra. E ela participa deles no sentido em que gera e re-genera continuamente a possibilidade de reprodução e de realização ascendente da própria Vida.

Assim, existindo na Terra, a Vida torna verde a Terra que a acolhe como casa e nave errante. Ao existir na Terra, com a Terra e como a Terra, a Vida torna toda a Terra um Ser Vivo também. Um ser planetário vivo e cheio de vida unitária e múltipla.

A Vida inaugura o tempo cósmico em que as interações, intercomunicações e interconexões de/entre tudo-o-que-existe – da mínima partícula de um átomo ao todo o Universo – transformam-se em alguma modalidade de *relacionamento*.

A Vida é viável porque ela transforma os eixos, as teias e as redes de tudo o que a ela se relaciona e com ela se intercomunica, em um processo com-

.....

plexo de sair-de-si-mesmo-em-busca-do-outro. A partir daí “tudo são trocas” e só se preserva na Vida e como uma experiência da Vida aquilo que existe em interação na Teia das Trocas da Vida.

Um quarto princípio para viver

Desde quando nós, seres humanos, surgimos na Terra, a Vida se tornou consciente de si mesma através de nós. A vida se pensa no pensamento que você e eu partilhamos. Somos, como todos os outros seres vivos, uma experiência da Vida na Terra. Mas, de uma maneira diferente de todos os outros seres vivos, nós somos seres dotados de uma outra forma de consciência.

E isto nos faz seres dotados de uma forma absolutamente nova de poder. Somos os únicos seres vivos na Terra que podem reverdecer a Terra, se quisermos, ou que podem destruir toda a Vida na Terra, se quisermos.

Sabendo disto, podemos passar de uma motivação passiva diante de nossa responsabilidade e dos graves problemas ambientais que temos frente a nós, para uma motivação ativa e criativa. Podemos “fazer a nossa parte” a partir dos nossos lugares de vida e de trabalho. Nada de esperar que as grandes medidas surjam de instituições internacionais ou do “nosso governo”. Ao contrário, somos nós e é a partir de nós mesmos que tudo começa.

É a partir do que fazemos juntos, ao invés de apenas reclamarmos sozinhos, que podemos “empurrar” os nossos governos a cumprirem o que é devido a eles. “Fazer a minha parte!” Se pudesse haver um lema no Programa ***Município Educador Sustentável***, ele bem poderia ser este.

Mas como ninguém deve nada apenas sozinho e “por conta própria” (embora isto seja também importante) o nosso lema deve ser mudado para: “fazermos a nossa parte!” Fazermos aqui onde vivemos e a partir de agora,



a nossa pequena-grande parte.

Quando se trata de “fazer alguma coisa” pela nossa *qualidade de Vida* em nome de uma *Vida de qualidade* para nós e para toda a Vida na Terra, tudo conta. Embora possa haver tarefas maiores e menores, tarefas mais e menos abrangentes e mais ou menos importantes, na soma de todas elas, todas contam. Muitas vezes é porque achamos que o que podemos fazer é “muito pouco”, que acabamos “não fazendo nada”.

Devemos sempre nos lembrar que o que importa não é cada atividade, cada ação humana e ambiental isolada. O que importa é a corrente de iniciativas e de motivações que o conjunto de todas elas cria em uma cidade, em um município, em uma bacia hidrográfica, em uma região. E o que importa, para além de cada município e de cada região, é a rede e a teia de pessoas e de grupos espalhadas por todo o Brasil, todos os continentes e por toda a Terra.

Uma quinta idéia para pensar

Somos seres destinados ao amor, à harmonia e à paz.

Estamos sendo continuamente bombardeados por notícias que falam de competições e de desavenças, de interesses econômicos, de violências e de guerras. Algumas vezes parece que somos mesmo seres destinados à concorrência, à competição e à luta e violência, mais do que à solidariedade, à cooperação e à paz e harmonia.

Mas esta não é a nossa verdadeira natureza. Esta não é a nossa verdadeira vocação. Nós, seres humanos, somos uma experiência natural e culturalmente voltada para a colaboração e não para a competição. Para a busca solidária de caminhos e de soluções para os nossos dilemas comuns e, não, para a procura egocentrada de ganhos em detrimento dos outros: outras Pessoas, outros Gru-

pos Humanos, outros Povos, outros Seres da Vida.

Está em nossas mãos o nosso destino.

Podemos aprender a nos empenharmos juntos na aventura de inventarmos e vivermos outras novas maneiras. A re-vivermos os mesmos e outros novos bons valores e princípios éticos e políticos, outros novos sistemas de interações com a Natureza de nosso mundo e com o Meio Ambiente dos lugares onde vemos a vida de todos os dias.

Vamos dizer isto por uma última vez ainda. Está em nossas mãos – nas suas mãos e nas minhas – o destino da Vida e o de nós próprios, seres humanos na Terra.

Podemos escolher, pois somos os únicos seres de “escolhas” na Vida. Podemos escolher seguir o caminho da ambição, do medo, da expropriação, do interesse de nossas vidas fundado no ganhar sempre mais, no ter e no acumular. O caminho da vida regida por interesses utilitários, regidos pela competição e pela concorrência. E, embora não pareça, este será, um tanto mais adiante na história do Mundo e da Vida, o caminho da destruição.

Ou podemos fazer uma outra escolha. Podemos buscar e descobrir à nossa frente o *caminho do amor*. E então descobriremos que o oposto do amor é o medo, mais do que o ódio ou desprezo.

Podemos optar por escolhermos o *caminho da sustentabilidade*, da generosidade fundada no Ser. O *caminho da gratuidade*, da cooperação e da solidariedade. Enfim, o *caminho que leva à Paz*, que é o caminho de todos os caminhos. Uma Paz crescente e perene entre nós e entre nós e todos os seres da Vida. Um dia alguém disse: “não há caminho para a Paz. A Paz é o caminho”.



Um quinto princípio para viver

Posso aumentar o jardim de minha casa e diminuir nela os lugares de cimento e pedra.

Posso plantar mais árvores no quintal e posso inventar meios para dar água, pouso e alimento aos passarinhos que venham a estar nele.



Posso criar “áreas verdes mínimas” mesmo que eu viva em um apartamento.

Posso pensar que a água que uso para lavar os pratos, copos e talheres da casa, todos os dias, pode facilmente ser reduzida para a metade e mesmo a terça parte. Não é difícil aprender a economizar, na água da casa, a água pura de toda a Terra.

Posso aprender a passar de uma vida centrada no pequeno círculo que começa em meu quarto e acaba em minha casa, para o círculo que começa em minha casa, passa pelo meu município e envolve todo o Mundo em que eu vivo.

Posso aprender a viver uma vida menos consumista: procurar mais alimentos essenciais e orgânicos, trocar refrigerantes por sucos e enlatados por vegetais frescos, plásticos por papéis e papéis novos por papéis reciclados.

Posso aprender a reciclar coisas, tempos e a própria vida. Posso me juntar a outras pessoas da casa, da rua e do bairro, e iniciar um trabalho de reciclagem de tudo o que faz parte da casa, da rua e do bairro.

Posso, concretamente, estabelecer programas de aproveitamento do lixo, tornando solução e proveito o que era problema e sujeira.

Posso fazer, com as pessoas da casa, os vizinhos e os companheiros de minha unidade social de serviço, um mapeamento de *produtores sustentáveis* de tudo: de alimentos vegetais e animais, de vestimentas, de equipamentos da casa, de artesanato, de arte.

Ao lado da produção industrial e agressiva presente na agricultura e na pecuária, na indústria e no comércio de minha cidade, existe por toda a parte uma série de *criadores e produtores solidários e sustentáveis*. Homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, que são artistas e artesãos, professores e outros profissionais, agricultores e criadores de animais, todos vinculados a uma pro-



dução de bens e de serviços dentro de uma nova vocação em favor da Vida.

Posso me aliar a eles. Posso consumir o que eles produzem. Posso estimular *redes de sócio-economia solidária* e posso me vincular a elas.

Podemos, juntos, criar espaços de trocas solidárias e sustentáveis. Podemos, juntos, fazer frente a todo o peso de produtos e serviços de uma indústria predatória e de um comércio voltado apenas para o lucro e a acumulação de dinheiro e de bens.

Posso procurar as *unidades sociais de serviços* de minha cidade que mais tenham a ver com a minha vocação de partilha e de participação em favor de uma *vida solidária e sustentável*. Posso me aliar a outras pessoas participantes delas. Ou posso me reunir a outras pessoas de minha rua, de meu trabalho, de minha igreja, de meu clube e criar uma *unidade municipal de vida educadora, solidária e sustentável* vinculada ao Programa **Município Educador Sustentável**.

Posso, através de meu movimento ou minha associação, fazer parte do *Comitê Local*, ou de outras instituições municipais, como o *Conselho Municipal de Meio Ambiente* resultantes de parcerias entre o governo e a sociedade civil. Sempre lembrando que os governos passam, mas o civil que nós somos, fica.

Posso me integrar a grupos de pessoas empenhadas em desenvolver projetos de *educação ambiental*. Estes projetos podem ser criados dentro de escolas, de clubes ou mesmo de sindicatos ou movimentos sociais. Posso aprender e ensinar que existe uma *dimensão de educação ambiental* em todo o trabalho consciente e sistemático em que são trocados ideais e valores a respeito de uma ética nova de nossas relações com a Natureza, em direção a uma *vida sustentável*. Mesmo sem ser um professor de escola, posso ser, desde onde atue em meu município, um/uma *educador(a) ambiental*.

Posso me lembrar de que a *sustentabilidade da Vida* envolve também a nossa própria Vida social. Envolve a criação contínua e consolidada de relações justas, livres, inclusivas, criativas, solidárias e equitativas entre as pessoas.

.....

Posso participar de atividades destinadas a uma *sustentabilidade* também cultural.

Posso participar de experiências de resgate e re-valorização de culturas populares em meu município. Pois cada vez mais tomamos consciência de que em tudo o que se refere aos cuidados com o meio ambiente, o senso comum (o saber de todos nós) e o saber popular são essenciais. Afinal, este é um repertório de múltiplos conhecimentos derivados das mais variadas experiências de pessoas e de grupos humanos.

Posso participar de todas as iniciativas que façam interagir ações sociais em favor do meio ambiente e da qualidade de vida, da ampliação de experiências de solidariedade e sustentabilidade, de direitos humanos, de direitos femininos e de pessoas e grupos minoritários, de ampliação da “causa da Paz”.

Posso concretizar todas estas vocações e motivações sustentáveis procurando viver minha vida em busca de:

- Um sistema local e regional de produção, comercialização e consumo eticamente sustentáveis e solidários.
- Uma ampliação de formas de produção de bens e de serviços locais e regionais regidos por experiências cooperativas, autogestionárias e ecossustentáveis.
- A ampla democratização do conhecimento e da educação fundados sobre o diálogo e a busca não-utilitária de saberes que valham como meios de superação dos dilemas humanos.
- A luta pela criação de formas e sistemas de comunicação de massa regidos também por princípios de cooperação, de sustentabilidade e de solidariedade.



8. A lembrança de um provérbio africano

Há um provérbio de um povo da África que poderia nos ajudar a encerrar a viagem que fizemos juntos até aqui, neste livro. Ele é assim:

***Uma árvore cai com um grande estrondo.
Mas ninguém escuta a floresta crescer.***

Podemos aprender com essas palavras.

Para quem já ouviu, de fato, a queda de uma grande árvore dentro de uma floresta pode provocar um estrondo e um estrago enormes. Mas e quando a floresta cresce, quem ouve o seu crescer? Quando uma pequenina árvore cresce o seu pouco de cada dia, quem escuta? Quem conhece o ruído das infinitas formas de Vida que vivem e crescem na floresta a cada noite silenciosa?

Nada se ouve, nada se escuta. E, no entanto, a floresta cresce a cada segundo. A vida reverdece o Mundo a cada instante e não faz alarde algum do milagre que existe em cada pequenino nascimento. Em cada folha que brota,

em cada fruto que surge, cresce e amadurece. Quem já ouviu o ruído de uma flor se abrindo ao sol do dia?

Todos os dias lemos nos jornais ou vemos nos noticiários de rádio ou de televisão o estrondo dos estragos feitos pela ambição de alguns poucos em nossas florestas, por toda a parte. De vez em quando são contabilizados quantos “campos de futebol” são queimados e destruídos por dia em nossa Natureza para abastecer de lenha as siderúrgicas, ou para enriquecer um tanto mais alguns poucos donos de madeireiras, de pastagens de gado ou de lavouras de soja.

E tudo isto faz um grande estrondo e provoca no *Mundo da Vida* uma grande dor.

Mas pouco se fala dos momentos em que o silêncio do trabalho de incontáveis pessoas regenera por toda a parte de nossa Terra um pedaço a mais do Mundo. E, no entanto, a esperança de que o *Mundo da Vida* sobreviva e seja recriado e reverdecido, depende de cada um de nós. Não parece, pois parecemos tão poucos e tão frágeis. Mas é exatamente assim.

Desde a casa, a rua e o bairro, desde a nossa inserção essencial em um dos muitos grupos, movimentos e organizações sociais dedicadas a tudo o que estivemos falando aqui, somos parte de uma imensa rede de pessoas e de grupos humanos unidos, desde a unidade de cada município do Brasil, a toda uma teia de trabalho e vida em favor da Vida e da Paz.

Que esta rede comece aqui no lugar onde eu moro, aqui no lugar onde nós vivemos, e que ela cubra um dia a Terra inteira.



10. Livros e artigos lidos aqui e outros mais que podem ser lidos com proveito

ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecotogismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.

BARBOSA, J.B. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: UFSCar, 1998.

BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, jan./abr. 2002.

BRANCO, S.M. **Meio ambiente**: uma questão de moral. São Paulo: OAK, 2002.

BRANDÃO, C.R. O ambiente, o sentimento e o pensamento: dez rascunhos de idéias para pensar as relações entre eles e o trabalho do educador ambiental. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4.; ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1997, Guarapari. **Cadernos**. Rio de Janeiro: INESC, 1997.

_____. **O que é educação**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**. Brasília: UNESCO, 2004.

BUSSMANN, A.C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA,

.....
I.P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1999.

CARVALHO, I.C.M. **A invenção ecológica:** narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CARVALHO, J.C. A vocação democrática da gestão ambiental brasileira e o papel do poder executivo. In: TRIGUEIRO, André. (Coord.). **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CASCINO, F. **Educação ambiental:** princípios, história, formação de professores. São Paulo: SENAC, 1999.

CZAPSKI, S. **A implantação da educação ambiental no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Coordenação de Educação Ambiental, 1998.

COSTA, Larissa; MARTINHO, Cássio; FECURI, Jorge. **Redes:** uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

CROALL, Stephen; RANKIN, William. **Conheça ecologia.** São Paulo: Proposta Editorial, 1981.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa.** 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DIAS, G.F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 5.ed. São Paulo: Global, 1998.

_____. **Populações marginais em ecossistemas urbanos.** Brasília: IBAMA, 1994.

DOWBOR, L. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Bomtempo, 1998.

_____. Sustentabilidade e democracia no poder local. **Ambiente & Sociedade**, v. 1, n.1, 1997.

_____. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: Unicamp, 1996.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** 4.ed. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir; GIUTIÉRREZ (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Papel do planejamento na construção do projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: FJN, 1997.



.....

LAYRARGUES, P.P. Educação no processo de gestão ambiental: criando vontades políticas, promovendo a mudança. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 2002, Erechim. **Anais...** Erechim: FAPES, 2002.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2000.

LEIS, H.R. **O labirinto:** ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: GAIA; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

LIMA, G.F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, F.B. (Org.). **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Orgs.). **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: VIANA, G.; DINIZ, N.; SILVA, M. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARX, Murillo. **Nosso chão:** do sagrado ao profano. São Paulo: USP, 1988.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MINC, C. A ecologia nos barrancos da cidade. In: VIANA, G.; DINIZ, N.; SILVA, M. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOLLISON, B.; SLAY, R. M. **Introdução à permacultura.** Tradução: André

.....



Luis Jaeger Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PÁDUA, José Augusto; HERCULANO, Selene; ACSELRAD, Henri (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2004.

PHILIPPI JR., A. et al. (Ed.). **Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil**. São Paulo: ANAMMA, 1999.

QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000.

ROVERE, Ana Lucia La; VIEIRA, Liszt (Orgs.). **Fórum Internacional de ONG's e movimentos sociais no âmbito Fórum Global – Eco 92**. Rio de Janeiro, 1992.

SANTOS, C.R. dos; ULTRAMARI, C.; DUTRA, C.M. Meio ambiente urbano. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R.; OLIVEIRA, J.A.P. de. (Orgs.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92**. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: RiMa, 2004.

SIMSON, O.; PARK, M.; FERNANDES, R. S. **Educação não-formal: cenários da criação**. São Paulo: Unicamp, 2001.

SIRKIS, A. Cidade. In: TRIGUEIRO, André. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

.....

.....

_____. **Ecologia urbana e poder local.** Rio de Janeiro: Fundação Movimento Onda Azul, 1999.

SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: Fapesp, 2001.

_____. Crise ambiental e educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2000.

_____. De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. In: QUINTAS, J.S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2000.

SORRENTINO, M; TASSARA, E. T. de O. **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** ed. especial. São Paulo: Cepam, 1999.

TRAJBER, R.; MANZOCHI, L.H. **Avaliando a educação ambiental no Brasil:** materiais impressos. São Paulo: Gaia, 1996.

VEIGA, I.P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1999.

VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papyrus, 2001.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). **Ecologia, ciência e política.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

.....

11. Anexo

PROGRAMA MUNICÍPIOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS Diretoria de Educação Ambiental – MMA

1. Apresentação

O meio ambiente compreende não só a natureza com seus diferentes elementos vegetais, minerais e animais, como também os espaços construídos e habitados por nós, sejam urbanos ou rurais e que constituem o meio em que vivemos, nossa casa, nossa cidade, nosso município, nossa região, nosso planeta. Desse modo, o planejamento que busca a proteção da natureza e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusive das gerações futuras, pode ser chamado de socioambiental, abordagem que orienta cada vez mais as políticas ambientais em nosso país.

O caráter transversal da questão socioambiental faz com que ela extrapole a ação dos órgãos ambientais, passe por todos os programas de gestão local e envolva a sociedade que, por sua vez, reivindica participação nas decisões do poder público.

Nesse contexto, o **Programa Municípios Educadores Sustentáveis** propõe promover o diálogo entre os diversos setores organizados, colegiados, com os projetos e ações desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas. Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, no qual cidadãos e cidadãos passam a ser editores/educadores de conhecimento socioambiental, formando outros editores/educadores, e multiplicando-se sucessivamente, de modo que o município se transforme em educador para a sustentabilidade.



Municípios Educadores Sustentáveis são municípios voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, materializando medidas que viabilizem a formação de seus munícipes para atuarem cotidianamente na construção de meios, espaços e processos que avancem na direção da sustentabilidade. No programa, as políticas ambientais saem dos distantes espaços das administrações federal, estadual e municipal, e chegam ao munícipe que, contribuindo para a construção de uma comunidade equilibrada e sustentável, compartilha da responsabilidade e do poder de decisão.

O objetivo do programa é fazer de cada comunidade, município, bacia hidrográfica e região administrativa, um espaço onde os habitantes se eduquem continuamente para a sustentabilidade, por meio de ações concretas, que tenham comunicação e visibilidade.

A situação do meio ambiente no Brasil e em todo o planeta requer atenção especial, pois resulta, principalmente, de práticas econômicas insustentáveis que geram escassez, distribuem injustamente os benefícios, dificultam o acesso das comunidades aos recursos naturais e colocam em risco o equilíbrio ambiental e as condições de vida, sobretudo das populações mais pobres. Para modificar esse quadro, é necessária a participação de toda a sociedade, integrada a um planejamento responsável por parte dos governos.

Há muito o que fazer para reverter a atual situação ambiental do País e a sociedade brasileira tem nos municípios uma importante parcela de responsabilidade na construção do futuro sustentável. O **Programa Municípios Educadores Sustentáveis** é mais um passo nessa direção.

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente

.....

2. Justificativa

A crise ambiental que vem sendo vivenciada pelas sociedades humanas em todo o Planeta tem gerado sofrimento, dúvidas e insatisfações, tornando complexa e difícil a arte da gestão pública.

Vivemos uma crise de valores. Os modelos de felicidade, baseados na capacidade de adquirir bens materiais (o TER) e na idéia de que os recursos naturais durariam para sempre, se tornaram um sonho impossível para a maioria da população. O resultado são sentimentos de frustração e baixa auto-estima.

Para o poder público local, a falta de recursos financeiros tornou-se um grande empecilho à implementação de políticas públicas capazes de reverter o quadro de pobreza, além da falta de infra-estrutura e do mau uso do patrimônio coletivo. A crise é ampla, é histórica, é mundial. Nenhum governo sozinho pode, neste momento, dar conta de tantos problemas.

O que aparece como uma luz no fim do túnel é o compartilhar responsabilidades, somar esforços e coordenar ações, a fim de melhor aproveitar os recursos materiais e humanos. Isto significa envolver a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas redefinindo prioridades para incluir a proteção do bem comum e os desejos e anseios da população.

Em outras palavras, todos somos responsáveis pela construção de sociedades sustentáveis. Isso significa promover a valorização do território e dos recursos locais (naturais, econômicos, humanos, institucionais e culturais), que constituem o potencial local de melhoria da qualidade de vida para todos. É preciso conhecer melhor este potencial, para chegar à modalidade de desenvolvimento sustentável adequada à situação local, regional e planetária.



As políticas tradicionais têm se preocupado unicamente com o crescimento econômico, sem avaliar com maior detalhamento a realidade local. Estas políticas acabam por criar núcleos desenvolvidos, cercados por todos os lados por uma sociedade excluída das vantagens econômicas destes núcleos.

A idéia de sociedade sustentável considera como elemento central a felicidade das pessoas e o bem comum, buscando, não só o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento das instituições e da qualidade de vida da comunidade. É direito de todos o acesso aos equipamentos públicos, à mobilidade e acesso às políticas públicas.

A implementação de projetos de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, que incluam a participação da sociedade, garante a integração ao mundo contemporâneo, porém conservando e fortalecendo a identidade local.

A participação da sociedade potencializa as virtudes e reduz as debilidades do município. O governo local se fortalece neste contexto, pela capacidade de convocar, dinamizar, mobilizar e coordenar as qualidades dos atores locais, considerando a diversidade e administrando as contradições e os conflitos que surgem neste processo.

Portanto, o processo de sustentabilidade local é uma construção política que exige a transformação dos modelos de gestão local, das concepções, dos comportamentos da sociedade e dos gestores públicos.

Sabemos que a mudança na gestão é um processo e, por isso, é lenta e requer acompanhamento, avaliação e reflexão. É necessário formar pessoas para isso, exercitando cotidianamente novas competências, a fim de prepará-las para a gestão participativa. E é sobre esta aprendizagem que trata o Programa Municípios Educadores Sustentáveis.

.....



As vantagens que um município tem com esta transformação são inúmeras. Incluem a maior conservação de seu patrimônio natural e constituído, produzindo reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida da população; o resgate da cidadania e do sentimento de identidade; e, ainda, a auto-confiança e a crença na capacidade humana de transformar a realidade.

3. Objetivos

- Estimular e apoiar espaços coletivos dos municípios como espaços educadores, que formem cidadãos e cidadãs para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública.
- Promover ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem e se auto-educarem contribuindo para a educação de outros na construção de sociedades sustentáveis.
- Estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias para a construção de projetos educativos que conduzam à sustentabilidade.
- Criar indicadores regionais e sistemas de avaliação que permitam o monitoramento dos municípios e a obtenção do Certificado de participação e do Selo Município Educador Sustentável.

4. Vantagens da Adesão ao Programa

1. O apoio e a orientação para o processo de transformação de seu modelo de gestão. A gestão centralizada vai sendo gradativamente substituída por uma



- gestão participativa e por um modelo de sustentabilidade local, que leve em conta a realidade do município.
- 2.** O fortalecimento do governo local, que passa a exercer o papel de mediador, catalisador e coordenador do processo de gestão, dialogando com seus pares.
 - 3.** O incentivo à participação dos cidadãos e cidadãs e dos funcionários e funcionárias da administração pública em comitês, na perspectiva de assumirem o compromisso com a gestão municipal.
 - 4.** Um melhor conhecimento sobre a realidade local, em função da participação da sociedade na realização de diagnósticos, planejamentos, do Projeto Local Município Educador Sustentável e Programa Regional.
 - 5.** O fortalecimento da identidade, da auto-estima, da cidadania, do pertencimento e do grau de satisfação com a vida cotidiana, gerando melhoria da qualidade de vida.
 - 6.** O estímulo à formação de educadores ambientais, que terão o compromisso de formar novos educadores.
 - 7.** O apoio da Diretoria de Educação Ambiental/MMA aos encontros do Foro Deliberativo Regional, que constitui-se também em um espaço educador.
 - 8.** A pontuação diferenciada para instalação de Sala Verde⁽¹⁾ como embrião de um Centro de Educação Ambiental que fomente o debate e o amadurecimento do ideário ambientalista no Município.
 - 9.** O Selo Município Educador Sustentável para todos aqueles que cumprirem as iniciativas mínimas e os objetivos delineados nos Foros Regionais.
 - 10.** O acesso aos outros Projetos e Programas do MMA, órgãos vinculados e parceiros.
 - 11.** O acesso ao SIBEA - Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e salas de discussão especialmente criadas para os debates no Município e no Foro Regional.
-

12. E, outros que venham a ser agregados a partir das parcerias a serem estabelecidas pelo Programa Nacional e Programas Regionais.

5. Etapas para a Implementação

A sequência das etapas descritas a seguir é apenas uma sugestão, sendo que algumas delas poderão acontecer ao mesmo tempo.

1. Inicialmente os municípios se reúnem por região, bacia hidrográfica, proximidade e/ou afinidade e buscam constituir um conjunto de pessoas que os represente, que chamamos de Comitê Local.
2. Os municípios reunidos demandam a cooperação do Governo Federal e de outros parceiros regionais, para se credenciarem no Programa.
3. Cada município discute internamente o Programa MES e a constituição do Comitê Local que deve abranger, paritariamente, representantes do Poder Público e sociedade civil organizada, visando aderir formalmente ao Programa, podendo ser o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho das Cidades, ou fazer parte destes.
4. Cada município deve formalizar a sua participação no Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão pelo Prefeito e Comitê Local, enviando-o à DEA/MMA junto com os demais municípios que compõem o coletivo MES. Novos municípios poderão ser incorporados ao coletivo de acordo com a necessidade e/ou interesse.
5. Organiza-se um Seminário Regional - reunindo parceiros e representantes dos municípios que compõem o coletivo - para estruturar o Programa Regional a partir



dos diagnósticos locais, onde serão definidas as iniciativas que cada município deverá cumprir visando a melhoria da qualidade de vida no território.

6. Cada município deve construir o seu Projeto Local devendo estar alinhado com o Programa Regional, com os quatro processos educacionais e, ainda, conter as iniciativas mínimas estabelecidas pela DEA/MMA.
7. Posteriormente o Projeto Local será apresentado num próximo Seminário Regional onde serão discutidas e socializadas as parcerias, os sistemas de avaliação e monitoramento, as experiências e os problemas.
8. O processo de certificação se dará no Foro Deliberativo Regional para os municípios que tiverem cumprido as iniciativas mínimas. Os avaliadores externos e internos terão como referência os indicadores estabelecidos pela DEA/MMA.

5.1. O Termo de Adesão

Com a assinatura do **Termo de Adesão** os municípios se comprometem a:

- conduzir o processo de forma democrática e participativa;
- criar o Projeto Local, contemplando nos seus compromissos os quatro processos educacionais (formação de educadores ambientais; educomunicação ambiental; estruturas e ações educadoras; foros e coletivos educadores);
- cumprir as iniciativas mínimas estabelecidas no Projeto Local, em consonância com o Programa Regional;
- selecionar e implementar as iniciativas desejáveis;
- enviar representantes do Comitê Local aos Foros Deliberativos Regionais;
- implementar as decisões dos Foros Deliberativos Regionais;
- estimular no Município a criação de Fundos Municipais de Meio Ambiente;

- aperfeiçoar a legislação municipal, a construção da Agenda 21 Local participativa e a elaboração de projetos de captação de recursos para a implantação de decisões do Comitê Local.

6. Construção do Projeto Local

Os municípios devem se comprometer com o planejamento e a execução do Projeto Local, em consonância com o Programa Regional, destinando recursos para ações socioambientais, na forma de políticas públicas integradas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, agricultura, cultura, transporte, saneamento, desenvolvimento urbano e obras. A integração das políticas públicas promove a otimização de recursos para sua aplicação em ações definidas com participação dos diversos segmentos da sociedade.

Deve-se também, estimular nos municípios envolvidos, a criação e/ou fortalecimento de Conselhos e de Fundos Municipais de Meio Ambiente, o aperfeiçoamento da legislação municipal, a construção da Agenda 21 Local participativa e, a elaboração de projetos de captação de recursos para a implantação de decisões do Comitê Local.

O setor empresarial deve ser estimulado a participar do Programa, sobretudo elaborando a Agenda Ambiental nas empresas e participando da resolução de problemas ambientais nos municípios.

O Comitê Local deverá promover um diálogo constante com o coletivo educador da região para pensarem juntos os processos educacionais. Em locais onde não há coletivo, deve-se estimular a sua constituição. O coletivo educador é uma instância fundamental na implantação do Programa MES. Ele é composto por educadores e educadoras representantes de várias instituições que atuam em processos formativos no campo da educação ambiental, educação popular e mobilização social



permitindo a articulação das políticas de formação das instituições, o planejamento do processo formativo e a sua capilaridade; potencializando a atuação dos envolvidos na direção da sustentabilidade.

6.1. Processos Educacionais a serem Vivenciados pelos Municípios

O Programa trabalha com 4 processos educacionais simultâneos:

- 1. Formação de Educadores Ambientais** – são processos formativos oferecidos por parceiros locais ou regionais, que possibilitem a formação de um número cada vez maior de educadores ambientais, cuja função primordial é editar o conhecimento construído durante o seu processo de aprendizagem apropriando-o para o seu contexto e atuando na formação de centros educadores/editores, viabilizando a capilaridade e o enraizamento do processo. Os ministérios colaboradores do programa poderão oferecer, diretamente ou através de parceiros chancelados, cursos e apoio técnico para o desenvolvimento das ações.
- 2. Educomunicação Ambiental** – são estratégias interativas e participativas de comunicação com finalidade educacional e de tomada de decisão, envolvendo a produção e a divulgação de materiais educacionais, campanhas de educação ambiental e o uso de meios de curto, médio e largo alcance.
- 3. Escolas e outras Estruturas e Ações Educadoras** – são estruturas dos municípios, nas quais, ou, a partir das quais, acontecem ações e/ou projetos voltados à sustentabilidade, que devem ter por objetivo não só a transformação da qualidade de vida do município, mas também, a definição e implementação de seu papel educador. A definição de planos, projetos, programas, legislação e políticas de meio ambiente, educação, saúde, transportes, para a educação ambiental, também faz parte deste item.

- 4. Instâncias e Processos Participativos** – são os conselhos, colegiados, redes e coletivos que se propõem a realizar projetos e ações em prol da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, discutir valores, métodos e objetivos de ação, a fim de educar e de se auto-educarem para a sustentabilidade.

Os 4 processos, para serem eficientes e eficazes, devem ser simultâneos, continuados, constantes, abrangentes, reflexivos e participativos. Além disso, devem acontecer em diversas estruturas e foros dos municípios. Estes devem manter comunicação permanente, a fim de que todas as ações estejam em sintonia, otimizando recursos financeiros e energia humana. É papel do Comitê Local propiciar esta interlocução entre os grupos envolvidos, estimulando a permanente troca de experiências e a tomada de decisão coletiva, no âmbito do Projeto Local.

6.2. Sugestões de Iniciativas a serem Cumpridas

Como exemplo, algumas iniciativas estão discriminadas a seguir:

Formação de Educadores Ambientais

- Participação de representantes dos diferentes setores da sociedade local na promoção de processos formativos em educação ambiental, educação popular e mobilização social.

Educomunicação Ambiental

- Produção e veiculação de programas de rádio e televisão tratando da temática ambiental, envolvendo diferentes setores da população;
- Alimentação e a utilização do SIBEA (Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental);



- Incentivo à criação de Rádios Comunitárias onde se divulgue um programa de redução de consumo de energia e água nos setores público, privado e comunitário, por exemplo, com a divulgação permanente das ações e seus benefícios;
- Realização e a divulgação de eventos e atividades educadoras abertas à população, nas rádios, jornais e redes sociais existentes, bem como as que estão sendo promovidas pelo coletivo MES;
- Fornecimento de dados sobre Políticas, Programas e Projetos em Educação Ambiental no Município;
- Cadastramento e a visibilidade às empresas que tenham agenda ambiental e projetos sustentáveis desenvolvidos no município;
- Realização de diagnósticos (leituras) técnicos e comunitários da cidade, reunindo dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura, identificando e discutindo problemas, conflitos e potencialidades.

Escolas e Outras Estruturas Educadoras

- A Sala Verde como um embrião de um Centro Municipal de Educação Ambiental, com um computador conectado ao SIBEA (Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental);
- As Escolas, com a participação dos pais, estudantes e professores, se envolvem em Projetos de Educação Ambiental;
- Os Viveiros e as hortas - comunitários, orgânicos, participativos - poderão usar o sistema de produção de forma didática e demonstrativa de alternativas simples e apropriadas;



- As Ciclovias, as faixas de pedestre e outras estruturas relacionadas ao deslocamento de pessoas e do transporte público podem ser eficientes e demonstrativas de ações em prol da cidadania;
- As Áreas Verdes Urbanas e a arborização viária que privilegiem o bioma nativo; os equipamentos sociais, especialmente na Periferia dos centros urbanos, para atendimento de portadores de necessidades especiais, jovens, crianças e idosos; ações de recuperação e restauração das matas nativas e ciliares, respeitando-se as APPs e Reservas Legais;
- Os 3Rs (reduzir, reutilizar, reciclar) disseminados pelo Município, de forma a promover, continuamente, a mudança de comportamento da população para minimizar a produção do lixo, estimulando, assim, o consumo responsável.
- A Legislação Ambiental Municipal e o Programa Municipal de Educação Ambiental, em sintonia com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA e ProNEA) e, quando houver, com o Programa Estadual de Educação Ambiental. Recomenda-se ainda que estejam comprometidos com os processos participativos: orçamento participativo, as emendas populares, as audiências públicas, etc.
- O Programa Municipal de Promoção da Saúde e das Secretarias de Saúde, que incentivem a alimentação saudável, o consumo e a produção de alimentos orgânicos, o uso de plantas medicinais, a vigilância ambiental e sanitária nas unidades de saúde, escolas, empresas e organizações comunitárias buscando parcerias com a sociedade, as Secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente.
- O Plano Municipal de Saneamento Ambiental e do Conselho Municipal de Saneamento para a ampliação e a melhoria da qualidade dos equipamentos e serviços de saneamento (água, esgoto, lixo e drenagem). Incentivar a capacitação técnica das lideranças sociais (com ampla participação de todos os segmentos sociais) em: promoção da saúde, mobilidade urbana, vigilância ambiental e



sanitária, saneamento, combate ao desperdício de água e energia; redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, entre outros.

- O Plano Municipal de Erradicação do Analfabetismo que deverá dialogar com a Década da Alfabetização; criar eco-trabalhos gerando renda a partir de iniciativas de conservação, de recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na direção da sustentabilidade.
- Incentivar a capacitação dos técnicos municipais e lideranças sociais, bem como a formação de jovens eco-empresendedores: condutores de visitantes, viveiristas, coletadores de sementes, entre outros.
- Promover a pesquisa histórico-cultural e do patrimônio do município/região, incluindo-se as relações estabelecidas com o ambiente, com a saúde, com a alimentação, em diversos espaços educativos, sobretudo envolvendo escolas, Secretarias de Educação e de Cultura.
- Incentivar programas de inclusão social apoiados em atividades de capacitação preparatória para a criação de oportunidades de trabalho e renda para moradores de comunidades ambientalmente sensíveis/vulneráveis .
- O Plano Diretor Participativo do Município, que segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), possibilite a que todos os segmentos sociais contribuam no planejamento, ordenamento e gestão territorial; promover um programa regional de extensão/educação rural, um projeto de voluntariado ambiental, a participação nos Programas do Governo. E ainda, as diversas formas de organização da sociedade: ONGs e OSCIPs, cooperativas, associações profissionais empresariais e comunitárias, organização da terceira idade e de portadores de necessidades especiais, entre outras; de um comitê;

Instâncias e Processos Participativos

- Um Conselho Municipal de Meio Ambiente (ou assemelhado) que siga as orientações do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e do CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), como instância democrática e coordenadora da Política Municipal de Meio Ambiente; de coletivos que promovam a Agenda 21 Local participativa; da criação e promoção de Conselhos (Saúde, Criança e Adolescente, Educação) que envolvam a participação da sociedade; das associações da bacia hidrográfica ou de uma micro-bacia, um consórcio intermunicipal de proteção ambiental, entre outros.

6.3. Resultados e Indicadores de Avaliação do Programa

A certificação se dará a partir do momento em que os resultados esperados forem avaliados por meio de indicadores de sustentabilidade, tais como:

Participação – como as pessoas, instituições, grupos, projetos e estruturas estão atuando em educação ambiental; como a Educação emerge nos mecanismos de participação social nas políticas públicas (orçamento participativo, plano diretor participativo, conselhos municipais, etc.); qual o nível de representatividade por segmento social (relação entre pessoas/instituições); se há equidade de participação dos segmentos sociais;

Qualidade ambiental – como a cobertura vegetal foi regenerada ou é conservada/preservada (matas nativas, matas ciliares, reservas legais e arborização urbana nos espaços públicos); qualidade dos serviços de saneamento (quantos domicílios ou habitantes têm acesso aos serviços prestados; regularidade e qualidade destes serviços, nível de satisfação dos usuários, etc.); como está sendo tratada a



questão da poluição ambiental (emissões atmosféricas, contaminação do solo pela existência de lixões a céu aberto ou outras fontes, lançamento de esgoto in natura, ocorrência de inundações/alagamentos, etc.), do volume e qualidade dos corpos hídricos e da preservação do patrimônio histórico-cultural;

Qualidade de vida – existência de programas de educação que previnam doenças de veiculação hídrica ou resultantes de outras formas de contaminação ambiental; como se dá as relações de trabalho existência de Eco-trabalho e de cooperativas de catadores, respeito à questão de gênero, ações voltadas à erradicação do trabalho infanto-juvenil; a oferta de equipamentos e serviços públicos é suficiente e considera o tipo de habitação e a capacidade de pagamento dos usuários (ligação domiciliar/tarifas/taxas); programas de capacitação que contribuam para o fortalecimento da identidade, auto estima, cidadania e grau de satisfação com a vida cotidiana, taxa de alfabetização e de escolarização; a veiculação de informações e de programas educativos que sejam de longo alcance.

Definir indicadores de avaliação será também uma incumbência do Seminário e do Foro Deliberativo Regional, subsidiados pelo MMA e seus parceiros. A determinação deverá estar fundamentada nas diretrizes gerais do MMA, na realidade regional, no diagnóstico apresentado pelos municípios e na disponibilidade de parcerias que dêem suporte às ações pretendidas.

Os indicadores deverão apontar o quanto o município avançou em seu processo de educação para a sustentabilidade, avaliando projetos, ações e pessoas ou grupos envolvidos no Projeto Local, assim como os resultados obtidos por eles.

Aos municípios que preencherem os requisitos definidos pelos indicadores socioambientais será atribuído o certificado de participação e o selo Município Educador Sustentável.



Biografia de Carlos Rodrigues Brandão

Nasci no dia 14 de abril de 1940, no Rio de Janeiro. Uma Guerra Mundial estavam acontecendo e levaria ainda cinco anos pra acabar. Estudei em vários colégios e fui um precário estudante em quase todos. Mas um dia ingressei na *PUC do Rio de Janeiro* e me formei em Psicologia. Trabalhei e militei na *Ação Católica* e no *Movimento de Educação de Base*. Tudo o que vivi e escrevi depois sobre educação veio destas primeiras experiências com a cultura e a educação popular.

Estudei Educação de Adultos no México, em um instituto da *UNESCO*, em 1966. Vivi em Brasília e Goiânia entre 1967 e 1975, trabalhando em movimentos sociais e como professor universitário, na *Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*. Quando for agosto de 2007 estarei fazendo 40 anos de vida de professor. E quando já era professor da *Universidade Federal de Goiás* fiz o Mestrado em antropologia social, na *Universidade de Brasília*. Ingressei na *Universidade Estadual de Campinas* em janeiro de 1976 e estou nela até hoje, aposentado desde 1997, mas como professor colaborador voluntário. Fiz o doutorado em ciências sociais na *Universidade de São Paulo*, de onde fui professor visitante depois, em duas ocasiões. Alguns anos depois acabei sendo livre-docente, por concurso, na *Universidade Estadual de Campinas*. E um pouco mais tarde ainda, fiz um programa de pós-doutorado na Itália e na Espanha.

Ao longo de minha vida, entre períodos de alguns meses ou de vários anos, lecionei em 12 universidades do Brasil e da Europa. Trabalho atualmente no *Doutorado em*



Ambiente e Sociedade na UNICAMP e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Trabalho também como professor em alguns cursos de especialização, dos quais um que ajudei a criar: Redes Solidárias em Educação e Ação Social. E tenho procurado estar vinculado ao movimento de sócioeconomia solidária. Divido, assim, a minha vida entre o professor e o pesquisador universitário, o educador popular, e o escritor.

Consegui tempo e coragem para escrever cerca de 45 livros e participar de alguns outros. São livros de antropologia social, de educação, de questões e vocações ambientais e de literatura, inclusive para crianças e jovens. O título de meus últimos livros bem pode falar por mim e pelos caminhos por onde tenho andado: *Somos as águas puras; A Canção das sete cores – educando para a paz; Aprender o amor; As flores de abril; O jardim da vida; Orar com o corpo; O jardim de todos; A pergunta a várias mãos; A educação como cultura; educação popular na escola cidadã; Paulo Freire – o menino que lia o mundo; De tão longe eu venho vindo; A Clara cor da noite escura; O rosto do deus do outro; O vento de agosto no pé de ipê.*

Quando menino vivia no mato (literalmente, pois a floresta da Gávea emendava com o quintal de minha casa, na Rua Cedro, 262) sempre que podia. Depois fui escoteiro, guia excursionista e guia escalador. São os únicos diplomas que pendurei na parede. Há mais de 15 anos convivo ativamente com estudos e movimentos ambientalistas e, de maneira especial, com a educação ambiental. Recentemente escrevi para o *Programa dos Municípios Educadores Sustentáveis, do Ministério do Meio Ambiente*, um livro com as idéias essenciais da proposta. Seu nome: *Aqui é onde Eu Moro. Aqui nós Vivemos.*





Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental
Esplanada dos Ministérios
Bloco B - 5º andar - CEP: 70068-900
Brasília - DF - Brasil
Tel.: (61) 4009-1207 - Fax: (61) 4009-1757
e-mail: educambiental@mma.gov.br
site: <http://www.mma.gov.br/educambiental>



ISBN 858716683-2



9 788587 166838



**Ministério do
Meio Ambiente**

GOVERNO FEDERAL